

**Nº06 - Reunião Ordinária da  
Câmara Municipal de Chaves  
Realizada no dia 22 de março  
de 2018. -----**

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Eng.<sup>a</sup> Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, Sra. Dra. Maria Manuela Pereira Tender, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de dezanove de março de dois mil e dezoito. -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

**I  
ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:**

**1. ATAS:**

**1.1.** Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 08 de março de 2018. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----  
Não participou na votação deste assunto, o Vice-Presidente da Câmara, Dr. Francisco António Chaves de Melo, os Vereadores do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas Maria e Dra. Manuela Pereira Tender em virtude de não terem estado presentes na reunião da Câmara Municipal titulada pela ata objeto de aprovação. -----

**2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA**

**2.1. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS - TAXAS ADMINISTRATIVAS E URBANÍSTICAS - NO ÂMBITO DOS PEDIDOS DE LICENCIAMENTO DE RAMPAS DE ACESSO PARA DEFICIENTES MOTORES E ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS ARQUITETÓNICAS, QUANDO LOCALIZADAS EM DOMÍNIO PÚBLICO; - ARTIGO 25º, DO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS, E ARTIGO 20º, DO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS DEVIDAS PELA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO URBANÍSTICAS, EM VIGOR NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 14/GAPV/18. -----**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Justificação -----**

1. Considerando que o Município de Chaves assume, como primordial, a adoção de uma política de promoção da acessibilidade, tendo como objeto melhorar a qualidade de vida das pessoas com necessidade especiais de mobilidade, procurando promover a respetiva participação ativa e cívica; -----
2. Considerando que tal política de promoção de acessibilidade tem, no seu cerne, a remoção de barreiras e obstáculos, facilitando a mobilidade de tais pessoas e garantindo o exercício de direitos de cidadania consagrados na Constituição Portuguesa, enquanto membros participantes de uma comunidade regida pelos princípios de uma sociedade democrática; -----
3. Considerando que a preocupação com a promoção da acessibilidade tem sido, ao longo dos últimos anos, uma preocupação constante dos sucessivos governos, com particular destaque para a acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, conforme se retira do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto e ulteriores alterações; -----
4. Considerando que a execução de operações urbanísticas consubstanciadas na construção de rampas de acesso para deficientes motores e eliminação de barreiras arquitetónicas, quando localizadas dentro do logradouro ou edifícios, são consideradas, por força das disposições combinadas previstas, respetivamente, na alínea c), do n.º 2, do artigo 22º, do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, em vigor no Concelho de Chaves, e na alínea i) do n.º 1 do artigo 6.º-A do RJUE, obras de escassa relevância urbanística. --
5. Considerando que, por força do estatuído na alínea c), do n.º 1, do artigo 6º, do RJUE, as obras de escassa relevância urbanística encontram-se isentas de controlo prévio municipal, não sendo, em tal âmbito, devidas taxas municipais; -----
6. Considerando, contudo, que a retrocitada isenção, opera, apenas, em relação às rampas de acesso para deficientes motores e eliminação de barreiras arquitetónicas, quando localizadas dentro do logradouro ou edifícios, não abrangendo, por exclusão, as operações que impliquem intervenção, para o mesmo efeito, no domínio público municipal; -----
7. Considerando que, não raras vezes, o acesso a edifícios de habitação é feito a partir do domínio público, pelo que a instalação de soluções que permitam garantir a acessibilidade aos mesmos, por pessoas com mobilidade reduzida, implica, inevitavelmente, a ocupação de tal espaço público; -----
8. Considerando, nesta justa medida, que a isenção de pagamento de taxas municipais, nos casos acima referidos, consubstancia uma medida que se enquadra com a estratégia nacional e local de promoção de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, visando a tutela de interesses públicos importantes, com consagração constitucional;
9. Considerando que o artigo 25º, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em vigor no Concelho de Chaves, prevê que, para além das isenções ou reduções, previstas no seu artigo 24º, a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder outras isenções totais ou parciais, relativamente às taxas municipais descritas na tabela em anexo ao mesmo instrumento regulamentar; -----
10. Considerando, por sua vez, que o artigo 20º, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela Realização de Operação Urbanísticas, determina, igualmente, que a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder outras isenções totais ou parciais, para além das isenções

ou reduções, previstas no seu artigo 19º, relativamente às taxas municipais constantes na Tabela em anexo ao mesmo; -----

11. Considerando, ainda, que, por força das disposições combinadas previstas, respetivamente, nos n.ºs 2 e 3, do art. 16º, da Lei n.º 73/2013, de 03/09 e ulteriores alterações, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, e através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, pode conceder isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios, incluindo-se, aqui, as taxas municipais, desde que tenham em vista a tutela de interesses públicos relevantes e a sua formulação seja genérica e em obediência ao princípio da igualdade, não podendo, tais isenções, ser concedidas por mais de cinco anos, com possibilidade de renovação por uma vez com igual limite temporal; -----

12. Considerando, por isso, que tal faculdade se insere no âmbito dos poderes tributários municipais, de acordo com o princípio da respetiva autonomia financeira, nos termos do disposto na alín. c), do n.º 2, do art. 3º, da Lei n.º 73/2013, de 03/09 e ulteriores alterações; -----

13. Considerando que não é possível apurar, em termos precisos, uma estimativa da respetiva despesa fiscal com a presente medida, uma vez que não é possível determinar o número de situações que poderão vir a beneficiar da isenção das referidas taxas municipais; -----

14. Considerando, ainda, que as taxas devidas pela ocupação do domínio público variam em função da área de ocupação, a qual, por sua vez, não é possível de quantificar de forma antecipada; -----

15. Considerando, contudo, que a despesa fiscal será sempre idêntica ao valor das taxas que o Município de Chaves deixará de arrecadar durante o período de vigência da isenção<sup>1</sup>; -----

16. Nestes termos, julga-se oportuno conceder, ao abrigo do disposto no artigo 25º, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais e no artigo 20º, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela Realização de Operação Urbanísticas, a isenção do pagamento de taxas municipais - administrativas e urbanísticas - no âmbito dos pedidos de licenciamento de rampas de acesso para deficientes motores e eliminação de barreiras arquitetónicas, quando localizadas em domínio público, desde que se destinem ao acesso a edifícios de habitação; -----

17. Sendo certo que a concessão de tal isenção deverá ser analisada caso a caso, pela Câmara Municipal, e, em caso algum, dispensará a prévia apresentação do pedido de licenciamento, nos termos do RJUE e do Regulamento de Ocupação do Domínio Público Municipal, em vigor no Concelho de Chaves. -----

## **II - Da Proposta em Sentido Estrito -----**

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir à Câmara Municipal a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que, ao abrigo do disposto no artigo 25º, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais e no artigo 20º, do

---

<sup>1</sup> Considerando que não é possível determinar, nesta fase, a receita que o Município deixará de arrecadar com taxas municipais desta natureza, os serviços municipais competentes (DGF) elaborarão um relatório de controlo, com periodicidade semestral, relativamente às situações individuais e concretas que venham a beneficiar da isenção prevista na presente proposta, documento que deverá ser levado ao conhecimento da Assembleia Municipal. -----

Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela Realização de Operação Urbanísticas, em vigor no Concelho de Chaves, seja tomada deliberação pelo Executivo Municipal, no sentido de propor à Assembleia Municipal que seja concedida a isenção do pagamento das taxas municipais, leia-se, taxas administrativas e taxas urbanísticas, devidas no âmbito dos pedidos de licenciamento de rampas de acesso para deficientes motores e eliminação de barreiras arquitetónicas, quando localizadas em domínio público, desde que se destinem ao acesso a edifícios de habitação; -----

b) A isenção, supra referida, não abrange as situações que visem o acesso a edifícios destinados a uso diferente do previsto na alínea anterior, muito concretamente, habitação; -----

c) A isenção é concedida pelo período de cinco anos, renovável, uma vez, por igual período; -----

d) A concessão da isenção será analisada, caso a caso, pela Câmara Municipal, na sequência de requerimento subscrito pelo interessado, e, em caso algum, dispensará a apresentação do correspondente pedido de licenciamento, nos termos da lei ou regulamentos municipais, em vigor sobre a matéria; -----

e) Sequencialmente, deverá o presente assunto ser agendado para uma próxima sessão da Assembleia Municipal para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da Autarquia, no cumprimento do disposto no artigo 25º, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais e no artigo 20º, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela Realização de Operação Urbanísticas, em vigor no Concelho de Chaves; -----

f) Por último, caso a presente proposta seja aprovada nos termos anteriormente sugeridos, dever-se-á dar publicidade à deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, no cumprimento do disposto no art. 56º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e ulteriores alterações, ou seja, através de edital afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão, bem como, em Boletim da Autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área do Município e, ainda, na sua página eletrónica. Chaves, 16 de março de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----  
(Nuno Vaz)-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**2.2. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO DESTINADO AO FOMENTO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA; - BASE LEGAL - ALÍNEA M), DO N.º 2, DO ARTIGO 23º, ALÍNEA FF), DO N.º 1, DO ARTIGO 33º E ALÍNEA G), DO N.º 1, DO ARTIGO 25º, TODAS DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E ULTERIORES ALTERAÇÕES;- ARTIGOS 99º E SEGUINTE DO CPA. PROPOSTA N.º 17/GAPV/2018. -----**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Justificação -----**

1. Considerando que as Autarquias Locais têm como atribuição, entre outras, a promoção do desenvolvimento local, conforme decorre expressamente da alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, devendo adotar políticas de apoio a esse mesmo desenvolvimento, que conduzam à melhoria das condições de vida das suas populações e que visem o suprimento das carências das mesmas,

designadamente, promovendo o desenvolvimento rural, colaborando no apoio a atividades dessa natureza e que permitem não só a criação de riqueza, mas também, de postos de trabalho, gerando as condições necessárias para a fixação das pessoas no seu território; -----

2. Considerando que a atividade pecuária, essencial para o mundo rural, assenta fundamentalmente na pequena exploração agropecuária de natureza familiar, caracterizada pela notória insustentabilidade financeira, face aos elevados custos associados à produção, fator que contribui para que sejam negligenciadas as responsabilidades em termos de saúde pública e animal, para o próprio desaparecimento da atividade, para o défice de desenvolvimentos económico e falta de dinamismo empresarial; -----

3. Considerando que a concessão de apoio financeiro aos produtores pecuários, com o propósito de apoiar a sua fixação e rejuvenescimento e dinamizar a atividade económica local, configura um meio idóneo para permitir o incremento das condições de produtividade, quer em qualidade, quer em quantidade, na medida em que os custos de exploração são atenuados, encontrando-se tal medida plenamente justificada no âmbito das atribuições autárquicas; -----

4. Considerando que o apoio financeiro a conceder aposta, por isso, na produtividade, mas também na sensibilidade dos produtores para a importância do cumprimento das regras de saúde pública e saúde animal, mas também do bem-estar dos animais e das boas condições agrícolas e ambientais; -----

5. Considerando que a alínea ff), do n.º 1, do artigo 33º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12/09 e ulteriores alterações, determina que a Câmara Municipal pode "promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal"; -----

6. Considerando que, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12/09 e ulteriores alterações, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar regulamentos com eficácia externa do município; -

7. Considerando, por outro lado, que o presente Regulamento visa garantir o acesso a participações financeiras aos titulares de explorações agropecuárias existentes no concelho de Chaves; -----

8. Considerando que os custos associados às medidas de apoio, previstas no presente Regulamento, estarão sempre limitados ao valor anual definido para atribuição das participações financeiras; ---

9. Considerando que, em contraposição ao custo supra referido, decorrerão, da aplicação do Regulamento, em causa, benefícios para o Concelho de Chaves, categorizados da seguinte forma: -----

a) Apoio à fixação e rejuvenescimento da força de trabalho, motor do desenvolvimento rural; -----

b) Apoio à sustentabilidade da área associada à atividade pecuária, diga-se essencial no Concelho de Chaves, atenuando o impacto negativo do constante aumento dos custos de exploração, sem o correspondente aumento de receitas dos seus efetivos bovinos, ovinos e caprinos; ---

c) Criação de condições propícias para um maior cumprimento das regras de saúde pública e saúde animal, mas também do bem-estar dos animais e das boas condições agrícolas e ambientais. -----

10. Considerando, por último, que é competência do órgão executivo municipal elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os projetos de regulamentos externos do município, conforme previsto na alínea k), do n.º 1, do artigo 33º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações. -----

**II - Da proposta** -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima evidenciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário que adote deliberação no sentido de: -----

a) Determinar o início do procedimento tendente à aprovação do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária, de acordo com o Projeto em anexo à presente Proposta, o qual aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

b) Para efeitos do disposto no n.º 1, do art. 98º do CPA, dever-se-á promover à publicitação de tal deliberação, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação dos respetivos contributos, de acordo com o disposto no n.º 1, do art. 98º do CPA; -----

▪ O Projeto de Regulamento, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do art. 100º do CPA, deverá ser submetido a audiência dos interessados que, como tal, se venham a constituir no procedimento ou que sejam, desde logo, identificáveis, por um período de 30 dias úteis, como é o caso das seguintes entidades, a saber: -----

Bons e Valentes - Associação de Criadores de Gado<sup>2</sup>; -----

▪ Associação dos Agricultores e Pastores do Norte<sup>3</sup>; -----

▪ Cooperchaves, Crl<sup>4</sup>. -----

c) Seguidamente, deverão as eventuais sugestões colhidas durante a fase de audiência dos interessados do Projeto, ser devidamente ponderadas pela Câmara Municipal, em vista à aprovação definitiva do Projeto de Regulamento em apreciação; -----

d) Sequencialmente, e alcançado o desiderato referido na alínea anterior, deverá a Proposta de Regulamento ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da Autarquia, no cumprimento do disposto na alínea g), do n.º 1, do art. 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

e) Por último, que se proceda à publicação do referido Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária, no Diário da República, no respetivo Boletim Municipal, na Internet, (no sítio institucional do município), Jornal Local e através de Edital afixado nos lugares de estilo, verificando-se, como é óbvio, a sua aprovação nos termos anteriormente sugeridos, tudo isto, de acordo com as disposições combinadas previstas no artigo 56º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, e no art. 139º do Código do Procedimento administrativo. Chaves, 16 de março de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----  
(Nuno Vaz) -----

**Em anexo:** O Projeto de Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cabeleira, tendo suscitado dúvidas, sobre a legalidade da proposta de regulamento, em apreciação. -----

<sup>2</sup>Com sede na Rua do Campo da Fonte - 14, 1.º 5400-161 Chaves. -----

<sup>3</sup> Com sede na Avenida General Ribeiro de Carvalho Edifício Joframar, Bloco 4, Loja 7 5400-497 Chaves -----

<sup>4</sup> Com sede na Rua dos Aregos n.º 4 5400-091 Chaves -----

Neste contexto, sugeriu que fosse solicitada a emissão de parecer jurídico, à CCDR-N, sobre a legalidade da concessão deste tipo de apoios. -----

Sem a obtenção de tal parecer jurídico, enquadrador da legalidade do presente regulamento, estará comprometida a sua posição favorável à sua aprovação. -----

Assim, nesta fase do procedimento, a sua posição é de abstenção. ----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo manifestado, também, dúvidas, sobre a legalidade da concessão deste tipo de apoios, partindo do quadro legal, em vigor, reiterando, nesse sentido, os argumentos, anteriormente, apresentados, sobre a matéria, pelo Vereador Arq. António Cabeleira. -----

Assim, não sendo removidas as dúvidas legais suscitadas, a sua posição é de abstenção. -----

Em resposta às intervenções, acima, exaradas, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Está plenamente convencido da legalidade do presente projeto de regulamento, tanto mais que o quadro legal de atribuições e competências confiado, de forma genérica, às autarquias locais, no âmbito do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, dá guarida à concessão deste tipo de apoios. -----

2 - Dever-se-á salientar que o presente instrumento regulamentar tem sido desenvolvido e aplicado, em diversos municípios portugueses, não sendo do seu conhecimento que tenha sido suscitada a legalidade da sua aprovação. -----

3 - Tudo isto, sem prejuízo do mérito que deve ser reconhecido ao conjunto de objetivos que são prosseguidos, mediante a aprovação do presente regulamento, indissociáveis da concessão de apoio, justo e merecido, ao setor agrícola. -----

4 - A solicitação de parecer jurídico, sobre a matéria, junto da CCDR-N, não tem qualquer pertinência, tanto mais que o Município dispõe de serviços técnicos idóneos para dirimir qualquer questão controvertida, sobre a matéria, não dispondo, a CCDR-N, de qualquer tutela técnica vinculativa, sobre as Autarquias locais. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção dos Vereadores do Partido Social Democrata, Senhor Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira e Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

### **2.3. VIDAGUSTERMAS - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO; - DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE PARA A ASSEMBLEIA-GERAL; PROPOSTA N° 15/GAP/18-----**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **I - JUSTIFICAÇÃO-----**

A Associação para a Promoção e Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago - VIDAGUSTERMAS, com sede nas antigas instalações do Centro de Saúde de Vidago, EN2, n° 234, em Vidago, tem por objeto, designadamente:-----

- A construção e gestão de um balneário termal, bem como, de outros equipamentos de interesse turístico;-----
- O desenvolvimento termal e turístico de Vidago;-----

• A promoção da vila de Vidago como destino termal e turístico.--  
Considerando que, o associado Município de Chaves, na qualidade de associado efetivo, deve, nos termos da alínea d), do artigo 4º, do Capítulo II, dos Estatutos, nomear o seu representante na Assembleia-Geral da Associação. -----

Considerando que à luz do disposto no Regime Jurídico das Autarquias Locais, compete à Câmara Municipal designar os representantes do município na assembleia geral das empresas locais.-----

## **II - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO-----**

Pelas razões acima evidenciadas e para efeitos do estipulado na alínea oo), do nº1 do Artigo 33º, Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, tomo a liberdade de propor ao executivo camarário, que adote deliberação no sentido de aprovar a representação que se indica, para a Assembleia-Geral da associação Vidagustermas:-----

• Vereador - Victor Augusto da Costa Santos;-----

• Em caso afirmativo, deverá o teor integral da presente deliberação ser levada ao conhecimento da associação em causa, expedindo-se, para o efeito, a competente notificação, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.-----  
Chaves, 15 de março de 2018.-----

O Presidente da Câmara,-----  
(Nuno Vaz)-----

-----  
**A votação da proposta, em apreciação, decorreu, por escrutínio secreto, nos termos do disposto no artigo 31º do Código do Procedimento Administrativo e n.º 3, do artigo 55º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro. -----**

-----  
**Apuramento da Votação: -----**

Votos a Favor - 6 -----

Voto em Branco - 0 -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**

### **4. FREGUESIAS**

## **II**

### **DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:**

-----  
Regista-se a entrada da Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, iniciando a sua participação na reunião quando eram 09:15 horas. -----

-----  
Ausentou-se da sala, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, não tendo participado na análise, discussão e votação do assunto abaixo mencionado. -----



**1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR PREJUÍZOS SOFRIDOS NA SEQUÊNCIA DE ACIDENTE DE VIAÇÃO; REQ: COMPANHIA DE SEGUROS CA SEGUROS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 54/DAF/2018. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Dos Factos -----**

1. Através de requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 6919, datado do dia 07/09/2017, a Companhia de Seguros "CA Seguros" veio informar que se encontra a regularizar um acidente de trabalho, sofrido por José Filipe Ferreira Penas, e ocorrido na sequência de uma queda/despiste de mota, na rotunda Dr. Júlio Martins, em Chaves, reservando-se o direito de, no final da reparação, pedir reembolso, a este Município, de todas as quantias despendidas. -----

2. Em vista a legitimar tal pedido de reembolso, a requerente alega que o acidente de mota foi provocado pela existência de um desnível na via pública, mais propriamente, numa tampa de saneamento, pelo que a responsabilidade, pela ocorrência do mesmo, pertence a esta Autarquia Local. -----

3. A requerente não juntou qualquer elemento probatório e ou identificador da ocorrência do sinistro. -----

4. Na sequência do requerimento apresentado pela peticionária, a Divisão de Águas e Resíduos produziu, no dia 23/11/2017, a Informação n.º 271/DAR/2017, informando o seguinte: -----

*"(...)Face ao relato, e ouvido o setor de saneamento da Divisão de Águas e Resíduos, informo que não estiveram presentes no acidente ocorrido, simplesmente confirmam que neste momento o pavimento se encontra degradado e a tampa de saneamento com algum desnível. (...)"* -----

5. Através da Informação n.º 208/2017, produzida no dia 28/11/2017, veio a ser solicitado, à requerente, a junção, ao processo, de documentação adicional comprovativa da ocorrência do sinistro, em causa, bem como a existência de umnexo causal entre os danos, aparentemente, sofridos pelo sinistrado e a prática de qualquer conduta ilícita, ainda que omissa, por parte desta Autarquia Local.

6. Neste contexto, a requerente, através de requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta autarquia local n.º 10225, datado do dia 29/12/2017, veio apresentar os seguintes documentos, a saber: -----

- i) Auto de ocorrência e participação de acidente de trabalho; ----
- ii) Boletins Clínicos; -----
- iii) Fotos. -----

5. Contudo, da análise da documentação enviada pela requerente não se retira, com precisão, qual a tampa de saneamento que, alegadamente, terá provocado o sinistro, nem quais as características do desnível, em causa. -----

6. Por sua vez, a Divisão de Águas e Resíduos, através da Informação n.º 271/DAR/2017, também é omissa relativamente aos retrocitados elementos. -----

7. Partindo de tal enquadramento, e à cautela, antes de avançar para uma tomada de posição sobre a matéria, em análise, foi solicitado à Divisão de Águas e Resíduos para identificar, com clareza, qual a tampa de saneamento a que se refere na Informação n.º 271/DAR/2017, bem como as características do desnível referido na mesma, e se tal desnível representa uma situação de perigosidade para a circulação de

veículos, suscetível de provocar um sinistro como o descrito na exposição apresentada pela requerente. -----

8. Através da Informação n.º 58/2018, a Divisão de Águas e Resíduos veio informar o seguinte: -----

*"(...) a tampa em causa na informação n.º 271/DAR/2017 se encontra dentro da rotunda e que à hora do acidente poderá ter provocado o sinistro, uma vez que tinha um desnível de aproximadamente 3 cm, como confirma a foto em anexo. -----*

*De imediato foi analisado o local em questão e sendo substituída a referida tampa. (...)". -----*

9. Assim, sobre a matéria, cumpre-me informar o seguinte: -----

## **II - Do Direito -----**

1. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

- a) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa; -
- b) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional; --
- c) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa. -----

2. Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o n.º 1, do art. 8º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----

3. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----

- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas; -
- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----
- Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----
- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

4. De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação ". -----

7. Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

8. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----

9. Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito. -----

10. Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber: -----

Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta);-----

11. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, a interessada afirma que os prejuízos foram provocados pela existência de um desnível na via pública, muito concretamente, numa tampa de saneamento. -----

12. Contudo, a mesma não apresenta qualquer prova de que o sinistro tenha sido, efetivamente, provocado pela passagem da mota na referida tampa de saneamento. -----

13. De facto, a requerente junta, como prova, um auto de ocorrência elaborado pela PSP, datado do dia 18/07/2017, descrevendo o seguinte: *"O acidente foi elaborado de harmonia com as declarações do concutor interveniente que o descreveu da seguinte forma: O mesmo disse circular na Av. 5 de Outubro em direção para a Avenida Dr. Mário Soares, e o circular na rotunda passei por cima de um buraco ali existente, que me fez desequilibrar e perder o controlo da mota acabando por cair.- Do mesmo resultou ferimentos no referido condutor que foi assistido no local por uma equipa da VMER e transportado numa ambulância do INEM para o Hospital desta cidade onde recebeu tratamentos e seguiu o seu destino."* -----

14. Mais é referido, no auto de ocorrência, no ponto "Informações complementares" o seguinte: -----

*"Não foi elaborado croqui, em virtude de nem o condutor nem o motociclo se encontrarem no local da queda."* -----

15. Ou seja, não apresenta elementos que permitam estabelecer um nexo de causalidade entre os danos, aparentemente, sofridos e qualquer conduta imputável a esta Autarquia Local, ainda que omissiva, limitando-se a referir, sem mais, que a responsabilidade pela produção do sinistro pertence a esta Autarquia Local. -----

16. De facto, nada garante que o sinistro não tenha sido provocado por qualquer outra razão, situação agravada quando, no próprio auto de ocorrência, é referido que não foi possível a elaboração de "um croquis" do acidente, *"em virtude de nem o condutor nem o motociclo se encontrarem no local da queda"*. -----

17. Saliente-se que a requerente não apresentou qualquer outro meio de prova, salvo o retrocitado auto de ocorrência, documento que, em bom rigor, reproduz, apenas, as declarações do sinistrado, realizadas, como se viu, sem que o mesmo se encontrasse no local da queda. -----

18. Sendo certo que, e de acordo com diversos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, nomeadamente o AC. STA de 14/12/2004, o lesado não se encontra dispensado de provar os factos de onde resulte o nexo de causalidade entre o facto ilícito e o dano, mesmo nos casos onde se verifique a existência de uma presunção de culpa. -----

19. Ora, não fazendo tal prova, com elementos de suporte, não nos parece, salvo melhor opinião, que esta Autarquia Local deva assumir, sem mais, a responsabilidade pelo pagamento de qualquer indemnização para ressarcir os mesmos. -----

20. De facto, ainda que, de acordo com a Informação prestada na Informação n.º 58/2018, no local, à data do sinistro, se encontrava uma tampa de saneamento com um desnível de 3 cm, e que tal desnível era suscetível de provocar o sinistro, a verdade é que não resulta, do processo, elementos que provem, de forma cabal, que o mesmo sucedeu como relatado, ou seja, por causa de tal desnível e não por outra razão qualquer. -----

21. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

**II - Propostas** -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pela requerente, não decorrendo qualquer responsabilidade da Autarquia a título de responsabilidade extracontratual; -----

b) No cumprimento do disposto no art. 121º e ss. do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à ora petionária vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Decorrido o aludido prazo, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-

d) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 12 de março de 2018. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

**Em anexo:** O respetivo processo administrativo. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA SANDRA LISBOA DE 2018/03/12** -----

Visto. Concorde com a presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião do órgão executivo, em vista à adoção de deliberação consubstanciada no indeferimento do pedido, de acordo com os fundamentos exarados nesta informação. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.14.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 14.03.2018** - À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

-----  
**Regista-se a entrada na sala, do Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, retomando a sua participação na presente reunião.** -----  
-----

## **2. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL - ANABELA FERREIRA HEITOR. INF. 56/DAF/18.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

### **I - Dos Factos** -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por Anabela Ferreira Heitor, com o registo de entrada nos serviços administrativos desta

Autarquia Local, sob o n.º 2983/18, datado do pretérito dia 13/03/2018, veio a ser solicitado, pela requerente, a autorização do pagamento em 4 prestações do valor em dívida, a título de consumos de água efetuados e que não foram pagos. -----

2. A requerente invoca para o efeito, em síntese, que não dispõe de recursos económicos que lhe permitam liquidar de uma só vez o valor em dívida, uma vez que se encontra desempregada. -----

3. A peticionária instruiu o seu requerimento com a cópia da Declaração Rendimentos - IRS (Modelo 3) - da Autoridade Tributária e Aduaneira, em nome de Anabela Ferreira Heitor. -----

4. Sendo certo que a dívida em causa, é objeto de processo de execução fiscal, a correr seus termos nesta Autarquia Local, ascendendo, à data da apresentação do requerimento, à quantia total de € 474.55, cuja executada é Anabela Ferreira Heitor<sup>5</sup>. -----

5. Partindo do quadro fatural supra descrito, veio a ser solicitado a estes serviços que emitissem, informação, no sentido de apurar se a pretensão formulada pela requerente é passível de merecer o acolhimento por parte desta Autarquia Local. -----

6. Assim, sobre o pedido formulado, cumpre informar o seguinte:---

## **II - Do Enquadramento Legal** -----

1. No caso individual e concreto em apreciação, encontrando-se a dívida em causa em processo executivo, de facto é possível requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal, de acordo com o disposto no n.º1, do art.196º do CPPT. -----

Sendo certo que o pagamento em prestações **I - Dos Factos** -----

7. Na sequência do requerimento subscrito por Anabela Ferreira Heitor, com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local, sob o n.º 2983/18, datado do pretérito dia 13/03/2018, veio a ser solicitado, pela requerente, a autorização do pagamento em 4 prestações do valor em dívida, a título de consumos de água efetuados e que não foram pagos. -----

8. A requerente invoca para o efeito, em síntese, que não dispõe de recursos económicos que lhe permitam liquidar de uma só vez o valor em dívida, uma vez que se encontra desempregada. -----

2. A peticionária instruiu o seu requerimento com a cópia da Declaração Rendimentos pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização (€ 102,00), nos termos do disposto no n.º5, do art.196.º, do CPPT. -----

3. Ora, de acordo com os documentos constantes do respetivo processo de execução fiscal, à data da apresentação da pretensão em causa - pedido de pagamento em prestações de dívidas em execução fiscal -, encontrava-se, em fase de cobrança coerciva, o valor total de € 474,55<sup>6</sup>. -----

4. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, a ora peticionária reúne os

---

<sup>5</sup> Código Cliente 312006. -----

<sup>6</sup> Sendo certo que o valor em causa pode sofrer alterações até à eventual aprovação do plano de pagamento, em face, designadamente, dos juros de mora, bem como de outras dívidas que o requerente possa vir a contrair e que entrem em fase de cobrança coerciva através de execução fiscal. -----

requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 4 prestações mensais, uma vez que, em face do valor em dívida, é possível fixar o montante de cada prestação num valor superior a uma unidade de conta. -----

5. Refira-se que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, da retrocitada disposição legal. -----

6. Por força do disposto no n.º5, do art.198.º, do CPTT, na redação atual, a requerente, enquanto pessoa singular, está dispensada de prestar garantia, uma vez que a dívida exequenda é inferior a € 5000.

7. Atenda-se, contudo, que estando dispensada de prestar garantia, a falta de pagamento de uma prestação implicará o vencimento imediato das seguintes, sem mais, prosseguindo o processo de execução fiscal seus termos, por força do disposto no n.º4, do art.200.º, do CPPT. -

8. Por último, e de acordo com o estatuído na parte final, do n.º2, do artigo 198.º, do CPTT, o pagamento da primeira prestação deve ser efetuado no mês seguinte àquele em que for notificado o despacho. --

### **III - Propostas** -----

Em coerência com o teor das razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa consubstanciada no deferimento da pretensão da requerente, de acordo com o quadro legal aplicável, e relativa ao pagamento da quantia em dívida, em 4 prestações mensais, de acordo com o plano de pagamentos que se anexa à presente informação, não se afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, do artigo 196.º, do CPPT;

c) Por força do disposto no n.º5, do artigo 198.º, do CPTT, a requerente está dispensada de prestar garantia; -----

d) Sequencialmente, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art.114º, do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

e) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 14 de março de 2018. -----

A Técnica Superior Jurista (Ana Tomaz) -----

### **PLANO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES** -----

N.º de Prestação	Montante	Data de Vencimento
1	€ 118,64	01/05/2018
2	€ 118,64	01/06/2018
3	€ 118,64	01/07/2018
4	€ 118,63	01/08/2018

**Em anexo:** O correspondente Processo administrativo. -----  
**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA. SANDRA LISBOA DE 14-03-2018** -----  
Visto. Concorde com a presente informação a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.16.** -----  
A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 16.03.2018** -  
À Reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS EM VIATURA PARTICULAR. REQ: JOSÉ RODRIGUES MARTINS. INF. 58/DAF/18.** -----  
Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----  
**I - Antecedentes** -----  
1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local, sob o n.º8805, José Rodrigues Martins, veio solicitar a assunção de responsabilidade civil, por parte deste Município, com vista ao pagamento de uma indemnização pelos danos sofridos numa viatura, na sequência de um incidente ocorrido em Chaves, na Avenida 5 de Outubro, próximo do estabelecimento prisional de Chaves, no sentido de Vilarelho da Raia - Chaves. -----  
2. Na sequência da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 25/01/2018, a qual recaiu sobre a Informação n.º 216/DAF/2017, produzida por estes serviços, no dia 29 de dezembro de 2017, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção de indeferir a pretensão formulada, de acordo com as razões de facto e de direito expostas na referida Informação. -----  
3. Neste contexto, foi concedido ao peticionário o prazo de 10 dias para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 121.º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----

4. Decorrido o prazo supra mencionado, o requerente não apresentou qualquer observação ou sugestão, na tentativa legítima de inverter o sentido de decisão entretanto manifestado pelo órgão executivo municipal. -----

5. Assim, deverá tal sentido de decisão tornar-se, agora, definitivo.  
II - Propostas -----

Em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão definitiva, consubstanciada no indeferimento do pedido formulado pelo requerente, com base nas razões expostas na Informação n.º 216/2017, produzida pela DAF, no dia 29/12/2017; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art.114.º, do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) De imediato, reenvio do presente processo ao Gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 14 de março de 2018. -----

Técnica Superior Jurista -----

(Ana Tomaz) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA. SANDRA LISBOA DE 14-03-2018** -----

Visto. Concorro com a presente informação a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.16.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 16.03.2018** - À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**4. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE DIVIDAS EM EXECUÇÃO FISCAL. REQUERENTE: JOSÉ TEIXEIRA ADÃO FERRAZ. INF. 60/DAF/18.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Dos Factos** -----

9. Através do requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 8870/17, José Teixeira Adão Ferraz, no âmbito da audiência dos interessados, veio invocar em síntese, a anulação de dívidas em execução fiscal, relativas a dívidas de água (CIL 2021), uma vez que as mesmas se encontram prescritas. --

10. Mais invoca, que ninguém foi notificado ou citado para proceder ao pagamento de dívidas anteriores a 2017, pelo que não teve conhecimento da existência da respetiva dívida, solicitando que fosse demonstrada a realização da respetiva citação. -----

11. Neste contexto, veio a ser solicitada, informação, aos Serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local, no sentido de facultarem todos os



elementos probatórios, constantes em cada um dos processos de execução fiscal, designadamente, todas as certidões de dívida emitidas, no âmbito dos processos de execução fiscal, em causa (Conforme teor da Informação interna n.º131/2017, constante de fls. 26 a 29, do correspondente processo). -----

12. Na sequência da retrocitada Informação, os respetivos serviços administrativos facultaram, cópia de **32 certidões de dívida**, referentes aos locais de consumo - N.º CIL: 2021 (José Maria Ferreira Montalvão) e CIL:2119<sup>7</sup>. -----

13. De acordo com as Informações prestadas, pelos serviços competentes da Divisão de Águas e Resíduos (doravante, D.A.R.), as respetivas certidões de dívida, foram enviadas através de correio para a morada indicada nos respetivos contratos de fornecimento de água acima identificados com o CIL 2021 e CIL 2119. -----

14. Sobre o assunto, a respetiva Divisão (D.A.R.), informou que o contador com o CIL 2119 (sito na Rua Cândido Sotto Mayor, n.º 15), Chaves, foi retirado do local, estando o mesmo desativado, entre fevereiro/março de 2014. -----

15. Assim, abaixo se apresentam as considerações que reputamos de pertinentes relativamente à matéria ora em apreciação. -----

## **II - Do Enquadramento Legal** -----

1. A Lei n.º23/96, de 26/07 e ulteriores alterações, veio instituir um conjunto de mecanismos destinados a proteger o consumidor de bens e serviços essenciais, em que se integram, com interesse para a causa que aqui nos traz, o abastecimento de água, o saneamento de águas residuais e a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos (alíneas a), f) e g), do n.º2, do art.1.º, do referido diploma legal). -----

2. Nestes termos, estabelece o artigo 10º, sob a epígrafe "Prescrição e caducidade", no seu n.º 1, que: "O direito ao recebimento do preço do serviço prestado prescreve no prazo de seis meses após a sua prestação.", acrescentando o n.º 4, que : "O prazo para a propositura da ação pelo prestador de serviços é de seis meses, contados após a prestação do serviço ou do pagamento inicial, consoante os casos." -----

3. Ou seja, de acordo com o disposto no n.º1, do art.10.º, da Lei n.º23/96, de 26 de julho e ulteriores alterações, a entidade que presta o serviço dispõe de um prazo de seis meses para exigir ao utente o pagamento do valor constante da respetiva fatura, sob pena de prescrição desse direito. -----

4. E o n.º4, da retrocitada disposição legal, sobre esta matéria, esclarece que o prazo para a propositura da ação ou injunção pelo prestador de serviços é de seis meses, contados após a prestação do serviço ou do pagamento inicial, consoante os casos. -----

5. A opção do legislador por um prazo de prescrição tão curto tem por base a proteção do utente, que se entende ter uma maior necessidade de proteção legal, sendo a proteção do consumidor a principal razão que justificou as regras que foram consagradas no âmbito da referida lei de serviços públicos essenciais. -----

6. Ora, no caso do prestador de serviços se tratar de um Município, então a cobrança coerciva dos valores em dívida deverá seguir a forma de execução fiscal, cujo procedimento se encontra regulado no Código de Procedimento e Processo Tributário, conjugado com o art.155.º, do

---

<sup>7</sup> Relativamente ao local de consumo com o CIL 2119 (Rua Cândido Sotto Mayor, 15 - Chaves), constatamos a existência de 7 (sete) certidões de dívida, emitidas, em nome de Maria Martins Alves, pessoa distinta do ora requerente, pelo que não cumpre atender às mesmas. -----

Código de Procedimento Administrativo e art.10.º, do Decreto Lei n.º 433/99, de 26 de outubro e ulteriores alterações. -----

7. Neste caso, e porque se trata de tributos administrados por Autarquias Locais, são estas as entidades competentes para o respetivo processo de execução fiscal, de acordo com o disposto no n.º1, do art.7.º, do Decreto Lei n.º 433/99, de 26 de outubro e ulteriores alterações. -----

8. Sendo certo que, por força do princípio da decisão, intentar uma execução fiscal para cobrança de valores em dívida e referentes a tributos administrados pelo Município consubstancia um verdadeiro poder-dever. -----

9. Tanto mais que, nos termos do n.º3, do art.85.º, do Código do Procedimento e Processo Tributário, a concessão da moratória ou a suspensão da execução fiscal fora dos casos previstos na lei, quando dolosas, são fundamento de responsabilidade tributária subsidiária.

10. Resulta do disposto no n.º1 e 2, ambos do art.9.º, da Lei 23/96, de 26 de julho e ulteriores alterações, que o utente tem direito a fatura que especifique devidamente os valores que apresenta, e devendo esta discriminar os serviços prestados e as correspondentes tarifas.

11. Sendo certo que, por força do disposto no n.º3, do retocitado artigo, a exigência de pagamento por serviços prestados é comunicada ao utente, por escrito, com uma antecedência mínima de 10 dias úteis relativamente à data limite fixada para efetuar o pagamento. -----

12. Por forma, a que não restem dúvidas, o n.º2, do art.11º, da Lei n.º 23/96, de 26 de julho e ulteriores alterações, determina, expressamente, que "incide sobre o prestador do serviço o ónus da prova da realização das comunicações a que se refere o artigo 10.º, relativas à exigência do pagamento e do momento em que as mesmas foram efetuadas". -----

13. O que significa que o legislador presume a culpa do prestador do serviço em caso de não cumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações ou das diligências impostas pela lei de serviços públicos essenciais. -----

14. Porém, o prestador do serviço, tem, a possibilidade de ilidir a presunção de culpa que sobre si impende, demonstrando que não teve culpa (n.º1 e n.º2, do art.350.º, do C.C). -----

15. Ora, como se conclui dos elementos constantes do respetivo processo, o Município enviou, por correio, as faturas constantes da listagem em anexo ao presente processo para a morada indicada no respetivo contrato de fornecimento de água acima identificados, com o CIL 2021. -----

16. Assim sendo, foi dado cumprimento ao disposto no n.º3, do art.10º e no n.º2, do artigo 11º, ambos da Lei n.º 23/96, de 26 de julho e ulteriores alterações, cabendo ao consumidor final fazer prova de que não recebeu qualquer comunicação/fatura em casa. -----

17. Neste sentido, o n.º6, do art.190.º, do Código de Procedimento e Processo Tributário, estabelece que só ocorre falta de citação quando o destinatário alegue e demonstre que não chegou a ter conhecimento do ato por motivo que lhe não foi imputável. -----

18. Assim, importa salientar que conforme o teor das certidões de dívidas com o CIL 2021 e os elementos constantes dos processos executivos as mesmas foram enviadas através de correio para a Rua Cândido Sotto Mayor 54-56 - Chaves. -----

19. Relativamente à prescrição, para além do referenciado, e atentos os elementos constantes do processo, constatamos a prescrição das respetivas certidões de dívida com os seguintes n.ºs. 21934, 21935, 21936, 21937, 21938, 21939, 21940, 21941, 21942, 21943 e 21944, uma

vez que decorreram mais de seis meses desde a data da emissão da fatura, sem que tenha sido instaurado o competente processo de execução fiscal. -----

20. Quanto às certidões n.ºs 21945, 21946, 22111, 22603, 23236, 23708, 24163, 24711, 25282, 25826, 26350, 26760, 27350 e 277781, verificamos que não se encontram prescritas, uma vez que as mesmas foram emitidas dentro do período de seis meses ao período a que dizem respeito e não decorreram mais de oito anos. -----

21. Sobre prescrição das dívidas em execução fiscal, importa salientar que execução coerciva de dívidas no caso de incumprimento do utente do contrato de fornecimento de água, a certidão de dívida constitui um título executivo, para os efeitos do processo de execução fiscal (alín. a), do n.º2, do art.148.º e alín. c), do art.162.º, ambos do CPPT). -----

22. Porquanto, o processo de execução fiscal das autarquias locais visa, desde logo, a cobrança coerciva de taxas e outros tributos destas entidades, conforme prevê o n.º1, do art.15.º, do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais: "as dívidas por taxas às autarquias locais prescrevem no prazo de oito anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu". Como tal, é de 8 anos o prazo de prescrição para as taxas e a maior parte dos outros tributos administrados pelas autarquias locais. -----

23. Assim sendo, no caso em apreciação, quanto às dívidas constantes das certidões de dívida, referidas no ponto 20 do presente capítulo, não se verifica, na presente data, a sua prescrição. -----

### **III - Da Proposta** -----

Nestes termos, de acordo com os fundamentos de facto e de direito acima expostos, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, em vista à tomada de deliberação consubstanciada no reconhecimento da prescrição das faturas referentes às certidões de dívida com os n.ºs: 21934, 21935, 21936, 21937, 21938, 21939, 21940, 21942 e 21943 e 21944, em virtude de terem decorrido mais de seis meses desde a data da sua emissão, sem que tenha sido instaurado o competente processo de execução fiscal, pelo que deverão ser anulados os respetivos processos de execução fiscal; -----

b) Quanto às certidões n.ºs 21945, 21946, 22111, 22603, 23236, 23708, 24163, 24711, 25282, 25826, 26350, 26760, 27350 e 277781, não se verificou a prescrição com base nas razões apontadas no capítulo anterior; -----

c) Sequencialmente, dever-se-á dar conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local, em vista a que os mesmos encetem as diligências tendentes à operacionalização de tal deliberação, bem como à Divisão de Águas e Resíduos, para conhecimento; -----

d) Por último, notificar o peticionário do teor da presente informação, nos termos do art.114.º, do Código de Procedimento Administrativo; -----

e) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado da presente proposta, ao Gabinete do Diretor de Departamento Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----  
À consideração superior. -----

Chaves, 19 de março de 2018. -----

A Técnica Superior Jurista -----  
(Ana Tomaz)-----

**Anexo:** O respetivo processo administrativo. -----  
**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA. SANDRA LISBOA DE 19-03-2018** -----

Visto. Concorde com a presente informação a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.19.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.03.2018** - À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### III

#### DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

#### ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

#### 1. PROGRAMA DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR - ANO LETIVO 2017/2018 - LISTA DEFINITIVA. INFORMAÇÃO Nº 31/ SE Nº 22 -2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

##### 1. INTRODUÇÃO -----

Findo o período de audiência dos interessados, no dia 2 de fevereiro de 2018, no âmbito do Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior para o ano letivo 2017/2018, foram ponderadas todas as eventuais observações apresentadas pelos candidatos, nos termos do ponto 2, do artigo 13º, do Regulamento vigente.-----

Na fase de avaliação dos processos submetidos, de forma a elaborar a lista provisória, sancionada na informação nº 07/SE nº05 - 2018, do pretérito dia 12 de janeiro, todas as candidaturas foram analisadas de acordo com o artigo 4º e artigo 5º do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, onde são explanadas as condições de candidatura e a apresentação da candidatura. Os candidatos que não cumprem os requisitos exigidos nos artigos citados, são automaticamente excluídos do programa.-----

É importante referir que, considerando a fragilidade financeira de alguns agregados familiares que possam eventualmente estar a passar, e não querendo incorrer na exclusão de alguns candidatos que por falta de atenção ou por falta de informação, não tenham anexado todos os documentos exigidos no Regulamento vigente, durante a fase de análise das candidaturas e após o termo do período de submissão das mesmas, foi solicitado a todos os candidatos, via correio eletrónico e no prazo de 5 dias úteis, o envio de documentos em falta, de forma a dar mais uma oportunidade de completarem o seu processo de candidatura. Todos os candidatos excluídos ao abrigo do artigo 11º, alínea b), não responderam ou não enviaram a totalidade do que era solicitado.-----

#### 2. DAS ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS--

Foram rececionadas três alegações sobre a decisão de análise da lista provisória, e compulsados todos os argumentos apresentados e de forma a elaborar a lista definitiva:-----

**a)** O candidato **Luís Manuel Rodrigues de Jesus**, admitido na lista provisória e candidato a atribuição da bolsa de estudo, durante a fase de audiência dos interessados foi-lhe solicitado documento comprovativo dos serviços de ação social da Instituição de ensino superior que frequenta se é ou não bolseiro. O referido documento apenas foi disponibilizado no dia 22 de fevereiro, pelo facto de a decisão por parte dos serviços, apenas ter sido culminada nesse dia. A bolsa que lhe foi atribuída corresponde a um valor anual de €2957,00, pelo que, de acordo com o artigo 3º, ponto 4, "Caso o candidato usufrua de algum tipo de Bolsa de estudo de outra Instituição, a mesma poderá ser acumulável com a da Câmara Municipal, sendo que o valor final nunca ultrapasse os €200,00Foi comunicado, via correio eletrónico, ao candidato que até ao fim do próprio dia, por escrito, deveria optar por uma das bolsas. Em resposta ao solicitado, o candidato refere que "...tal e-mail um ultimato,..." e solicita o deferimento da bolsa do Município pelos argumentos apresentados em documento anexo. **(documento 1)**. -----

Considerando que, o candidato afirma que tinha conhecimento do conteúdo do regulamento aquando da sua candidatura;-----

Considerando que, o processo se encontrou "parado" até o envio da declaração dos serviços sociais pelo candidato, encontrando-se os restantes candidatos à espera da elaboração da lista definitiva;-----

Considerando que, se o candidato tinha conhecimento do artigo 3º desde o início do programa, e apesar de não concordar com o mesmo, teve tempo suficiente para analisar a probabilidade de o mesmo lhe poder ser atribuído, pelo que o "e-mail" referido não poderá ser considerado um "ultimato", mas sim o culminar de um processo que, por boa fé dos serviços municipais, aguardaram, atrasando a atribuição das bolsas municipais de outros candidatos;-----

Considerando que, o programa municipal de atribuição de bolsas de estudo se rege por um regulamento devidamente sancionado em Diário da República, e não podendo o mesmo ser interpretado por cada candidato de acordo com os seus interesses pessoais;-----

Considerando que, o ponto 2, do artigo 18º do aludido regulamento, refere que o mesmo poderá ser aplicável em situações especiais não previstas, o que não se verifica neste caso em concreto, pois a sua situação económica foi avaliada à luz do regulamento, tal como todos os candidatos, pelo que foi admitida à atribuição da bolsa municipal;- Assim, pelo exposto, o Programa municipal de atribuição de bolsas de estudo é regido por um regulamento, o qual é bem esclarecedor sobre a matéria de acumulação de bolsas. Neste caso em concreto, o requerente admite ser beneficiário de uma bolsa da universidade, no valor de €2957,00, pelo que se **propõe a sua exclusão ao abrigo do artigo 3º, ponto 4, por iniciativa dos serviços de educação.**-----

**b)** O candidato **Ricardo Pereira Garcia Pinto**, excluído ao abrigo da alínea a), do artigo 11º do Regulamento, "*Não preenchem as condições estabelecidas no art. 4º do presente Regulamento*" - a média de ingresso no ensino superior é inferior a 14 valores (13.6 valores), durante a fase de audiência dos interessados, apresentou um requerimento com referência nº.843, a 29 de janeiro, onde solicita a reavaliação do seu processo, alegando que a média de ingresso no curso que se matriculou é de 14,6. **(documento 2)**.-----

Considerando que, o artigo 4º do regulamento, apresenta as condições de candidatura, que os candidatos deverão ter cumulativamente, sendo a média de ingresso uma delas;-----

Considerando que, a média de ingresso é aquela que consta na ficha ENES, de acordo com o artigo 5º, onde consta a média do ensino secundário com a média dos exames nacionais feitos por cada candidato, independentemente dos exames exigidos por cada curso e cada universidade, que diferem a nível nacional;-----

Considerando que, o programa municipal de atribuição de bolsas de estudo se rege por um regulamento devidamente sancionado em Diário da República, e não podendo o mesmo ser interpretado por cada candidato de acordo com os seus interesses pessoais;-----

Assim, pelo exposto, proponho que seja **mantido o sentido de decisão da sua exclusão ao abrigo da alínea a), do artigo 11º.**-----

c) A candidata **Beatriz Pires Pereira**, excluída ao abrigo da alínea a), do artigo 11º do Regulamento, "*Não preencham as condições estabelecidas no art. 4º do presente Regulamento*" - **património do agregado superior a €100 000 (€115 639.86)**, veio através de correio eletrónico (**documento 3**) solicitar a reavaliação do seu processo tendo por base que o património "não poderá ser considerado um bem/auxílio".-

Considerando que, o programa municipal de atribuição de bolsas de estudo se rege por um regulamento devidamente sancionado em Diário da República, e não podendo o mesmo ser interpretado por cada candidato de acordo com os seus interesses pessoais;-----

Assim, pelo exposto, proponho que seja **mantido o sentido de decisão da sua exclusão ao abrigo da alínea a), do artigo 11º.**-----

d) A candidata **Inês Hostilina Paiva Marcos**, excluída ao abrigo da alínea b), do artigo 11º do Regulamento, "*Não entreguem os documentos exigidos no número 3 do artigo 5º*", através de correio eletrónico, esclarecer que a resposta ao solicitado pelos serviços de educação foi enviado, mas para correios eletrónicos que não o oficial (**documento 4**).-----

Considerando que, podendo ser aceite o motivo do não envio dos documentos necessários para a avaliação da sua candidatura, os documentos, agora enviados, não poderão ser aceites por fazerem referência a outro ano civil que não o de 2017. Como exemplos, a nota de liquidação enviada é do ano 2015, a declaração das finanças acerca do património do agregado é do ano 2016.-----

Assim, pelo exposto, proponho que seja **mantido o sentido de decisão da sua exclusão ao abrigo da alínea b), do artigo 11º.**-----

e) A candidata **Helena Sofia Chaves Marto**, admitido na lista provisória, durante a fase de audiência dos interessados, apresentou um documento dos serviços sociais da Instituição de Ensino Superior que frequenta, onde a bolsa que lhe tinha sido atribuída uma bolsa anual de €2.533 , pelo que, de acordo com o artigo 3º, ponto 4, "Caso o candidato usufrua de algum tipo de Bolsa de estudo de outra Instituição, a mesma poderá ser acumulável com a da Câmara Municipal, sendo que o valor final nunca ultrapasse os €200,00.". Foi comunicado, via correio eletrónico, à candidata que até ao dia 02 de fevereiro de 2018, por escrito, deveria optar por uma das bolsas. -----

Considerando que, não manifestou a sua opção entre as duas bolsas de estudo, e à luz do regulamento vigente, apesar de a bolsa municipal poder ser acumulável com outra, desde que não exceda o valor mensal de €200, propõe-se que a candidata **seja excluída ao abrigo do artigo 3º, ponto 4, por iniciativa dos serviços de educação.** -----

f) A candidata **Melanie Martins Gil**, admitido na lista provisória, durante a fase de audiência dos interessados, apresentou um documento

dos serviços sociais da Instituição de Ensino Superior que frequenta, onde a bolsa que lhe tinha sido atribuída uma bolsa anual de €2.925 , pelo que, de acordo com o artigo 3º, ponto 4, "Caso o candidato usufrua de algum tipo de Bolsa de estudo de outra Instituição, a mesma poderá ser acumulável com a da Câmara Municipal, sendo que o valor final nunca ultrapasse os €200,00.". Foi comunicado, via correio eletrónico, à candidata que até ao dia 02 de fevereiro de 2018, por escrito, deveria optar por uma das bolsas. -----

Considerando que, não manifestou a sua opção entre as duas bolsas de estudo, e à luz do regulamento vigente, apesar de a bolsa municipal poder ser acumulável com outra, desde que não exceda o valor mensal de €200, propõe-se que a candidata **seja excluída ao abrigo do artigo 3º, ponto 4, por iniciativa dos serviços de educação.**-----

**g)** A candidata **Joana Raquel Mendonça Oliveira**, admitida na lista provisória, durante a fase de audiência dos interessados, apresentou um documento dos serviços sociais da Instituição de Ensino Superior que frequenta, onde a bolsa que lhe tinha sido atribuída uma bolsa anual de €2.082, pelo que, de acordo com o artigo 3º, ponto 4, "Caso o candidato usufrua de algum tipo de Bolsa de estudo de outra Instituição, a mesma poderá ser acumulável com a da Câmara Municipal, sendo que o valor final nunca ultrapasse os €200,00.". Foi comunicado, via correio eletrónico, ao candidato que até ao dia 02 de fevereiro de 2018, por escrito, deveria optar por uma das bolsas. Em resposta ao solicitado, a candidata abdicou da bolsa da câmara municipal.----

Considerando que, a candidata manifestou a sua desistência do programa municipal de bolsas de estudo, é do meu entender que a candidata **seja excluída ao abrigo do artigo 3º, ponto 4 e por iniciativa da própria.**-

**h)** A candidata **Sara Gouveia Esteves**, admitida na lista provisória, durante a fase de audiência dos interessados, apresentou um documento dos serviços sociais da Instituição de Ensino Superior que frequenta, onde a bolsa que lhe tinha sido atribuída uma bolsa anual de €2.759, pelo que, de acordo com o artigo 3º, ponto 4, "Caso o candidato usufrua de algum tipo de Bolsa de estudo de outra Instituição, a mesma poderá ser acumulável com a da Câmara Municipal, sendo que o valor final nunca ultrapasse os €200,00.". Foi comunicado, via correio eletrónico, ao candidato que até ao dia 02 de fevereiro de 2018, por escrito, deveria optar por uma das bolsas. Em resposta ao solicitado, a candidata abdicou da bolsa da câmara municipal.-----

Considerando que, a candidata manifestou a sua desistência do programa municipal de bolsas de estudo, é do meu entender que a candidata **seja excluída ao abrigo do artigo 3º, ponto 4 e por iniciativa da própria.**-

**i)** Os candidatos **Lia Teixeira César Jerónimo, Marta Martins dos Santos e Filipe José Xavier Ferreira**, aptos a atribuição de bolsa de estudo municipal na lista provisória, não entregaram os documentos solicitados durante a audiência prévia dos interessados, nomeadamente declaração dirigida ao Sr. Presidente da Câmara onde conste se é ou não bolseiro de outra instituição, NIB e documento comprovativo da sua situação bolseira dos serviços sociais da instituição de ensino que frequentam.-----

Assim, pelo exposto, proponho que **Lia Teixeira César Jerónimo, Marta Martins dos Santos e Filipe José Xavier Ferreira**, sejam excluídos ao abrigo das alíneas f) e g), do artigo 17º do regulamento.-----

### **3. PROPOSTA** -----

Face ao exposto e em coerência com as razões de facto em cima enunciadas, tomo a liberdade de submeter à consideração do Sr. Vice-Presidente, Dr. Francisco Melo, a seguinte proposta e procedimento:--

1. Relativamente aos candidatos que em sede de Audiência Prévia dos interessados, que apresentaram um conjunto de observações relativas ao sentido de decisão perfilhada na lista provisória, propõe-se:-----  
 - Excluir o candidato **Luís Manuel Rodrigues de Jesus**, ao abrigo do ponto 4, do artigo 3º;-----  
 - Excluir o candidato **Ricardo Pereira Garcia Pinto**, ao abrigo da alínea a), artigo 11º;-----  
 - Excluir a candidata **Beatriz Pires Pereira**, ao abrigo da alínea a), artigo 11º;-----  
 - Excluir a candidata **Inês Hostilina Paiva Marcos**, ao abrigo da alínea b), artigo 11º;-----  
 - Excluir a candidata **Helena Sofia Chaves Marto**, ao abrigo do ponto 4, do artigo 3º, por incitativa dos serviços de educação;-----  
 - Excluir a candidata **Melanie Martins Gil**, ao abrigo do ponto 4, do artigo 3º, por incitativa dos serviços de educação;-----  
 - Excluir a candidata **Joana Raquel Mendonça Oliveira**, por iniciativa da própria;-----  
 - Excluir a candidata **Sara Gouveia Esteves**, por iniciativa da própria;-  
 - Excluir os candidatos **Lia Teixeira César Jerónimo, Marta Martins dos Santos e Filipe José Xavier Ferreira**, ao abrigo das alíneas f) e g), do artigo 17º.-----

2. Que seja aprovada a lista definitiva dos **candidatos admitidos** para a atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, conforme **documento 5**; -----

3. Que seja aprovada a lista definitiva dos **candidatos excluídos**, conforme **documento 6**;-----

4. Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para cabimento, sabendo que o valor total anual previsto de bolsas a atribuir será de **€ 24.626,00** (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e seis euros). -----

5. O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação; -----

À consideração Superior. -----  
 Chaves: 28 de fevereiro de 2018-----

O seu encaminhamento, após confirmação do acima

A Técnica Superior -----

(Dr<sup>a</sup>. Zuleika Alves) -----

**Em anexo:** -----

- Documento 1; -----

- Documento 2; -----

- Documento 3; -----

- Documento 4; -----

- Documento 5 - Lista dos candidatos admitidos; -----

- Documento 6 - Lista dos candidatos excluídos; -----

- Regulamento do Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior-----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.02.28.**-----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.16.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 16.03.2018** -----

À Reunião de Câmara. -----



-----  
 Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vice-presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo apresentado os seguintes comentários adicionais, sobre a proposta em apreciação: -----

1 - A prática administrativa seguida no procedimento administrativo, em apreciação, concede, nos termos legais, a título preparatório, o direito de audiência dos interessados, tendo como objeto o sentido de decisão perfilhado, sobre a atribuição das respetivas bolsas, à luz do regulamento, em vigor, razão pela qual, nesta fase do procedimento, não há lugar a qualquer reclamação. -----

2 - Os limites e a forma de calculo de atribuição das bolsas de estudo são fundamentados, no essencial, partindo da apreciação da ficha instrutória que deve acompanhar as respetivas candidaturas patenteadas. -----

3 - No futuro, dever-se-á ponderar uma alteração ao regulamento, em vigor, no sentido de permitir a inclusão de mais alunos beneficiários, no âmbito do apoio municipal, em causa, permitindo baixar a média de acesso ao ensino superior. -----

4 - O objetivo prosseguido, pelo atual regulamento municipal, assenta em dois pressupostos fundamentais: -----

- A situação económica do beneficiário; -----

- O seu mérito escolar; -----

5 - Tais pressupostos não devem ser comprometidos, numa futura revisão do regulamento, a sancionar, pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **2. FICHAS DE INSCRIÇÃO E NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA 6ª EDIÇÃO DO EVENTO GALAICO-ROMANO "FESTA DOS POVOS EM AQUAE FLAVIAE", QUE SE IRÁ REALIZAR NOS DIAS 17, 18 E 19 DE AGOSTO DE 2018. INFORMAÇÃO/ DDSC N. ° 36 / 2018. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

### **1. INTRODUÇÃO -----**

Considerando a necessidade de promover a região flaviense como marca cultural e turística, de modo a valorizar a matriz local cultural e social, através da preservação de valores e da constante afirmação da identidade da memória coletiva, o Município de Chaves e a EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S. A., pretendem realizar o certame galaico-romano "Festa dos Povos em Aquae Flaviae", nos dias 17, 18 e 19 do mês de agosto, do ano de 2018, na Alameda do Tabolado, na Alameda de Trajano e nos espaços circundantes. Ao longo deste evento galaico-romano decorrerão as mais variadas atividades socioculturais, que nos transportarão até à época do Imperador Tito Flavio Vespasiano, palco de iguarias gastronómicas, jantar galaico-romano, festim de bebidas, saberes ancestrais, simulações bélicas (luta entre gladiadores, luta galhofa e jogo com varapaus), recriações mitológicas, interpretações musicais e bailados, circus maximus e cortejos pelas artérias de Aquae Flaviae, onde estarão representados os povos galaicos, legionários, gladiadores, senadores, músicos, bailarinos, mendigos, escravos, falcoeiros e divindades, numa azáfama constante de episódios que retratarão o quotidiano de Aquae Flaviae.-----

Os objetivos deste evento galaico-romano são construídos com base no conhecimento da realidade flaviense, de modo a traçar estratégias de intervenção a médio e a longo prazo, de forma a: -----

- ☐ Promover a região flaviense, como "marca" cultural e turística;-
- ☐ Criar e dinamizar agentes socioculturais em cada freguesia, que se constituam como intervenientes da cultura local, gerindo os recursos humanos e culturais endógenos; -----
- ☐ Apostar na qualidade de vida rural e urbana, com o intuito de criar condições para fixar e integrar social e culturalmente a população, particularmente a população mais jovem; -----
- ☐ Incentivar a participação da população em geral; -----
- ☐ Criar parcerias e cumplacidades entre a população local e os visitantes. -----

A concretização dos objetivos supramencionados está patente no número elevado de agentes socioculturais, que ano após ano têm participado neste evento galaico-romano, entre eles as Juntas de Freguesia, Associações Culturais, Recreativas e Desportivas, Associações de Artesãos, artesãos individuais locais, nacionais e estrangeiros, comerciantes locais e nacionais, Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 198, Associação dos Escoteiros de Portugal, Grupo 259 e grupos de animadores. -----

Considerando os fracos recursos económicos, optamos por cobrar o aluguer das bancas de comércio pertencentes ao Município, bem como o aluguer do espaço para a montagem de tendas e bancas de comércio próprias, aos vendedores do setor de artesanato, misticismo, esoterismo, velharias, produtos agroalimentares e restauração, conforme o explanado nas fichas de inscrição e no respetivo conjunto de normas de funcionamento, do evento galaico-romano, em anexo. -----

2. **PROPOSTA:** -----  
Atendendo ao exposto, submeto à consideração de V. Exa. a seguinte proposta: -----

- Propõe-se o seu agendamento para a próxima reunião de Câmara, para aprovação das fichas de inscrição e das respetivas normas de funcionamento do evento galaico-romano, que se anexam. -----

**ANEXOS:** -----  
- Fichas de Inscrição -----  
- Normas de funcionamento do evento -----  
À consideração Superior. -----  
Chaves, 06 de março de 2018-----  
A Técnica Superior, -----  
(Jaquelina Paula Branco Alves) -----

**"FESTA DOS POVOS EM AQVAE FLAVIAE" 17, 18 e 19 de agosto 2018**-----

**NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO EVENTO:** -----

**1. Objetivos:** -----

**1.1.** O presente normativo tem como objetivo regular o funcionamento do mercado galaico-romano, integrado na sexta edição do evento "Festa dos Povos em Aqvae Flaviae", cuja organização é da responsabilidade da Câmara Municipal de Chaves; -----

**1.2.** Os objetivos da "Festa dos Povos em Aqvae Flaviae" prendem-se com a promoção e venda de produtos, bem como com a valorização, divulgação e afirmação da identidade coletiva. -----

**2. Destinatários:** -----

**2.1.** Artesãos e mestres do oculto locais, regionais, nacionais e internacionais; -----

**2.2.** Entidades singulares ou coletivas, coletadas para o exercício da atividade de produção, exposição e venda de produtos agroalimentares:

pão centeio, pão de milho, bola de carne, empadas, folar, pastéis de carne, fumeiro, presunto, bolos de bacalhau, doces, mel, compotas, marmelada, queijo, chá, licor, vinho, batata de consumo, castanha, cebola, pimento, feijão, couve e azeite; -----

**2.3.** A organização dá preferência a expositores locais, que possuam Licença de Exercício de Atividade, artesãos que possuam Carta de Artesão ou de Unidade Produtiva Artesanal e que trabalhem ao vivo; --

**2.4.** A participação no evento galaico-romano está condicionada à seleção das inscrições, que obedece a critérios de diversidade das propostas, genuinidade e qualidade. E, é da exclusiva competência e responsabilidade da Organização. -----

**3. Localização:** -----

**Chaves:** Alameda do Tabolado e Alameda de Trajano. -----

**4. Horário de funcionamento:** -----

**4.1.** Dias 17, 18 e 19 de agosto. Dia 17 das 19h00 às 24h00, dia 18 das 15h00 às 24h00 e dia 19 das 15h00 às 23h00. -----

**4.2.** Todos os participantes deverão se comprometer a manter as bancas e as tendas de comércio abertas e em funcionamento durante os horários supramencionados. -----

**5. Inscrição:** -----

**5.1.** A inscrição deverá ser formalizada através do preenchimento da ficha de inscrição, anexa, ao presente Normativo; -----

**5.2.** A inscrição deverá ser enviada ou entregue a partir do dia 01 de abril até ao dia 30 de junho: -----

**a)** Por correio: Centro Cultural de Chaves, Organização "FESTADOS POVOS EM AQUAE FLAVIAE 2018", Largo da Estação, 5400-231 Chaves; -----

**b)** Por e-mail: -----  
jaquelin Alves@hotmail.com -----

**c)** No Centro Cultural de Chaves, Largo da Estação, 5400-231 Chaves; ---

**5.3.** O candidato será o único responsável pelos atrasos no cumprimento do mencionado prazo, não havendo direito a reclamação; -----

**5.4.** Só serão validadas as inscrições, que sejam acompanhadas por todos os documentos solicitados na ficha de inscrição; -----

**5.5.** A Organização reserva-se o direito de recusar ou anular a inscrição dos participantes, cujos produtos não revelem qualidade para serem comercializados, não se ajustem ao evento galaico-romano, ou que, por qualquer motivo, sejam considerados inadequados; -----

**5.6.** A decisão da Organização não será passível de recurso; -----

**5.7.** A participação em edições anteriores não constitui garantia de participação nesta ou em edições futuras; -----

**5.8.** A Organização efetuará a seleção dos inscritos e a comunicação da decisão até ao dia 06 de julho. -----

**6. Valor da inscrição:** -----

**6.1.** O valor da inscrição referente ao espaço, para colocar tendas ou bancas de comércio particulares, para o Artesanato, Misticismo, Esoterismo e Velharias é o seguinte: -----

**a)** Espaço com 4m<sup>2</sup> (2m x 2m) custa 50,00€ (cinquenta euros); -----

**b)** Espaço com 9m<sup>2</sup> (3m x 3m) custa 100,00€ (cem euros); -----

**c)** Espaço com 12m<sup>2</sup> (4m x 3m ou 3m x 4m) custa 140,00€ (cento e quarenta euros); -----

**d)** Espaço com 20m<sup>2</sup> (5m x 4m ou 4m x 5m) custa 230,00€ (duzentos e trinta euros); -----

**e)** Por cada metro quadrado suplementar acresce o valor de 10€ (dez euros). -----

**6.2.** O valor da inscrição para usar as bancas de comércio pertencentes à Organização, para acondicionar o Artesanato, Misticismo, Esoterismo e Velharias é o seguinte: -----

a) Banca de comércio com balcão de (1,5m x 0,45m), com espaço de apoio na retaguarda de 3m<sup>2</sup> custa 30€ (trinta euros).-----

**6.3.** O valor da inscrição referente ao espaço, para colocar tendas ou bancas de comércio particulares, para os Produtos Agroalimentares é o seguinte:-----

a) Espaço com 4m<sup>2</sup> (2m x 2m) custa 100,00€ (cem euros);-----

b) Espaço com 9m<sup>2</sup> (3m x 3m) custa 200,00€ (duzentos euros);-----

c) Espaço com 12m<sup>2</sup> (4m x 3m ou 3m x 4m) custa 240,00€ (duzentos e quarenta euros);-----

d) Espaço com 20m<sup>2</sup> (5m x 4m ou 4m x 5m) custa 330,00€ (trezentos e trinta euros);-----

e) Por cada metro quadrado suplementar acresce o valor de 20€ (vinte euros).-----

**6.4.** O valor da inscrição para usar as bancas de comércio pertencentes à Organização, para acondicionar os Produtos Agroalimentares é o seguinte:-----

a) Banca de comércio com balcão de (1,5m x 0,45m), com espaço de apoio na retaguarda de 3m<sup>2</sup> custa 80€ (oitenta euros).-----

**6.5.** O valor da inscrição referente ao espaço, para colocar tendas ou bancas de comércio particulares, para a Restauração (porco no espeto, carnes na telha, carnes assadas, peixe, moluscos, caldos e sopas) é o seguinte:-----

a) Espaço com 4m<sup>2</sup> (2m x 2m) custa 130,00€ (cento e trinta euros);-----

b) Espaço com 9m<sup>2</sup> (3m x 3m) custa 230,00€ (duzentos e trinta euros);---

c) Espaço com 12m<sup>2</sup> (4m x 3m ou 3m x 4m) custa 270,00€ (duzentos e setenta euros);-----

d) Espaço com 20m<sup>2</sup> (5m x 4m ou 4m x 5m) custa 360,00€ (trezentos e sessenta euros);-----

e) Por cada metro quadrado suplementar acresce o valor de 20€ (vinte euros).-----

**6.6.** O valor da inscrição para usar as bancas de comércio pertencentes à Organização, para a Restauração é o seguinte:-----

a) Banca de comércio com balcão de (1,5m x 0,45m), com espaço de apoio na retaguarda de 3m<sup>2</sup> custa 100€ (cem euros).-----

**6.7.** Os inscritos na área da restauração terão que confeccionar um prato galaico-romano proposto pela Organização, para o jantar do dia 17 de agosto;-----

**6.8.** As Juntas de Freguesia e as Associações locais, que cumpram os objetivos do mercado galaico-romano "Festa dos Povos em Aqvae Flaviae", poderão ficar isentas de pagamentos de taxas de participação, desde que se enquadrem na época em questão e se traduzam numa mais valia para o certame, com a exposição e venda dos seus produtos de artesanato, vitivinícolas, hortofrutícolas, fumeiro, presunto, compotas e mel.-----

**6.9.** Os pagamentos supramencionados deverão ser efetuados, num prazo máximo de cinco dias úteis, após a comunicação da decisão pela Organização, por numerário, cheque endossado à Tesouraria do Município de Chaves ou por transferência bancária IBAN-PT500018 000310026730020 32 (caso faça o pagamento por transferência bancária/ multibanco é obrigatório o envio à Organização de: cópia do comprovativo de pagamento com menção "FESTA DOS POVOS EM AQVAE FLAVIAE2018" e N.º de Identificação Fiscal).-----

**7. Controlo da qualidade:**-----

A Organização fará o controlo da qualidade a nível da adequação e compatibilidade das tendas, bancas e produtos expostos no mercado galaico-romano antes e durante o evento. A Organização reserva-se o

direito de mandar retirar todos os produtos que não estejam de acordo com a temática galaico-romana.-----

#### **8. Condições dos espaços e estruturas:-----**

**8.1.** A atribuição e localização de cada espaço, tenda ou banca de comércio é da responsabilidade da Organização. É expressamente proibido a mudança dos mesmos, pelos participantes.-----

**8.2.** A montagem das tendas e bancas de comércio próprias será efetuada, pelos mesmos, nos locais reservados pela Organização, até às 10h00 do dia 16 de agosto, para que estas possam ser eletrificadas;-----

**8.3.** A decoração das tendas e bancas de comércio próprias ou atribuídas pela Organização será efetuada, pelos próprios, até às 11h00 do dia 17 de agosto;-----

**8.4.** A desmontagem das tendas e bancas de comércio deverá ocorrer até às 10h00 do dia 20 de agosto;-----

**8.5.** É proibido expor qualquer tipo de publicidade nas tendas e bancas de comércio;-----

**8.6.** Se pretender identificar o espaço ou tenda, deverá recorrer a material que se enquadre no período galaico-romano, como serapilheira, tecido, madeira e pedra;-----

**8.7.** Poderá precaver-se com oleados e plásticos, para proteger as suas bancas e tendas, somente em caso de chuva;-----

**8.8.** O participante não pode ceder a qualquer título, oneroso ou gratuito, o seu direito de ocupação do espaço, tenda ou banca de comércio;-----

**8.9.** Em caso de desistência, deverá informar a Organização até 20 (vinte) dias úteis, antes do início do evento.-----

#### **9. Obrigações dos participantes:-----**

**9.1.** A decoração, limpeza e segurança das tendas e das bancas de comércio é da responsabilidade dos participantes, antes, durante e após o evento galaico-romano;-----

**9.2.** Não é permitido encerrar as tendas e as bancas de comércio durante o horário de funcionamento, incluindo o horário das refeições; -----

**9.3.** Os participantes deverão estar munidos de cabos elétricos, tomadas, extensões e lâmpadas para facilitar a eletrificação das tendas e bancas, que não pertençam à Organização; -----

**9.4.** Os participantes deverão estar trajados, obrigatoriamente, de acordo com a época galaico-romana em questão. É expressamente proibido o uso de acessórios modernos (óculos de sol, telemóvel, ténis e outros);-----

**9.5.** Só poderão vender os materiais e produtos alimentares aprovados pela Organização;-----

**9.6.** Os participantes deverão possuir papel de embrulho e sacos de papel, para poderem vender os seus produtos artesanais e agroalimentares. **São expressamente proibidos os sacos de plástico;** -

**9.7.** O acondicionamento e a embalagem dos produtos agroalimentares deverão ser realizados em embalagens adequadas, limpas e de material inócuo. Os vendedores são responsáveis pelos produtos vendidos e são obrigados a indemnizar qualquer comprador a que tenham vendido produtos sem qualidade;-----

**9.8.** A entrada e/ou reposição de mercadorias, durante o horário de funcionamento do evento galaico-romano, deverá ser comunicado à Organização, à qual caberá a decisão de autorização;-----

**9.9.** É expressamente proibido a venda de sumo em garrafa ou lata e outras bebidas em garrafa ou lata, não adequadas ao evento;-----

**9.10.** Deverá utilizar apenas louças em barro (copos, tigelas, travessas e pratos). É proibido a utilização de louças e utensílios que não se enquadrem no período galaico-romano;-----

**9.11.** Os participantes ficam obrigados a respeitar e a cumprir a Legislação vigente sobre os direitos do consumidor e, ainda, os produtores artesanais ficam obrigados a cumprir o disposto no regime de Exercício de Atividade Industrial (REAI), aprovado pelo Decreto-Lei N.º 209/2008 de 29 de outubro.-----

**10. Considerações Finais:** -----

**10.1.** O envio ou entrega da ficha de inscrição, em anexo, implica a aceitação de todas as cláusulas deste Normativo;-----

**10.2.** O incumprimento de qualquer norma de funcionamento do evento galaico-romano presente neste Normativo, impede o participante de concorrer nos anos seguintes, reservando-se a Organização o direito de suspender, de imediato, a sua presença no evento em curso;-----

**10.3.** A Organização declina qualquer responsabilidade perante o incumprimento das normas de funcionamento constantes no presente Normativo;-----

**10.4.** A Organização declina qualquer responsabilidade por danos que possam ocorrer antes, durante e após o horário de funcionamento do evento galaico-romano;-----

**10.5.** A Organização não se responsabiliza por furtos ou roubos que possam ocorrer antes, durante e após o horário de funcionamento do evento galaico-romano;-----

**10.6.** Os casos omissos serão resolvidos pela Organização.-----

**11. Contactos da Organização:**-----

Para qualquer esclarecimento adicional poderão contactar os seguintes elementos da Organização:-----

**-Jaquelina Branco Alves e José Ribeiro**-----

Centro Cultural de Chaves, Largo da Estação, 5400-231Chaves-----

**Tlf.:** 276 340500 ou 276 322 530 **Fax:** 276 327724 ou 276 322 535-----

**E-mail:** jaquelinalves@hotmail.com-----

**Email:** jose.ribeiro@chaves.pt-----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.03.12.**-----

Visto. Concorde. À Consideração superior. -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.14.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 16.03.2018** -----

À Reunião de Câmara para decisão. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar da palavra, o Presidente da Câmara, tendo referido que a presente proposta deve ser perspectivada como um projeto, em vista a serem colhidos os pertinentes contributos, junto dos interessados, permitindo, assim, uma melhor afinação do regime das próprias normas disciplinadoras do evento, em causa. -----

De seguida, usou da palavra, o Vice-presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1 - A Feira precisa de ser consolidada, não tendo sido, de momento, equacionadas alterações significativas ao seu regulamento e funcionamento. -----

2 - Deve ser afinada a criação, na feira, de uma zona de restauração, atividade que deve dar cumprimento a todas as normas legais, em vigor, sobre a matéria. -----

3 - De momento, o mais importante, em vista à boa operacionalização da iniciativa, centra-se na aprovação da respetiva ficha de inscrição.

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3. COMPARTICIPAÇÃO DE PASSE 4\_18 DOS ALUNOS CARENCIADOS QUE FREQUENTAM A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA - ANO LETIVO 2017/2018. INFORMAÇÃO Nº47/SE Nº28/2018. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Através da Informação DDSC Nº91/SE Nº49/2017, de 28 de julho, presente na reunião de Câmara de 04 de agosto de 2017, foram aprovadas as "Normas de acesso ao apoio financeiro para os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória e que, no âmbito do passe 4\_18, utilizam os Transportes Urbanos de Chaves (linha 1 e 2)", para o ano letivo 2017/2018 e que passo novamente a expor:-----

A) Normas de acesso ao apoio financeiro para os alunos que no âmbito do passe 4\_18 utilizam os Transportes Urbanos de Chaves (linha 1 e 2)-

1- Participação a 100% (do valor 9,60€) - Alunos com o escalão A;-

- Participação a 50% (do valor 18,00€) - Alunos com o escalão B ou escalão social +(alunos com rendimentos reduzidos);-----

- Não atribuição de participação - Alunos sem escalão.-----

2- Este apoio destina-se a todos os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória e que não se encontram abrangidos pelo transporte escolar, previsto no Decreto - Lei nº 299/84, de 05 de setembro. -----

3- Os interessados deverão adquirir os passes nos escritórios da Auto Viação do Tâmega, Lda, e preencher a ficha de pedido de participação no Centro Cultural - setor de transportes escolares - devendo acompanhar o referido pedido com a apresentação do passe 4\_18 adquirido;-----

4- O reembolso das referidas participações será efetuado no final de cada período, dezembro, abril e junho, mediante a apresentação dos respetivos comprovativos de despesa nos serviços de contabilidade do Município;-----

5- Será garantida a presença de um ou dois vigilantes (de acordo com o número de crianças que frequentam o Centro Escolar e que venham a utilizar esta modalidade) na Linha 1 dos Transportes Urbanos de Chaves (Abobeira II - Centro de F. Profissional / Centro F. Profissional - Abobeira II), no horário das 8h.30, partida para o Centro Escolar,- e no horário das 17h.30, saída do Centro Escolar, sendo o encargo com os respetivos passes dos vigilantes, a suportar pelo Município de Chaves.-----

Em consonância com o exposto e de acordo com a deliberação de Câmara de 04 de agosto de 2017, "após a receção e avaliação dos pedidos de participação, para o presente ano letivo, proceder-se-á à elaboração de proposta, a submeter ao executivo camarário, com os valores deste encargo e em cumprimento do LCPA, será atribuída a rubrica orçamental e o respetivo compromisso".-----

Considerando que no âmbito do passe 4\_18, dos alunos que frequentam a escolaridade obrigatória, deram entrada, no Município de Chaves, mais

dois pedidos de comparticipação financeira, de acordo com a seguinte tabela:-----

Nome EE	NIF	Nome Aluno	Escalão
Augusto Rocha Cirurgião	186221517	Élio Normando Cirurgião Alves	A
Augusto Rocha Cirurgião	186221517	Gino Gonçalo Cirurgião Alves	A

Assim e de acordo com a tabela em anexo, o valor total previsto com este encargo, para o ano letivo 2017/2018, é de 192,00€, devendo os referidos encarregados de educação fazer prova, junto da contabilidade, dos pagamentos efetuados em cada período.-----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia:-----

a) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição do cabimento.-----

b) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 16 de março de 2018-----

A Técnica Superior-----

Lídia Pinto-----

Em anexo: Mapa dos alunos que utilizam o passe 4\_18, de acordo com o escalão e o valor do respetivo encargo.-----

\*O encargo assumido pelo Município, até à presente data e referente ao Passe 4\_18, passa a ser de 5.160,80€.-----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.03.16.**-----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.16.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 16.03.2018** -----

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### **4. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. ANA MARISA MOURA SIMÕES INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº50/SHSDPC/N.º23/2018** -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.03.13**-----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.16.** -----



A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 16.03.2018** -  
 À Reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**5. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS. REQUERENTE: MARIA DE LURDES MARCELINO BARREIRA - ALDEIA DE VILA NOVA DE MONFORTE. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº44/SHSDPC/N.º22/2018** -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----  
**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.03.09.** -----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----  
**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERA, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 16/03/2018.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 19/03/2018** -----  
 À reunião de Câmara -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### IV

#### PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

**1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À "LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL DISTRITAL DE CHAVES". PROPOSTA N.º 16/GAP/18.** -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Da Exposição de Motivos** -----

A Liga dos Amigos do Hospital Distrital de Chaves, veio através do ofício registado nos Serviços Administrativos com o nº 2250, de 14 de março, solicitar o habitual apoio da autarquia, na concretização das ações previstas no seu Plano de Atividades para o ano 2018. -----  
 Como é do conhecimento de todos, a comparticipação financeira atribuída a esta instituição, resulta, da divisão pelas quatro Câmaras Municipais da área de influência do Hospital Distrital de Chaves, em partes proporcionais, dos valores transferidos no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro. -----

Considerando que no ano em curso, a comparticipação do Município de Chaves é de 3.021,16€ (Três mil, vinte e um euros e dezasseis cêntimos), conforme documento em anexo. -----

Considerando a atividade que continua a ser levada a cabo pela Liga, nomeadamente no apoio a doentes carenciados de bens materiais, como

medicamentos, próteses oculares e ortopédicas, transporte de doentes, vestuário, etc.; -----

Considerando o inequívoco apoio que esta instituição presta a pessoas que em ambiente hospitalar de internamento, não têm qualquer género de acompanhamento; -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u), do número 1, do artigo 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa, ou outra. -----

## **II - Da Proposta em Sentido Estrito** -----

Atendendo às razões expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: -----

- Apoiar financeiramente a "Liga dos Amigos do Hospital Distrital de Chaves", no montante de 3.021,16€ (Três mil, vinte e um euros e dezasseis cêntimos): -----

- Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à entidade peticionária; -----

- Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Executivo Camarário, dever-se-á promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em Jornal Local e/ou em Boletim Municipal; -----

- Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização; --

- A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte rubrica: 04.07.01.99. -----

- Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexa-se à presente informação documento contabilístico da Divisão Financeira. -----

Chaves, 16 de março de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Nuno Vaz) -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **2. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À "ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DOS ANIMAIS DE CHAVES". PROPOSTA Nº 19/GAP/18.** -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

### **I - Da Exposição de Motivos**-----

A Associação dos Amigos do Animais de Chaves, portadora do número de identificação de pessoa coletiva 507 488 580, e sede social em Chaves, solicita, através do documento em anexo, registado nos serviços administrativos no dia 31 de janeiro, com o nº 962, a atribuição de um subsídio destinado a suportar alguns encargos fixos inerentes à gestão desta associação. -----

Considerando o meritório trabalho desenvolvido ao nível do abrigo, cuidados de saúde, controlo reprodutivo, resgate e adoção de animais. Considerando que sem a ajuda solicitada a instituição teria alguma dificuldade em, por si só, garantir a concretização das atividades que se propõe executar;-----

Considerando que o apoio financeiro solicitado tem em vista o desenvolvimento de projetos e implementação de atividades, plasmadas no Plano de Atividades;-----

Considerando que por deliberação do executivo camarário, tomada em sua reunião ordinária, realizada no dia 26 de março de 2015, devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária do dia 29 de abril de 2015, veio a ser aprovado o Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, social e Outras; -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município.-----

## **II - Da Proposta em Sentido Estrito-----**

Atendendo às razões acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

- Apoiar financeiramente a "Associação dos Amigos dos Animais de Chaves", no montante de 6.000,00€ (Seis Mil Euros);-----
- Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à entidade peticionária;-----
- Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Executivo Camarário, dever-se-á promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em Jornal Local e/ou em Boletim Municipal;-----
- Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;--
- A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte rubrica: 04070199;-----
- Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexa-se à presente informação documento contabilístico da Divisão Financeira. -----

Chaves, 19 de março de 2018-----

O Presidente da Câmara-----

(Nuno Vaz)-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **V**

### **PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:**

#### **1- PLANEAMENTO**

#### **2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO**

#### **3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO**

#### **3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. ---  
-----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----  
-----

**3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS.** -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. ---  
-----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----  
-----

**3.3. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ANEXO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 91/18 – JOSÉ LUÍS LOPES AMORIM CORREIA E OUTRO – LUGAR DE FONTE CARVALHA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 15.03.2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**1- INTRODUÇÃO**-----

1.1-Através do requerimento n.º 267/18, referente ao processo n.º 91/18, o Sr.º José Luís Amorim, Lopes Correia e o Sr.º César Augusto Amorim Lopes Correia, na qualidade de proprietários, apresentam um pedido, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de construção<sup>8</sup> de uma habitação unifamiliar e anexo, situada no lugar da Fonte da Carvalha – rua do Redodal, n.º24, Valdanta, freguesia de Valdanta no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total 370,00 m<sup>2</sup>, está inscrito na matriz com o n.º 927 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1672/20060710, da freguesia de Valdanta. -----

**2 – ANTECEDENTES**-----

2.1- Não foram encontrados antecedentes do processo. -----

**3 – SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR**-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio; -----
- Caderneta Predial Urbana; -----
- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local da obra; -----
- Planta de consulta à escala 1:10 000; -----
- Memória descritiva e justificativa; -----

---

<sup>8</sup> «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações; ---

- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-
- Declarações dos técnicos, comprovativas de inscrição em associação pública de carater profissional; -----
- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional dos técnicos; -----
- Quadro de áreas; -----
- Ficha de medição; -----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital; -----
- Termo de responsabilidade de isenção do plano de acessibilidades; -
- Levantamento topográfico à escala 1:200; -----
- Planta de localização desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 200; -----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 200; -----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100; -----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100; -----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto; -----
- Fotografias; -----
- Ficha de elementos estatísticos; -----
- Declaração do topógrafo; -----
- Desenho de alterações; -----
- Projeto de estabilidade; -----
- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais; ---
- Declaração de isenção da demonstração do cumprimento de requisitos regulamentares e certificação energética; -----
- Projeto acústico; -----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio; -----
- Projeto de águas pluviais; -----
- Fatura da luz; -----
- Fatura da água; -----
- Fatura do telefone; -----
- Projeto acústico; -----

#### **4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----**

##### **4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação -----**

4.1.1-O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se reportar à legalização das obras de construção de uma habitação unifamiliar. -----

##### **4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial -----**

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 A, o prédio urbano está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados. -----

4.2.2- No âmbito da alteração do regulamento do PDM, finda a fase de discussão pública, publicada em Diário da República, 2.ª Série, n.º 2, de 3 de Janeiro de 2018, a operação urbanística em apreciação, situa-se em área a abranger por novas regras urbanísticas, mas não está sujeita à aplicação da suspensão do procedimento previsto no artigo 12.º A do RJUE e artigo 145.º do RJIGT, pelo facto de, o plano vigente e o plano colocado em discussão pública determinarem o deferimento do pedido, conforme referido no ponto ii., do ponto 4.2. da informação n.º 1/SPMOT/2018, sancionada superiormente por despacho do Sr.º Presidente da Câmara Municipal. -----

##### **4.3 - Nos Regulamentos Municipais -----**

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----

## **5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO -----**

5.1- O requerente pretende a legalização da construção de uma habitação unifamiliar e de um anexo, preconizando uma área bruta de construção de 187,05 m<sup>2</sup>. O anexo de apoio, face às características construtivas que apresenta, julgo, tratar-se de um preexistência, tal como definido na alínea a) do n.º 1 do art.º 5º do Regulamento do Plano Diretor Municipal. -----

5.2- Respeita o índice de utilização estabelecido para o local, que é nestes casos de 0.50 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> aplicado à área da parcela, ou seja, (área do terreno x índice de construção) = 370,00 m<sup>2</sup> x 0.50m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> = 185,00 m<sup>2</sup> (máxima área bruta de construção permitida). A pretensão preconiza uma área bruta de construção de 187,05 m<sup>2</sup>, o que implica um índice de utilização de 0,5 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> = 0,5 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> (índice de utilização do local).--

5.3- As obras de construção a legalizar, respeitam os artigos 18.º e 19.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves.-----

5.4- Face ao uso pretendido para o imóvel, destinado a habitação unifamiliar, há a referir que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

5.5 - Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-03-08, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 12/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido.-----

5.6 - Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar e anexo, objeto de pedido de legalização das obras de construção, pese embora, fosse comunicado ao requerente a necessidade de ser "colocado um corrimão", nas escadas interiores de comunicação entre pisos, de acordo com o previsto em projeto. Esta desconformidade, foi comunicada ao requerente, que referiu que irá proceder à colocação do corrimão e apresentar fotografias comprovativas, aquando do pedido de emissão da autorização de utilização e caso a Câmara Municipal delibere favoravelmente o pedido de legalização da construção. -----

5.7- A operação urbanística, que se pretende legalizar, integra-se com naturalidade na envolvente, possui boas condições de habitabilidade, sendo certo, que se trata de uma construção recente. Não põe em causa a criação de rede viária estruturante, nem comporta sobrecarga

### *<sup>9</sup> Artigo 5º - Preexistências-----*

1 - Para efeitos do presente Regulamento consideram-se preexistências as atividades, explorações, instalações, edificações, equipamentos ou quaisquer atos que, executados ou em curso à data de entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, cumpram nesse momento qualquer das seguintes condições: -----

a) Não carecerem de qualquer licença, aprovação ou autorização, nos termos da lei; -----

b) Estarem licenciados, aprovados ou autorizados pela entidade competente, nos casos em que a lei a tal obriga, e desde que as respetivas licenças, aprovações ou autorizações não tenham caducado ou sido revogadas ou apreendidas. -----

excessiva nos sistemas e redes, pelo facto de se manter a tipologia existente na envolvente imediata. -----

#### **6 - RESPONSABILIDADE -----**

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do plano de acessibilidades, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados. -----

#### **7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO -----**

7.1-De acordo com a alínea a) do n.º 1, do artigo 24.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 921,69 euros. -----

7.2-As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 152,35 euros. -----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 1.074,04 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I. -----

#### **8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO -----**

8.1- Considerando, que a proposta apresentada, cumpre o disposto no artigo 19.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, pelo facto de: a área bruta de construção proposta, respeitar o índice de construção do local que é de 0.50 m²/m² aplicado á área da parcela, a altura da edificação não ultrapassa 7,5 metros, a área de impermeabilização do solo não excede 75% da área da parcela e a área de implantação, não excede 60% da área do terreno. -----

8.2- Considerando que o edifício, se situa em local, onde predominam esta tipologia de construções e que o seu estado atual de conservação, não desvirtua a envolvente, integrando-se desta forma com alguma naturalidade no meio em que se insere. -----

8.3- Considerando, que o uso pretendido, para habitação unifamiliar, respeita o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal. -----

8.4- Considerando, que a operação urbanística em análise, não consubstancia, qualquer dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de uma construção recente. -----

8.5- Considerando que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a cubos de granito, possui ligação á rede pública de água e esgotos. -----

8.6- Considerando, que as obras de legalização da construção da habitação unifamiliar, se situam em área abranger por novas regras urbanísticas, mas que se excluem, da aplicação da suspensão do procedimento previsto no artigo 12.º A do RJUE e artigo 145.º do RJIGT, por motivo de alteração do regulamento do PDM, pelo facto de, o plano vigente e o plano aprovado em sessão da assembleia municipal de 28 de fevereiro do ano corrente, determinarem o deferimento do pedido. ----

8.7- Considerando que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o titulo a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE. -----

#### **9 - PROPOSTA DE DECISÃO -----**

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo; -----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel; -----

c) Caso, a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção da habitação unifamiliar e anexo, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º- C, do mesmo preceito regulamentar; -----

#### ANEXO I -----

#### CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

PISO	Habitação	Comércio/Serviços	Arrumos	Armazém	TOTAL
Piso 0	91,00				91,00
Piso 1	62,00				62,00
Anexo			34,05		34,05
TOTAL	153,00	0,00	34,05	0,00	187,05

Cércea - 6,28 ml-----

Volume -1.174,67 m³-----

#### QUADRO I-----

#### - Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

QUADRO I				custos (C)			
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)	
	<b>Faixa de rodagem</b>						
REDE VIÁRIA	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,21	0,00	€/m
	- Betão betuminoso	/	0		19,33	0,00	€/m
	- Granito (calçada a cubos)	/	6		13,08	78,48	€/m
	- Granito (calçada à portuguesa)	/	0		8,53	0,00	€/m
	- Betão	/	0		13,08	0,00	€/m
	<b>Passeios</b>						
	- Lancil (Betão)	0	/	17,63		0,00	€/m
	- Lancil (Granito)	0	/	39,80		0,00	€/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	/	0		15,92	0,00	€/m
	- Pavimento (Mosaico)	/	0		25,02	0,00	€/m
REDE DE ÁGUA		1	/	21,61		21,61	€/m
REDE DE ESGOTOS		1	/	34,12		34,12	€/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	/	45,49		0,00	€/m
	C - custo das obras existentes na via pública / m					134,21	€/m
	m - frente do terreno que confronta com a via pública					27,47	
	Moradia unifamiliar						
	- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º						



	$T = C \times m \times 0,25$				$T =$	<b>921,69</b>	€
--	------------------------------	--	--	--	-------	---------------	---

**QUADRO II****- Cálculo das taxas administrativas**

(art.º 66 da subsecção IV)

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
<b>Capítulo II</b>	<b>EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
a)	Até 250 m2	1	75,65 €	75,65 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	0	86,45 €	0,00 €
c)	Superior a 500 m2	0	97,35 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	1	11,85 €	11,85 €
	<b>TOTAL</b>			<b>152,35 €</b>

**TOTAL A LIQUIDAR**..... $\Sigma$  921,69 € + 152,35 € = 1.074,04 €

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.15.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.19.** -----

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----**3.4. CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A SUINICULTURA, PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA - PROCESSO N.º 175/17 - FILIPE MALDONADO PINTO - LUGAR DE LAMA CERDEIRA, TRAVANCAS, UNIÃO DE FREGUESIAS DE TRAVANCAS E RORIZ - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 14.03.2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1-ANTECEDENTES** -----

1.1-Em reunião de câmara de 08 de fevereiro do corrente ano, sob proposta da 1.1-INFORMAÇÃO N.º 158/SCOU/2018, o Executivo deliberou emitir parecer desfavorável ao pedido de Informação prévia solicitado sob os requerimentos n.º 437/17 e n.º 204/18, em virtude de o mesmo não se encontrar acompanhado de certidão de teor onde conste qualquer confrontação do prédio, inscrito na matriz predial rústica da União das freguesias de Travancas e Roriz sob o artigo 5788º, com caminho público ou de consortes. -----

1.2-Sob o requerimento registado com o n.º 432/18, o interessado apresenta novas certidões de teor dos prédios rústicos, inscritos na matriz predial da União das freguesias de Travancas e de Roriz sob os artigos n.º 5786º, 5790º, 5792º, 5794º e 5796º e 5788º na qual se pode

ler na certidão do artigo 5788º, as novas confrontações a Norte - Floresta e Caminho público. -----  
 1.3-De acordo com o disposto no nº 4 do artigo 16º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9, a emissão do parecer. -----

#### **LOCALIZAÇÃO-----**

O prédio rústico onde o requerente pretende instalar a exploração, situa-se no lugar da Lama da Cerdeira, inscrito na matriz predial rústica da União das freguesias de Travancas e Roriz sob o artigo 5788º não descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves.----  
 Confronta a Norte, com Floresta e Caminho de Consortes, a Sul com Maria do Carmo O. M. Reis, a Nascente com Maria Cândida e a Poente com Joaquim Sá. -----

#### **2-INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----**

O processo encontra-se instruído com os seguintes elementos: -----  
 -Declaração a que se refere o Anexo III do R.M.U.E; -----  
 -Fotocópia do Cartão de Cidadão do requerente; -----  
 -Declaração de Cedência, da proprietária dos prédios rústicos inscritos na matriz predial da União das freguesias de Travancas e Roriz sob os artigos 5786º, 5788º e 5790º, em como cede ao seu filho - Filipe Maldonado Pinto, a utilização dos referidos artigos rústicos, acompanhada de fotocópia do seu Cartão de Cidadão. -----  
 -Certidões de Teor dos prédios rústicos inscritos na matriz predial da União das freguesias de Travancas e Roriz sob os artigos 5786º, 5788º e 5790º.-----  
 -Calendarização para 6 meses; -----  
 -Estimativa Orçamental; -----  
 -Declaração do topógrafo, a que se refere o nº 12 do artigo 13º do RMUE; -----  
 --Memória Descritiva e Justificativa; -----  
 -Planta de Localização à escala 1/5 000, com a demarcação do terreno, objecto de intervenção; -----  
 -Extrato da Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal à escala 1/10 000; -----  
 -Extrato da Planta de Condicionantes do Plano Diretor Municipal à escala 1/10 000; -----  
 -Levantamento Topográfico à escala 1/1000; -----  
 -Planta de Enquadramento, à escala 1/500; -----  
 -Planta de Implantação à escala, 1/250; -----  
 -Plantas Cotadas à escala 1/200; -----  
 -Cortes Longitudinal e Transversal, à escala 1/200; -----  
 -Alçados à escala 1/200; -----  
 -Pormenor construtivo à escala 1/10; -----  
 -CD. -----  
 -Elementos apresentados sob os requerimentos nº 204/18 e nº 432/18.--

#### **3-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----**

##### **3.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) -----**

O pedido apresentado, sob o requerimento nº 437/17, enquadrou-se no disposto no artigo 14º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - **Pedido de Informação Prévia.** -----

##### **3.2-Nas Disposições do Plano Diretor Municipal -----**

No processo registado com o nº 175/17, constam Certidões de Teor dos artigos rústicos, todos situados na Lama da Cerdeira, inscritos na matriz predial da União das Freguesias de Travancas e Roriz sob os artigos 5786, 5788, 5790, cuja titular é a Dª Natália dos Anjos Maldonado. -----

A localização do pavilhão pretendido encontra-se implantada no prédio rústico, inscrito na matriz predial da União das Freguesias de Travancas e Roriz sob o artigo 5788, possuindo a área de 2 700 m2 e afastada a mais de 200 metros do limite do aglomerado ou qualquer construção licenciada. -----

### **3.3-No Regime do Exercício da actividade Pecuária (NREAP) -----**

A entidade coordenadora competente no âmbito do NREAP<sup>10</sup>, é a Direção Regional de Agricultura e Pescas, pelo exposto no artigo 8º no novo Regime do Exercício da actividade Pecuária. -----

De acordo com o mencionado na memória descritiva e justificativa, o requerente pretende instalar um pavilhão destinado à **produção intensiva de suínos ao ar livre - Classe 2**. -----

### **4-PARECER -----**

5.1-O requerente propõe a construção de uma exploração pecuária, destinada a Suínos, com a área bruta de construção e de implantação de 463,30m2, a erigir no prédio rústico, inscrito na matriz predial da União das freguesias de Travancas e Roriz sob os artigos 5788º, com a área registada de 2 700 m2, cumprindo o disposto na alínea e) do nº 2 do artigo 36º do Plano Diretor Municipal, ou seja: -----

-Área bruta de construção máxima admissível (índice de construção x área do terreno) -  $0,25 \times 2\,700 = 675 \text{ m}^2$  -----

-Área bruta de construção pretendida = **463,30 m2**. -----

5.2-A implantação da instalação agro-pecuária respeita o disposto nas alíneas a), b), c) e d) do nº 2 do artigo 36º do Regulamento do Plano Diretor Municipal: -----

A localização do pavilhão encontra-se afastada a mais de 200 metros do limite do aglomerado ou qualquer construção licenciada. -----

A parcela de terreno possui as dimensões de forma a que a distância entre o perímetro exterior da edificação e as extremas da mesma não seja inferior a 10 metros. -----

A edificação desenvolve-se num só piso acima do solo. -----

5.3-De acordo com o Aditamento à Memória Descritiva, apresentado sob o requerimento nº 204/18, o abastecimento de água à edificação é por intermédio de captação própria e o efluente residual encaminhado para fossa séptica. -----

5.4-Com a apresentação da nova certidão de teor do prédio inscrito na matriz predial rústica da União das freguesias de Travancas e Roriz sob o artigo 5788º, na qual consta a confrontação a Norte com Floresta e Caminho de Consortes, o pedido de informação prévia torna-se passível de merecer parecer favorável. -----

### **5-PROPOSTA -----**

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

9.1- Agendamento deste assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se ao Executivo: -----

a) Que seja praticada decisão consubstanciada na intenção de emitir parecer favorável, ao pedido de informação prévia solicitado sob o

---

<sup>10</sup> Novo Regime do exercício da actividade pecuária, nas explorações pecuárias, entrepostos e centros de agrupamento, garantindo o respeito pelas normas de bem estar animal, a defesa higiossanitária dos efectivos, a salvaguarda da saúde, a segurança de pessoas e bens, a qualidade do ambiente e o ordenamento do território, num quadro de sustentabilidade e de responsabilidade social dos produtores pecuários. -----

requerimento n.º 437/17, n.º 204/18 e n.º 432/18, dado que respeita o disposto no n.º 2 do artigo 36.º do regulamento do Plano Diretor Municipal. -----

b) Caso a Câmara Municipal delibere emitir parecer favorável ao pedido de informação prévia para instalação pecuária, destinada a Suinicultura, o requerente deverá ser informado, de acordo com o previsto nos artigos 111.º e 112.º do Novo Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7/1. -----

9.2-A apresentação do projecto de construção da instalação destinada a Suinicultura, estará sujeita ao controlo prévio de licença, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/11, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/9, devendo ser acompanhado de Contrato de Arrendamento Rural Agrícola. -----

9.3-Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 14.º do RJUE, a titular dos prédios rústicos, inscritos na matriz predial da União das freguesias de Travancas e Roriz sob os artigos 5788.º, 5790.º e 5786.º, D.ª Natália dos Anjos Maldonado, deve ter conhecimento da presente informação técnica. -----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.15.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VÍCTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.19.** -----

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3.5. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 664/17 - JOAQUIM DE BARROS - LUGAR DE RIGUEIRAL, BÓBEDA, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 13.03.2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

#### **1- INTRODUÇÃO** -----

1.1- Através do requerimento n.º 1700/17, referente ao processo n.º 664/17, o Sr.º Joaquim de Barros, apresenta, pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de construção<sup>11</sup> de uma habitação unifamiliar, situada no lugar do Rigueiral - Bóbeda, freguesia de São Pedro de Agostém no concelho de Chaves. -----

1.2- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total 810,00 m<sup>2</sup>, está inscrito na matriz com o n.º 1298 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2684/20090922, da freguesia de São Pedro de Agostém. -----

#### **2 - ANTECEDENTES** -----

2.1- Da consulta ao arquivo, não foram encontrados antecedentes do processo. -----

#### **3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR** -----

<sup>11</sup> «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações; --

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente: -----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio; -----
- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; -----
- Planta de consulta à escala 1:10 000; -----
- Memória descritiva e justificativa; -----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, coordenador de projeto e dos projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -
- Comprovativo de inscrição dos técnicos em associação pública de caráter profissional; -----
- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional dos técnicos; -----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital; -----
- Ficha de elementos estatísticos; -----
- Fotografias; -----
- Declaração do topógrafo; -----
- Levantamento topográfico à escala 1:200; -----
- Planta de localização à escala 1:200; -----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 200; -----
- Planta de arranjos exteriores; -----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100; -----
- Corte transversal e longitudinal à escala de 1:100; -----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto; -----
- Desenhos de alteração; -----
- Termo de responsabilidade de isenção do plano de acessibilidades; -
- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais; ---
- Projeto de águas pluviais; -----
- Projeto de estabilidade; -----
- Termo de responsabilidade do projeto acústico; -----
- Termo de responsabilidade do projeto térmico; -----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio; -----
- Comprovativo de energia elétrica; -----
- Pedido de dispensa de instalação de gás; -----

#### **4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----**

##### **4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação -----**

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se reportar à legalização das obras de construção. -----

##### **4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial -----**

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 47 A, o terreno está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados. -----

4.2.2- No âmbito da alteração do regulamento do PDM, finda a fase de discussão pública, publicada em Diário da República, 2.ª Série, n.º 2, de 3 de Janeiro de 2018, a operação urbanística em apreciação, situa-se em área a abranger por novas regras urbanísticas, mas não

está sujeita à aplicação da suspensão do procedimento previsto no artigo 12.º A do RJUE e artigo 145.º do RJIGT, pelo facto de, o plano vigente e o plano aprovado em sessão da assembleia municipal de 28 de fevereiro do ano corrente, determinarem o deferimento do pedido, conforme referido no ponto ii., do ponto 4.2. da informação n.º 1/SPMOT/2018, sancionada superiormente por despacho do Sr.º Presidente da Câmara Municipal. -----

## **5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO -----**

5.1- O requerente pretende a legalização da construção de uma habitação unifamiliar. A habitação a legalizar, possui dois pisos: r/chão e andar e uma área bruta de construção de 274,50 m². -----

5.2- Respeita o índice de construção estabelecido para o local, que é nestes casos de 0.50 m²/m² aplicado à área da parcela, ou seja, (área do terreno x índice de utilização) = 810,00 m² x 0.50m²/m² = 405,00 m² (máxima área bruta de construção permitida). A pretensão preconiza uma área bruta de construção de 274,50 m², o que implica um índice de utilização de 0,34 m²/m² < 0.5 m²/m² (índice de utilização do local).-

5.3- As obras de construção a legalizar, respeitam os artigos 18.º e 19.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves. -----

5.4- Face ao uso pretendido para o imóvel, destinado a habitação unifamiliar, há a referir que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista. -----

5.5 - Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2017-11-23, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 161", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.6 - Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar, objeto de pedido de legalização das obras de construção, pese embora, fosse comunicado ao requerente a necessidade de ser "cortado" o beiral na zona do alpendre/telheiro, que se projeta fora dos limites do seu terreno e apresentado o projeto de águas pluviais, retratando a cobertura. -----

5.7- O requerente apresenta sob requerimento n.º 162/18, datado de 19/01/2018, projeto de águas pluviais, retratando a cobertura e fotografias elucidativas de ter "cortado" o beiral na zona do alpendre/telheiro, que se projetava fora dos limites do seu terreno.-

5.8- A operação urbanística, que se pretende legalizar, integra-se com naturalidade na envolvente, possui razoáveis condições de habitabilidade, sendo certo, que se trata de uma construção dos anos 80, que mantém as características da década em que foi construída. Não põe em causa a criação de rede viária estruturante, nem comporta sobrecarga excessiva nos sistemas e redes, pelo facto de se manter a tipologia existente. -----

5.9 - Face ao uso previsto do imóvel (habitação unifamiliar) e à área bruta de construção do mesmo, a proposta cumpre o especificado na alínea b) do n.º 3 do artigo 12.º do Plano Diretor Municipal, uma vez que contempla no interior do seu prédio 2 lugares de estacionamento automóvel, o qual, é superior ao valor mínimo de 1 lugar previsto naquela norma regulamentar. -----

## **6 - RESPONSABILIDADE -----**

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade

do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do plano de acessibilidades, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados. -----

#### **7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO -----**

7.1-De acordo com a alínea a) do n.º 1, do artigo 24.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 1.137,20 euros. -----

7.2-As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 163,15 euros. -----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 1.300,35 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I. -----

#### **8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO -----**

8.1- Considerando, que a proposta apresentada, cumpre o disposto no artigo 19.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, pelo facto de: a área bruta de construção proposta, respeitar o índice de construção do local que é de 0.50 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> aplicado á área da parcela, a altura da edificação não ultrapassa 7,5 metros, a área de impermeabilização do solo não excede 75% da área da parcela e a área de implantação, não excede 60% da área do terreno. -----

8.2- Considerando que o edifício, se situa em local, onde predominam esta tipologia de construções e que o seu estado atual de conservação, não desvirtua a envolvente, integrando-se desta forma com alguma naturalidade no meio em que se insere. -----

8.3- Considerando, que o uso pretendido, para habitação unifamiliar, respeita o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal. -----

8.4- Considerando, que a operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências. Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido construído legalmente, sempre existiria sem estas exigências. -----

8.5- Considerando que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a betuminoso, possui ligação á rede pública de água e esgotos. -----

8.6- Considerando, que as obras de legalização da construção da habitação unifamiliar, se situam em área abranger por novas regras urbanísticas, mas que se excluem, da aplicação da suspensão do procedimento previsto no artigo 12.º A do RJUE e artigo 145.º do RJGT, por motivo de alteração do regulamento do PDM, pelo facto de, o plano vigente e o plano aprovado em sessão da assembleia municipal de 28 de fevereiro do ano corrente, determinarem o deferimento do pedido. ----

8.7- Considerando que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o titulo a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE. ----

#### **9 - PROPOSTA DE DECISÃO -----**

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações

urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo; -----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel; -----

c) Caso, a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção da habitação unifamiliar, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º- C, do mesmo preceito regulamentar; -----

#### ANEXO I -----

#### CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010 -----

PISO	Habitação	Comércio/Serviços	Arrumos	Armazém	TOTAL
Piso 0			172,30		172,30
Piso 1	102,20				102,20
TOTAL	102,20	0,00	172,30	0,00	274,50

Cércea - 6,00 ml -----

Volume -1.647,00 m³-----

#### QUADRO I-----

#### - Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)

	Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)						
QUADRO I				custos (C)			
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)	
	<b>Faixa de rodagem</b>						
REDE VIÁRIA	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,21	0,00	€/m
	- Betão betuminoso	/	3		19,33	57,99	€/m
	- Granito (calçada a cubos)	/	0		13,08	0,00	€/m
	- Granito (calçada à portuguesa)	/	0		8,53	0,00	€/m
	- Betão	/	0		13,08	0,00	€/m
	<b>Passeios</b>						
	- Lancil (Betão)	0	/	17,63		0,00	€/m
	- Lancil (Granito)	0	/	39,80		0,00	€/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	/	0		15,92	0,00	€/m
	- Pavimento (Mosaico)	/	0		25,02	0,00	€/m
REDE DE ÁGUA		1	/	21,61		21,61	€/m
REDE DE ESGOTOS		1	/	34,12		34,12	€/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	/	45,49		0,00	€/m
	C - custo das obras existentes na via pública / m					113,72	€/m
	m - frente do terreno que confronta com a via pública					40	
	Moradia unifamiliar						
	- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º						
	T = C x m x 0,25				T =	1.137,20	€



**QUADRO II****- Cálculo das taxas administrativas**

(art.º 66 da subsecção IV)

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
<b>Capítulo II</b>	<b>EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMIÇÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
a)	Até 250 m2	0	75,65 €	0,00 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	1	86,45 €	86,45 €
c)	Superior a 500 m2	0	97,35 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	1	11,85 €	11,85 €
	<b>TOTAL</b>			<b>163,15 €</b>

**TOTAL A LIQUIDAR**.....Σ 1.137,20 € + 163,15 € = 1.300,35 €

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.15.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.19.** -----

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.6. PASSAGEM DE CABOS EM INFRAESTRUTURAS PRÉ-EXISTENTES, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO - PROCESSO N.º 6/18 - NOS - COMUNICAÇÕES, S.A. - AVENIDA DOS ALIADOS, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 12.03.2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1-INTRODUÇÃO** -----

Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o n.º 28/18, em 03-01-2018, a interessada solicita licença de ocupação de espaço público para a passagem de cabos em infraestruturas pré-existent<sup>12</sup> e para a qual foi solicitada a devida autorização à entidade responsável, na rua abaixo indicada, situada na freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves: -----

-Avenida dos Aliados - 120 ml; -----

**2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO** -----

**2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal** -----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 3º<sup>13</sup> do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal. -----

<sup>12</sup> O sublinhado é nosso. -----

<sup>13</sup> **Artigo 3º - Licença Municipal** -----

**2.2-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) -----**

A passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações, está sujeita a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 4.º<sup>14</sup>, do RJUE corrigindo-se o pedido nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 108.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7/1. -----

**2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5. -----**

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8.º<sup>15</sup> e 9.º do mesmo diploma legal. -----

**3-INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----**

O pedido encontra-se instruído com os seguintes elementos: -----

3.1-Declaração a que se refere o Anexo III do Regulamento n.º 732/2015, o qual procedeu à revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação ( Diário da República, 2.ª Série - N.º 207 - 22 de Outubro de 2015). -----

3.2-Memória Descritiva; -----

3.3-Termos de responsabilidade do autor do projecto, coordenador e direcção técnica da obra, do Eng.º electrotécnico, José Filipe Abreu da Costa, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhados pelo elemento a que se refere o n.º 3 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e fotocópia do cartão de cidadão; -----

3.4-Plano de Trabalhos; -----

3.5-Quadro Resumo de Intervenções; -----

3.6-Planta de Localização; -----

3.7-Estimativa orçamental; -----

3.8-Fotocópia do recibo n.º 121338276, da apólice de seguro de seguro n.º 11055666, referente ao ramo de acidentes de trabalho que a sociedade

---

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com excepção do disposto no artigo 13.º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos. -----

2-A instalação e funcionamento das infraestruturas das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas estão sujeitos ao procedimento estabelecido nos artigos 35.º e 36.º, do RJUE, com as devidas adaptações. -----

**<sup>14</sup> Artigo 4.º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**

2-Estão sujeitas a licença administrativa: -----

i) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma. -----

**<sup>15</sup> Artigo 8.º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios -----**

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas: -----

a) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes; -----

b) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção. -----

anónima MMCI MULTIMEDIA, S.A possui na Companhia de Seguros VICTORIA - Seguros, S.A; -----

3.9-Fotocópia do recibo nº 121337553, da apólice de seguro de seguro nº 11055494, referente ao ramo de responsabilidade civil, que a sociedade anónima MMCI MULTIMEDIA, S.A possui na Companhia de Seguros VICTORIA - Seguros, S.A; -----

3.10-Comprovativo do registo do alvará de construção Nº 64501, emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, em nome da firma MMCI MULTIMEDIA, S.A; -----

3.11-Plano de Segurança e Saúde; -----

3.12-Declaração de Análise da Adequabilidade do plano de Segurança e Saúde; -----

3.13-CD -----

PARECERES INTERNOS -----

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dado a conhecer à interessada: -----

-Parecer favorável da Srº Engª Maria Madalena S. Durão Branco, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 25-01-2018, no qual se propõe a prestação de caução no valor de 636 € (incluindo o IVA); -----

-Parecer favorável do Srº Engº eletrotécnico Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, emitido em 24-01-2018.

**4-PARECER** -----

4.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a passagem de cabos em infraestruturas pré-existent de Telecomunicações, no arruamento acima mencionado. -----

4.2-De acordo com o parecer da Divisão de Obras Públicas, datado de 25-01-2018, o valor da caução é de € 636 (seiscentos e trinta e seis euros), com IVA incluído. -----

4.3-Pese embora o prazo previsto para a realização dos trabalhos sejam de 2 dias, propõe-se a emissão da licença de ocupação de espaço de domínio público para 30 dias.-----

4.4-O pedido de ocupação de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento: -----

-Prazo para conclusão das obras - 30 dias; -----

-Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos. -----

-Prestação de caução no valor de € 636 (seiscentos e trinta e seis euros), com IVA incluído. -----

-A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos. -----

-Apresentação das Apólices de seguro nº 11055666 (do ramo de acidentes de trabalho) e nº 11055494 (do ramo de responsabilidade civil), que a sociedade anónima MMCI MULTIMEDIA, S.A possui na Companhia de Seguros VICTORIA - Seguros, S.A. -----

4.5-Dever-se-à dar a conhecer à DOP e ao Srº Engº electrotécnico Nuno Bento a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos. -

**5-PROPOSTAS** -----

5.1-Face ao acima exposto, propõe-se de acordo com o disposto no artigo 5º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para instalação do serviço de televisão, internet e telefone nas infraestruturas existentes no arruamento supra referido, nas condições mencionadas no item 4.4 da presente informação técnica. -----

5.2-Após o pagamento das taxas devidas e a prestação de caução, mediante garantia bancária ou seguro caução, propõe-se que seja emitido o alvará, no prazo de 30 dias, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, devendo a interessada nesse dia indicar por escrito a data do início dos trabalhos. -----

5.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos: -----

5.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 6/18, à Divisão de Obras Públicas (DOP) e outro exemplar ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica; -----

5.3.2-Envio da fotocópia do requerimento nº 28/18, acompanhado da Planta de Localização, constante no processo a folha nº 195 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento. -----

5.4-Após a emissão<sup>16</sup> do título, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, DOP, DRO e ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento. -----

5.5-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com o parecer interno supra referido. -----

#### CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS -----

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos". -----

#### Dados Gerais: -----

-Extensão da rede de Telecomunicações - 120 ml -----

-Período da licença - 30 dias -----

-Tipo de obra - Instalação da Rede de Distribuição de Televisão por Cabo, Internet e Telefone. -----

#### Cálculo: -----

-Pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público (Art.17º).....54,00 € -----

-Emissão de licença (Artigo 18º) .....10,80 €

-Por cada período de 30 dias (alínea a) do artigo 21º).....3,20 €

-Pela ocupação do solo ou subsolo, com tubos, condutas e cabos condutores por metro linear e por ano ( nº 8 do artigo 20º)--120,00 €

TOTAL A PAGAR..... 188,00 €

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.15.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.19.** -----

À Reunião de Câmara. -----

---

<sup>16</sup> **Artigo 80º - Início dos trabalhos**-----

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.7. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ANEXO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 841/17 – ALCINO DE JESUS EVANGELISTA – RUA DO CABEÇO N.º 2, RORIZ, UNIÃO DE FREGUESIAS DE TRAVANCAS E RORIZ – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 13.03.2018. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1- INTRODUÇÃO -----**

1.1-Através do requerimento n.º 2150/17, referente ao processo n.º 841/17, o Sr.º Alcino de Jesus Evangelista, apresenta, pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de construção<sup>17</sup> de uma habitação unifamiliar e anexo, situada na rua do Cabeço, n.º 2 – Roriz, União das freguesias de Travancas e Roriz no concelho de Chaves. -----

1.2- De acordo com a Certidão das Finanças apresentada, o prédio urbano tem a área total de 1.312,00 m<sup>2</sup>, está inscrito na matriz com o n.º 850 da União das freguesias de Travancas e Roriz no concelho de Chaves. -

**2 - ANTECEDENTES -----**

2.1- Licença n.º 767/95, para construção de um “armazém para recolha de alfaías agrícolas”, com a área de 86,00 m<sup>2</sup>. -----

2.2- Processo n.º 398/14, para obras de ampliação que se encontra caducado. -----

2.3- Processo 79/Fis/2017. -----

**3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR -----**

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente: -----

- Certidão das Finanças; -----

- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal; -----

- Ortofotomapa à escala 1:5 000; -----

- Planta de localização à escala 1:5 000; -----

- Planta de localização e enquadramento à escala 1:10 000; -----

- Memória descritiva e justificativa; -----

- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;

- Declarações dos técnicos, comprovativas de inscrição em associação pública de caráter profissional; -----

- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional do técnico; -----

- Quadro de áreas; -----

- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital; -----

- Termo de responsabilidade do plano de acessibilidades/isenção de aplicação; -----

- Levantamento topográfico à escala 1:100; -----

- Planta de implantação/arranjos exteriores à escala de 1: 100; -----

<sup>17</sup> «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações; --

- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100; -----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100; -----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto; -----
- Fotografias; -----
- Ficha de elementos estatísticos; -----
- Declaração do topógrafo; -----
- Desenho de alteração; -----
- Projeto de estabilidade; -----
- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais; ---
- Termo de responsabilidade do estudo de comportamento térmico; ----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio; -----
- Projeto de águas pluviais; -----
- Fatura da luz; -----
- Fatura do telefone; -----
- Termo de responsabilidade do autor do projeto acústico; -----
- Termo de responsabilidade do autor do projeto de arranjos exteriores; -----
- Termo de responsabilidade pela direção técnica da obra; -----

#### **4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----**

##### **4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação -----**

4.1.1 - O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por respeitar à legalização das obras de construção. -----

##### **4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial -----**

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 35 A, o terreno está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados. -----

4.2.2- No âmbito da alteração do regulamento do PDM, finda a fase de discussão pública, publicada em Diário da República, 2.ª Série, n.º 2, de 3 de Janeiro de 2018, a operação urbanística em apreciação, situa-se em área a abranger por novas regras urbanísticas, mas não está sujeita à aplicação da suspensão do procedimento previsto no artigo 12.º A do RJUE e artigo 145.º do RJIGT, pelo facto de, o regulamento vigente e a proposta de alteração aprovada em reunião da CMC realizada em 22 de Fevereiro e em sessão da assembleia realizada em 28 de Fevereiro do ano corrente, determinarem o deferimento do pedido, conforme referido no ponto ii., do ponto 4.2. da informação n.º 1/SPMOT/2018, sancionada superiormente por despacho do Sr.º Presidente da Câmara Municipal. -----

##### **4.3 - Nos Regulamentos Municipais -----**

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----

#### **5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO -----**

5.1- O requerente pretende a legalização da construção de uma habitação unifamiliar de r/chão e andar, com a área bruta de construção de 285,70 m². Pretende ainda legalizar a construção de anexos de apoio com a área de 138,60 m². -----

5.2 - A edificação objeto do pedido de legalização tem como antecedentes a licença n.º 767/95, para construção de um "armazém para recolha de alfaías agrícolas", com a área de 86,00 m², pelo que a pretensão apresentada reporta-se a obras de ampliação do imóvel e mudança de uso para habitação unifamiliar. -----

5.3- O processo está instruído de acordo com o n.º 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, ou seja, com os projetos de

estabilidade, águas pluviais, abastecimento de água e águas residuais, termos de responsabilidade do projeto acústico e térmico. No que diz respeito á luz e telefone é apresentada fatura. -----

5.4- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-02-01, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 9/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.5- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar e anexo, objeto de pedido de legalização das obras de construção. -----

5.6 - Respeita o índice de utilização estabelecido para o local, que é nestes casos de  $0.50 \text{ m}^2/\text{m}^2$  aplicado á área da parcela, ou seja, (área do terreno x índice de construção) =  $1.312,00 \text{ m}^2 \times 0.50 \text{ m}^2/\text{m}^2 = 656,00 \text{ m}^2$  (máxima área bruta de construção permitida). A pretensão preconiza uma área bruta de construção de  $424,30 \text{ m}^2$ , o que implica um índice de utilização de  $0,32 \text{ m}^2/\text{m}^2 < 0,50 \text{ m}^2/\text{m}^2$  (índice de utilização do local).-

5.7- As obras de construção a legalizar, respeitam os artigos 18.º e 19.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves. -----

5.8 - Face ao uso pretendido para o imóvel, destinado a habitação unifamiliar, há a referir que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista. -----

5.9- A operação urbanística, que se pretende legalizar, integra-se com naturalidade na envolvente, possui boas condições de habitabilidade, sendo certo, que se trata de uma construção dos anos 90, que mantém as características da década em que foi construída. Não põe em causa a criação de rede viária estruturante, nem comporta sobrecarga excessiva nos sistemas e redes, pelo facto de se manter a tipologia existente na envolvente. -----

5.10- Face ao uso previsto do imóvel (habitação unifamiliar) e à área bruta de construção do mesmo, a proposta cumpre o especificado na alínea b) do n.º 3 do artigo 12.º do Plano Diretor Municipal, uma vez que contempla no interior do seu prédio 3 lugares de estacionamento automóvel, o qual, é superior ao valor mínimo de 2 lugares previsto naquela norma regulamentar. -----

## **6 - RESPONSABILIDADE -----**

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do plano de acessibilidades, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados. -----

## **7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO -----**

7.1-De acordo com a alínea a) do n.º 1, do artigo 24.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 1.059,89 euros. -----

7.2-As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 163,15 euros. -----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 1.223,04 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I. -----

**8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO -----**

8.1-Considerando, que o edifício principal e anexo de apoio, situa-se em local, onde predominam esta tipologia de construções, encontra-se em bom estado de conservação, não desvirtuando a envolvente em que se insere. -----

8.2- Considerando, que a construção respeita os afastamentos existentes na envolvente imediata, os alinhamentos á via pública com a qual confronta e o índice de utilização do solo, ao propor um índice de 0,32 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>. -----

8.3- Considerando, que as obras a legalizar respeitam os artigos 18.º e 19.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves. -----

8.4 - Considerando, que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a cubos de granito, possui ligação á rede pública de água e esgotos. -----

8.5- Considerando, que o imóvel altera o uso preexistente, para habitação unifamiliar, o que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 7 do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista. -----

8.6- Considerando, que a operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências. Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido construído legalmente, sempre existiria sem estas exigências. -----

8.7- Considerando, que as obras de legalização da construção da habitação unifamiliar e anexo, se situam em área abranger por novas regras urbanísticas, mas que se excluem, da aplicação da suspensão do procedimento previsto no artigo 12.º A do RJUE e artigo 145.º do RJIGT, por motivo de alteração do regulamento do PDM, pelo facto de, o regulamento vigente e a proposta de alteração aprovada em reunião da CMC realizada em 22 de Fevereiro e em sessão da assembleia realizada em 28 de Fevereiro do ano corrente, determinarem o deferimento do pedido. -----

8.8- Considerando que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o titulo a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE. -----

**9 - PROPOSTA DE DECISÃO -----**

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo; -----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere nos seguintes termos: -----

b.1) Deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no presente projeto; -----

b.2) Reconhecer que a mudança de uso de "armazém para recolha de alfaías agrícolas", para "habitação unifamiliar", cumpre as disposições legais e regulamentares; -----



b.3) Uma vez que da vistoria, não resulta a necessidade de se efetuarem obras de correção e/ou adaptação no edifício principal e anexo, a Câmara Municipal, reconheça que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel nos moldes atualmente pretendidos; -----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção da habitação unifamiliar e do anexo de apoio, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. -----

#### **ANEXO I-----**

##### **CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO Nº 314/2010**

PISO	Habitação	Comércio/Serviços	Arrumos	Armazém	TOTAL
Piso 0	148,40				148,40
Piso 1	137,30				137,30
Anexo			138,60		138,60
TOTAL	285,70	0,00	138,60	0,00	424,30

Cércea - 7,5 ml -----

Volume -990,00 m³-----

#### **QUADRO I**

##### **- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)**

QUADRO I				custos (C)			
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)	
	<b>Faixa de rodagem</b>						
REDE VIÁRIA	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,21	0,00	€/m
	- Betão betuminoso	/	0		19,33	0,00	€/m
	- Granito (calçada a cubos)	/	5		13,08	65,40	€/m
	- Granito (calçada à portuguesa)	/	0		8,53	0,00	€/m
	- Betão	/	0		13,08	0,00	€/m
	<b>Passeios</b>						
	- Lancil (Betão)	0	/	17,63		0,00	€/m
	- Lancil (Granito)	0	/	39,80		0,00	€/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	/	0		15,92	0,00	€/m
	- Pavimento (Mosaico)	/	0		25,02	0,00	€/m
REDE DE ÁGUA		1	/	21,61		21,61	€/m
REDE DE ESGOTOS		1	/	34,12		34,12	€/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	/	45,49		0,00	€/m
	C - custo das obras existentes na via pública / m					121,13	€/m
	m - frente do terreno que confronta com a via pública					35	
	Moradia unifamiliar						
	- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º						
	T = C x m x 0,25				T =	1.059,89	€

#### **QUADRO II-----**

##### **- Cálculo das taxas administrativas-----**

(art.º 66 da subsecção IV)

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
<b>Capítulo II</b>	<b>EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 2	Para habitação unifamiliar, por fogo			
a)	Até 250 m2	0	75,65 €	0,00 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	1	86,45 €	86,45 €
c)	Superior a 500 m2	0	97,35 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1	11,85 €	11,85 €
	<b>TOTAL</b>			<b>163,15 €</b>

**TOTAL A LIQUIDAR**.....Σ 1.059,89 € + 163,15 € = 1.223,04 €

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.15.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.19.** -----

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.8. ALTERAÇÕES A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 627/16 - ANTÓNIO MEDEIROS - AMOINHA VELHA, FREGUESIA DE NOGUEIRA DA MONTANHA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 12.03.2017.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. Introdução** -----

**1.1** O requerente acima referido, na qualidade de proprietário de uma habitação de r/chão e andar sita na Rua Senhor da Ajuda, Amoinha Velha, freguesia de Nogueira da Montanha, solicitou a legalização das alterações levadas a efeito numa habitação, sem controlo prévio da Administração, para posterior alteração da utilização da mesma; -----

**1.2** A habitação foi titulada pelos alvarás: -----

- Alvará n.º 295/73, referente à construção de um andar -----
- Alvará n.º 256/96, referente à construção de um anexo -----
- Alvará n.º 342/98, referente ao licenciamento do café -----
- Alvará n.º 605/2000, referente à ampliação -----

**2. Enquadramento da Pretensão** -----

**2.1** No regime jurídico de urbanização e edificação consagrado no DL 555/99 de 09/09 e ulteriores alterações -----

**2.1.1** O pedido formulado foi enquadrado no artigo 102.º-A do DL 136/2014 de 09/09 em articulação com o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e edificação, por sua vez precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável, em conformidade com o n.º 6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e Edificação, e instruído com todos os elementos necessário à realização da mesma; -----

### **3. Antecedentes -----**

**3.1** Numa primeira abordagem verificou-se que a habitação não se encontrava concluída em termos de pinturas e acabamentos exteriores, e por isso não reunia as condições para poder ser encaminhada para a Comissão de Vistorias, pelo que se aguardou que o requerente viesse a processo informar que as mesmas já estavam concluídas; -----

**3.2** Assim e nos termos do referido no ponto **2.1.1** foi o pedido remetido para a Comissão de vistorias; -----

**3.3** De acordo com vistoria realizada a 04 de julho de 2017 e informação elaborada em 11 de julho de 2017, resultou o respetivo Auto de Vistoria n.º139, que refere a " (...) necessidade de retificação do projeto de arquitetura em conformidade com o referido no ponto 3 do Auto de Vistoria, pelo que a emissão da respetiva Licença ficaria suspensa até à apresentação dos elementos corrigidos referidos no respetivo Auto;

**3.4** Através de requerimento n.º1612/17, o requerente veio a processo apresentar os elementos solicitados, devidamente corrigidos, tendo sido remetidos à Comissão de Vistorias para competente avaliação; ---

**3.5** A referida Comissão de Vistorias, verificou que os novos elementos apresentados retratavam a *"materialização do imóvel no local (...) não havendo necessidade de obras de correção e/ou adaptação (...)"* -----

### **4. Análise do Pedido / Proposta -----**

**4.1** Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

**a)** Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo; -----

**b)** Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel; -----

**c)** Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção da habitação unifamiliar, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar; -----

O referido Auto de Vistoria deverá ser fornecido ao requerente junto com a presente informação-----

### **5. Responsabilidade-----**

São apresentados os termos de responsabilidade do coordenador do projeto de arquitetura, da coordenação de projeto e arranjos

exteriores, acessibilidades e ainda declaração do topógrafo atestando a conformidade com os elementos cadastrais;-----

**6. Taxas urbanísticas aplicáveis à pretensão-----**

Deverão ainda ser liquidadas as taxas devidas pela realização da operação urbanística em causa nos termos do descrito no artigo 117.º, do DL 555/99 de 16/12 e ulteriores alterações, e previstas no respetivo Regulamento Municipal de liquidação e cobrança de taxas em que a operação se enquadra, conforme anexo;-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
<b>Capítulo II</b>	<b>EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>			
<b>Secção IV</b>	<b>EDIFICAÇÕES</b>			
<b>Subsecção IV</b>	<b>EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)</b>			
<b>Artigo 66.º</b>	<b>Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação</b>			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 2	Para habitação unifamiliar e bifamiliar, por fogo			
a)	Até 250 m2	1	75,65 €	75,65 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	0	84,80 €	0,00 €
c)	Superior a 500 m2	0	95,45 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fração	1	11,85 €	11,85 €
	<b>T1</b>			<b>152,35 €</b>

**Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)**

<b>QUADRO II</b>				
		s/n	C/m²	Custo (C)
<b>REDE VIÁRIA</b>	<b>Faixa de rodagem</b>			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,24	0,00
	- Betão betuminoso	0	0,14	0,00
	- Granito (calçada a cubos)	1	0,20	0,20
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,06	0,00
	- Betão	0	0,20	0,00
	<b>Passeios</b>			
	- Lancil (Betão)	0	0,18	0,00
	- Lancil (Granito)	0	0,35	0,00
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	0	0,17	0,00
	- Pavimento (Mosaico)	0	0,35	0,00
<b>REDE DE ÁGUA</b>		1	0,24	0,24
<b>REDE DE ESGOTOS</b>		1	0,34	0,34
<b>REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS</b>		1	0,36	0,36

C - custo das obras existentes na via pública	1,14	
A - área bruta da obra a realizar	144,55	m²
- n.º 4 do artigo 25.º		
T = C x A	T2 =	164,79 €

**T1+T2 = (152,35 €+164,79€) 317,14€**

À Consideração Superior.-----  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.15.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.19.** -----

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.9. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 786/17 - JOAQUIM DIAS ALVES - RUA GENERAL MORAIS SARMENTO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 13.03.2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. Introdução** -----

**1.1. Pretensão do requerente** -----

Através de requerimento nº2032/17 o Sr. Joaquim Dias Alves na qualidade de proprietário veio dar início ao processo n.º786/17 solicitando nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (doravante designado por RJUE), a legalização da obra de edificação destinado a habitação na rua General Moraes Sarmento , freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge. -----

**1.2. Antecedentes** -----

Não se vislumbram em arquivo antecedentes ao presente pedido. -----

**2. Enquadramento da pretensão** -----

**2.1. - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação** -----

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º- A do RJUE -----

**2.2. - Nos Regulamentos Municipais** -----

O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.ºC -Procedimento de legalização de operações urbanísticas do Regulamento n.º732/2015 o qual procedeu à Revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (de seguida designado por RMUE).Refira-se que por este articulado ,nomeadamente o disposto no seu nº3 a legalização de operação urbanística de edificação será titulada por alvará de utilização, no qual deverá constar menção expressa que o edifício a que respeita foi objeto de legalização. -----

**2.3. - Nos instrumentos de Gestão Territorial** -----

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, constata-se, o prédio a que se reporta o pedido em análise insere-se em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.1 - Cidade de Chaves. -----

• De acordo com a publicação em Diário da República, de 03 de janeiro de 2018, do aviso nº155/2018- por motivo de alteração do PDM de Chaves foi aberta o período de discussão pública pelo prazo de 30 dias seguidos a contar do dia seguinte à sua publicação que terá entre outros os seguintes efeitos :“... Nas áreas a abranger por novas regras urbanísticas constantes de plano municipal de ordenamento do território, os procedimentos de informação prévia, de comunicação prévia e de licenciamento ficam suspensos, a partir da data fixada para o início do período de discussão pública e até à data da entrada em vigor daqueles planos. -----

• Por informação nº1/SPMOT/2018 com concordância superior por parte do Sr. Presidente da Câmara, foi clarificada a medida cautelar de suspensão de procedimento nomeadamente quanto à exclusão da sua aplicabilidade e quanto ao levantamento da suspensão. -----

• Para o caso concreto em apreço e em concordância com a informação acima citada é considerado poder ocorrer o levantamento da suspensão de procedimentos, permitindo o seu prosseguimento, "os procedimentos cujos pedidos não terão, ao abrigo das novas regras urbanísticas, uma decisão diferente daquela que se impõe em função das regras urbanísticas no PDM em vigor".-----

### 3. Análise do pedido -----

#### 3.1. Análise da instrução do processo -----

O processo encontra-se instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A do RJUE, por se tratar de uma legalização -----

#### 3.2. Análise do pedido -----

Por leitura dos elementos apensos ao processo: -----

O presente estudo visa legalizar o edifício destinado a habitação unifamiliar, de dois pisos acima da cota de soleira e sótão(sem pé direito regulamentar) , num prédio urbano com a área total de 454,00m2. E com as características abaixo identificadas. -----

Ficha de Medição (Anexo IV ao regulamento n.º 732/15)				
Área de construção do edifício, por pisos e por tipos de utilização (m²)				
	Habitação	Comércio	Serviços	Totais parciais
Piso 1	129,93	0,00	0,00	129,93
Piso 2	99,72	0,00	0,00	99,72
Totais parciais	229,65	0,00	0,00	
Área de construção do edifício (total)				229,65
Volumetria do edifício			620,05 m³	
Cércea:	Altura da fachada		6,10 m	
	Altura da edificação		7,48 m	
Número de fogos			1	

Pelo ora descrito verifica-se que é pretensão do requerente a legalização de um imóvel destinado a habitação, de dois pisos (de altura regulamentar) acima da cota de soleira numa área bruta total de 229.65m2 com uma cércea de 7.48 m num prédio com a área de 454m2 inserida em espaço urbano. Pelo agora citado verifica-se que o índice de construção é de  $I_c = 229.65 / 454.00 = 0.50 \text{ m}^2/\text{m}^2$ . -----

Constata-se que os parametros urbanisticos associados á edificação vão ao encontro dos parametros urbanisticos definidos no artigo 19º do Regulamento do PDM na versão em vigor ( $I_c \leq 0.50$ ) e na proposta de alteração que se encontra em discussão publica ( $I_c \leq 1.20$ ). -----

Mais se refere que: -----

A implantação da construção encontra-se toda em espaço urbano e a uma distancia do caminho publico inferior a 30m. -----

É prevista a criação de três lugares de estacionamento dentro do perímetro do terreno cumprindo o previsto no ponto 1 e nas alíneas a) e b) do ponto 3 do Regulamento do PDM. -----

#### 3.3. Análise face às vistorias prévias previstas nos termos do artigo 73º-C do RMUE -----

O procedimento de legalização foi procedido de vistoria prévia em conformidade com o disposto no nº6 do artigo 73º-C do RMUE. que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutoriamente o procedimento de legalização.-----  
A 1 de fevereiro ultimo foi realizada vistoria previa ao procedimento de legalização de acordo com auto de vistoria n.º7/2018, que retrata o estado da edificação e o qual se deverá dar conhecimento ao requerente.-----

**4. Parecer/conclusão** -----  
Face ao anteriormente citado verifica-se que: -----

- A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída ---
- O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor. -----
- A 1 de fevereiro foi realizada vistoria previa à edificação. --

**5. Proposta de decisão** -----

Atendendo a todo o supra citado no ponto 3 da presente informação e conclusão descrita no ponto 4, sou a propor o deferimento do pedido de legalização da operação urbanística correspondente a ampliação de imóvel pré-existente. -----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo; -----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de edificação de imóvel destinado a habitação unifamiliar, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. Refira-se ainda que a emissão do titulo-autorização de utilização com menção expressa que o edifício foi sujeita ao procedimento de legalização. -  
Informe-se ainda o requerente que nos termos do artigo nº117 do RJUE e em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações urbanísticas para o concelho de Chaves foi efetivada a sua liquidação de acordo com mapa de medição em anexo e cujo valor total é de 3137.01€. -----

**Anexo: Calculo do valor das taxas municipais** -----

Dado se tratar de legalização de uma operação urbanística, julga-se salvo melhor opinião, que apesar de não haver lugar a titulo efetivo de licença de edificação no entanto à data da sua construção a mesma estaria sujeita a esse titulo e consequentemente à liquidação de taxas administrativas. -----

**- Cálculo das taxas administrativas-(TA)**-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
<b>Capítulo II</b>	<b>EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>			
<b>Secção IV</b>	<b>EDIFICAÇÕES</b>			
<b>Subsecção IV</b>	<b>EMISSION DE TITULO</b>			
<b>Artigo 66.º</b>	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			

n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	1		64,85 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
a)	Até 250 m2	1	75,65 €	75,65 €
	<b>TOTAL</b>			<b>140,50 €</b>

**- Cálculo das taxas de infraestruturas) -----**

**Referentes à rua Doutor Moraes Soares-TI1 (frente de 13.88m)**

	Taxa de infraestruturas urbanísticas (TI1)					
<b>QUADRO I</b>				<i>custos (C)</i>		<i>Custo</i>
		s/n	larg.	C/m	€/m2	€/m
	<b>Faixa de rodagem</b>					
	- Semipenetração betuminosa		6.34		14.21	90.09
	<b>Passeios</b>					
	- Lancil (Betão)	2		17.63		35.26
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	1	1.03		15.92	16.40
<b>REDE VIÁRIA</b>						
<b>REDE DE ÁGUA</b>		1		21.61		21.61
<b>REDE DE ESGOTOS</b>		1		34.12		34.12
<b>REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS</b>		1		45.49		45.49
C - custo das obras existentes na via pública / m						242.97
m - frente do terreno que confronta com a via pública						13.88
	$T = C \times m \times 0,25$					<b>T =843.10 €</b>

**Referentes à rua General Moraes Sarmento-TI2 (frente de 33.5m)**

Taxa de infraestruturas urbanísticas (TI2)

<b>QUADRO I</b>				<i>custos (C)</i>		<i>Custo</i>
		s/n	larg.	C/m	€/m2	€/m
	<b>Faixa de rodagem</b>					
	- Semipenetração betuminosa		6.68		14.21	94.92
	<b>Passeios</b>					
	- Lancil (Betão)	2		17.63		35.26
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	1	0.83		15.92	13.21
<b>REDE VIÁRIA</b>						
<b>REDE DE ÁGUA</b>		1		21.61		21.61
<b>REDE DE ESGOTOS</b>		1		34.12		34.12
<b>REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS</b>		1		45.49		45.49
C - custo das obras existentes na via pública / m						244.62
m - frente do terreno que confronta com a via pública						33.5
	$T = C \times m \times 0,25$ <b>=2,048.66€</b>					<b>T</b>

Taxa de infraestruturas referentes aos dois arruamentos **TI=2891.76€**

**- Cálculo das taxas de autorização de utilização TAU**

	Autorização de utilização	Un.	Taxa	Valor
<b>Capítulo</b>				
<b>II</b>	<b>EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>			
<b>Secção IV</b>	<b>EDIFICAÇÕES</b>			
<b>SubsecçãoV</b>	<b>CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO</b>			
<b>Artigo</b>				
<b>72.º</b>	<b>Autorização de Utilização</b>			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	28,10 €



n.º 2	Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no numero 1	1	10,80 €	10,80 €
<b>TOTAL</b>				<b>38.90 €</b>

**- Cálculo das taxas de vistorias TV**

Vistorias -artigo 75º		Un.	Taxa	Valor
<b>Capítulo II EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>				
Secção IV EDIFICAÇÕES				
Subsecção V CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO				
Artigo 75º Vistoria para efeito de autorização				
n.º 1	Taxa geral para a realização de vistoria	1	54,00 €	54,00 €
n.º 2	Acresce ao valor em 1 por cada unidade de ocupação			
2aº)	habitação unifamiliar	1	11,85 €	11,85 €
<b>TOTAL</b>				<b>65.85€</b>

taxas administrativas-TA	140,50 €
taxas de infraestruturas-TI	2.891,76 €
taxas de autorização de utilização TAU	38,90 €
taxas de vistorias TV	65,85 €
<b>Valor total</b>	<b>3.137,01 €</b>

À Consideração Superior.-----  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.15.** -----  
A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.19.** -----  
À Reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.10. ALTERAÇÕES A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 206/17 - ACÁCIO MARTINS - RUA HERÓIS DE MUCABA N.º 18, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 09.03.2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. Introdução/Antecedentes** -----

**1.1** O requerente acima referido na qualidade de proprietário de uma habitação de r/chão e andar, sita no lote 18 do Loteamento titulado pelo Alvará n.º 13/85, sito na Rua Heróis e Mucaba, freguesia de Santa Cruz Trindade e Sanjurge, solicita a legalização das alterações levadas efeito sem controlo prévio por parte da Administração, e averbamento do processo para seu nome;-----

**1.2** A habitação foi titulada pelo Alvará de obras inicial nº 505/90 com a área de 250,30m²;-----

**1.3** A presente legalização pretende regularizar a construção de dois alpendres com uma área total de 53,05m², e alterações interiores no posicionamento de louças sanitárias e paredes e criação de instalações sanitárias ao nível do rés-do-chão; -----

- 2. Enquadramento da Pretensão -----**
- 2.1 No regime jurídico de urbanização e edificação consagrado no DL 555/99 de 09/09 e ulteriores alterações -----**
- 2.1.1** O pedido formulado foi enquadrado no artigo 102.º-A do DL 136/2014 de 09/09 em articulação com o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e edificação, por sua vez precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável, em conformidade com o n.º6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e Edificação, e instruído com todos os elementos necessário à realização da mesma; -----
- O referido Auto de Vistoria deverá ser fornecido ao requerente junto com a presente informação -----
- 2.2** Considerando que o pedido se encontra instruído com todos os elementos necessários ao procedimento em análise; -----
- 3. Responsabilidade -----**
- São apresentados os termos de responsabilidade do coordenador do projeto de arquitetura, da coordenação de projeto e arranjos exteriores, acessibilidades e ainda declaração do topógrafo atestando a conformidade com os elementos cadastrais; -----
- 4. Análise do Pedido / Proposta -----**
- 4.1** Em conformidade com o n.º6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e Edificação, o processo em análise foi precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável; --
- 4.2** De acordo com vistoria realizada em 13 de junho de 2017 e informação elaborada em 21 de junho de 2017, resultou o respetivo Auto de Vistoria, que não refere a " (...) necessidade de realização de obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar, objeto de vistoria", devendo ser retificado o projeto de arquitetura e especialidades referidos no ponto 3 do Auto de Vistoria, antes do pedido de emissão da respetiva autorização de utilização - legalização; -----
- 4.3** Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: -----
- a)** Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo; -----
- b)** Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----
- b1)** deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel, mantendo o mesmo uso urbanístico de habitação unifamiliar; -----
- b2)** O averbamento do processo para seu nome; -----
- c)** Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de ampliação da habitação unifamiliar, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar; -----
- 5. Taxas urbanísticas aplicáveis à pretensão -----**

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
<b>Capítulo II</b>	<b>EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
<b>Artigo 66.º</b>	<b>Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação</b>			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 2	Para habitação unifamiliar e bifamiliar, por fogo			
a)	Até 250 m2	1	75,65 €	75,65 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	0	86,45 €	0,00 €
c)	Superior a 500 m2	0	97,35 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fração	1	11,85 €	11,85 €
	<b>TOTAL</b>			<b>152,35 €</b>

À Consideração Superior.-----  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.15.** -----  
A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.19.** -----  
À Reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.11. ALTERAÇÕES A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 265/17 - ÁUREA ASSUNÇÃO ALVES - RUA DA ESCOLA, FREGUESIA DE OURA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO ALVES DATADA DE 12.03.2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. Introdução** -----

**1.1. Pretensão do requerente** -----

Vem a Sr.ª Áurea Assunção Alves na qualidade de proprietária através do requerimento n.º378/18 apresentar elementos solicitados por informação de 23 de novembro ultimo, visando assim completar o pedido inicialmente formulado por requerimento n.º666/17 e n.º 1300/17 (processo n.º 265/17)em que era solicitado nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação( doravante designado por RJUE), a legalização de alteração de um edifício licenciado (LO n.º210/79) destinado a habitação , bem como da legalização de edificação de dois anexos no Lugar ,do Couto ,Rua da Escola em Oura, apresentando para o efeito o respetivo projeto. ----

**1.2. Antecedentes** -----

Existe em arquivo municipal a Licença de obras n.º210 de 26 de março de 1979 referente à construção de um prédio de habitação de R/C com a área de 115m2 por leitura de peças desenhadas pese embora a licença refira uma área de 90m2. -----

**2. Enquadramento da pretensão** -----

**2.1. - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação** -----

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do RJUE -----

## **2.2. - Nos Regulamentos Municipais -----**

O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.ºC -Procedimento de legalização de operações urbanísticas do Regulamento n.º732/2015 o qual procedeu à Revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (de seguida designado por RMUE).Refira-se que por este articulado ,nomeadamente o disposto no seu n.º3 a legalização de operação urbanística de edificação será titulada por alvará de utilização, no qual deverá constar menção expressa que o edifício a que respeita foi objeto de legalização. -----

## **2.3. - Nos instrumentos de Gestão Territorial -----**

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, constata-se ,o prédio a que se reporta o pedido em análise insere-se em dois espaços distintos: em espaço de classe 4 - espaço agrícola e florestal - categoria 4.3 - espaço agroflorestais e na subcategoria 4.3.A - espaços agroflorestais comuns e em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados em 190m2. -----

## **3. Análise do pedido -----**

### **3.1. Breve descrição do pedido -----**

Por leitura dos elementos apensos ao processo: -----

Foi proposta a legalização de ampliação em 12,5m2 no edifício principal, (considerado preexistência nos termos do artigo 5º do regulamento do PDM), valor este que não põe em causa o ponto 4 do artigo 37 do regulamento do PDM ficando este edifício com uma área total de 127.50m2. -----

Em termos da legalização dos dois armazéns destinados a arrumos de alfaías agrícolas e garagem possuem respetivamente as áreas de áreas respetivas de 79.00m2 e 45m2. -----

### **3.2. Análise da instrução do processo -----**

O processo encontra-se instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A do RJUE, por se tratar de uma legalização. -----

### **3.3. Análise face aos instrumentos de planeamento urbanístico em vigor**

Tanto o edifício principal como os anexos integram-se em espaço de classe 4 - espaço agrícola e florestal - categoria 4.3 - espaço agroflorestais e na subcategoria 4.3.A - espaços agroflorestais comum num prédio rustico com a área total de 8770m2. -----

- No referente à ampliação da edificação destinado a habitação nos termos referidos no ponto 3.1 da presente informação a mesma vai ao encontro do estipulado no ponto 4 do artigo 37 do regulamento do PDM<sup>18</sup> dado que: -----

Sendo a área inicial da edificação de 115m2 verifica-se que a implantação ora preconizada de 127,5m2 é inferior ao implemento de 20% sobre a área inicial de 138m2 (=115+20%x115). -----

**3.4.** No referente aos armazéns aí existentes e que se destinam ao apoio da atividade agrícola numa área total de 124m2 (45m2+79m2) verifica-se que cumprem o estipulado na alínea b) do n.º1 do artigo 36

---

1 <sup>18</sup> Na recuperação ou reconversão de usos de edifícios preexistentes não se exige a verificação do disposto no n.º 1, mas terão de ser cumpridas as disposições constantes das alíneas a) e c) do n.º 2, sendo admissível em tais casos uma ampliação da área edificada até ao máximo de 20% da área de edificação preexistente. -----

do regulamento do PDM, na qual a área máxima a construir seria dada pela expressão  $250 \text{ m}^2 + 10\% (A - 1000 \text{ m}^2)$ , se A for superior 1000 m<sup>2</sup>;  
**Análise face às vistorias prévias previstas nos termos do artigo 73º-C do RMUE** -----

O procedimento de legalização foi procedido de vistoria prévia em conformidade com o disposto no nº6 do artigo 73º-C do RMUE. que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutoriamente o procedimento de legalização. -----

A 17 de novembro último foi realizada vistoria prévia ao procedimento de legalização não tendo sido constatadas deficiências de acordo com o retratadas no auto de vistoria n.º160, não havendo conseqüentemente objeções à legalização da operação urbanística -----

#### **4. Parecer/conclusão** -----

Face ao anteriormente citado verifica-se que: -----

- A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída --
- O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor. -----
- Por vistoria realizada a 17 de novembro foi constatado não haver objeções à legalização da operação urbanística em causa. -----

#### **5. Proposta de decisão** -----

Atendendo a todo o supra citado no ponto 3 da presente informação e conclusão descrita no ponto 4, sou a propor o deferimento do pedido de legalização da operação urbanística correspondente a ampliação de imóvel pré-existente. -----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo; -----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de alteração da habitação unifamiliar e da construção de anexo de apoio, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. Refira-se ainda que a emissão do título-autorização de utilização com menção expressa que a ampliação ao edifício foi sujeita ao procedimento de legalização assim como os armazéns/anexos aí existentes- ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais. -----

Nos termos do artigo nº117 do RJUE e em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações urbanísticas para o concelho de Chaves foi efetivada a sua liquidação, no valor de 715.57, de acordo com mapa de medição em anexo: -----

#### **Anexo :Calculo do valor das taxas municipais** -----

Dado se tratar de legalização de uma operação urbanística, julga-se salvo melhor opinião, que apesar de não haver lugar a título efetivo de licença de edificação no entanto à data da sua construção a mesma estaria sujeita a esse título e conseqüentemente à liquidação de taxas administrativas. -----

**- Cálculo das taxas administrativas-(TA) -----**

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
<b>Capítulo II</b>	<b>EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	obras de edificação			
Nº1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral	1		64,85€
n.º15	Reconstrução ou alteração acresce ao valor referido em 1., por m2	12.5	2.15 €	26.25 €
n.º 11	Anexos, garagens ou lugares de estacionamento, telheiros, hangares, barracões, alpendres e outras construções congêneres, inseridos, ou não, em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores, acresce ao valor referido em 1., por m2	124	1,00 €	124,00 €
	<b>TOTAL</b>			<b>215.10 €</b>

**- Cálculo das taxas de infraestruturas-TI**

	Taxa de infraestruturas urbanísticas (TI)					
<b>QUADRO I</b>				custos (C)		
		s/n	larg.	C/m	C/m2	Custo (C)
	<b>Faixa de rodagem</b>					
	- Granito (calçada a cubos)		7		13.08	91.56 €/m
<b>REDE DE ÁGUA</b>		1		21.61		21.61 €/m
	C - custo das obras existentes na via pública / m					113.17 €/m
	m - frente do terreno que confronta com a via pública				6	
	- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º					
	$T = C \times m \times 0,25$				T =	<b>169.76 €</b>

Dado a confrontantes com a via pública infraestruturada através de um acesso privado: se a largura deste for igual ou inferior a 10 m, são devidas taxas de infraestruturas existentes na frente de acesso que confronta com o caminho público, acrescidas de uma sobretaxa (sT), calculada em função da área bruta de construção -----

	sobretaxa (sT),					
<b>QUADRO II</b>						
		s/n	C/m2	Custo (C)		
<b>REDE VIÁRIA</b>	<b>Faixa de rodagem</b>					
	- Granito (calçada a cubos)	1	0.20	0.20		
<b>REDE DE ÁGUA</b>		1	0.23	0.23		
	C - custo das obras existentes na via pública			0.43		
	A - área bruta da obra a realizar			262	m2	
	- n.º 5 do artigo 25.º- $sT = C \times A$		sT =	<b>112.66</b>	<b>€</b>	

**- Cálculo das taxas de autorização de utilização TAU**

	Autorização de utilização	Un.	Taxa	Valor
<b>Capítulo II</b>	<b>EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	28,10 €

n.º 2	Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no numero 1	1	10,80 €	10,80 €
n.º 6	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento, sendo construções autónomas contíguas, ou inseridas, ou não, em processos referentes a edifícios identificados supra, acrescem, por unidade de ocupação, aos valores fixados nos numeros anteriores	2	2,65 €	5,30 €
<b>TOTAL</b>				<b>44.20 €</b>

#### **- Cálculo das taxas de vistorias TV**

Vistorias -artigo 75º		Un.	Taxa	Valor
<b>Capítulo II</b>	<b>EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 75º	Vistoria para efeito de autorização			
n.º 1	Taxa geral para a realização de vistoria	1	54,00 €	54,00 €
n.º 2	Acresce ao valor em 1 por cada unidade de ocupação			0,00 €
2aº)	habitação unifamiliar	1	11,85 €	11,85 €
2ºj)	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento	2	54,00 €	108,00 €
<b>TOTAL</b>				<b>173,85 €</b>

taxas administrativas-TA	215.10 €
taxas de infraestruturas-TI	169,76 €
Sobretaxa de infraestruturas urbanísticas (sT)	112,66 €
Taxas de autorização de utilização TAU	44,20 €
taxas de vistorias TV	173,85 €
<b>Valor total</b>	<b>715.57 €</b>

À Consideração Superior.-----  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.15.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.19.** -----

À Reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3.12. PEDIDO DE ALTERAÇÃO DA SINALIZAÇÃO NA RUA DA MURALHA - PROCESSO N.º 186/18 - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º BRUNO RUA DATADA DE 15.03.2018.-**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

#### **1. INTRODUÇÃO** -----

A presente informação/proposta visa dar resposta ao solicitado pelo Chefe de Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico (DSCH), por despacho datado de 29.JAN.2018, relacionado com o pedido para a alteração ao trânsito automóvel e elaboração de projeto para conservação do muro de suporte na Rua da Muralha. -----  
 Relativamente ao projeto de conservação, tendo em conta a complexidade técnica e as condicionantes no local, será necessário recorrer à realização de sondagens geológicas e ensaios geotécnicos, além disso a solução tradicional neste tipo de situações não nos parece a mais

indicada, pelo que a D.P.M. tomou a iniciativa de contactar especialistas da área no meio académico, de forma a indicarem o tipo de solução mais apropriada a adoptar, pelo que o processo de elaboração de um projeto de execução levará algum tempo, sendo imprescindível que no imediato se procedam a medidas preventivas de carácter temporário evitando o agravar da situação, até à conclusão do projeto e respectivos trabalhos de conservação. -----

## **2. ENQUADRAMENTO E PROPOSTA TÉCNICA -----**

2.1. Após deslocação ao local, e atendendo às disposições legais previstas no Regulamento de Sinalização e Trânsito, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º22-A/98, e ulteriores alterações, bem como no Código da Estrada, publicado pela Lei n.º72/2013, de 3 de setembro, estes serviços julgam, salvo melhor opinião, e tendo em conta o fim em vista, que devem ser implementadas as seguintes medidas/ações, **de forma transitória**, representadas graficamente nas peças desenhadas em anexo, por arruamento: -----

i) Na Travessa da Muralha, no cruzamento com a Rua Joaquim José Delgado: -----

- Colocação de um (1) sinal de código H4 (Via pública sem saída); em substituição do sinal existente A25 (Trânsito nos dois sentidos) ----

ii) Na Rua da Muralha, no cruzamento com a Travessa da Muralha: ----

- Colocação de dois (2) sinais de código C1 (Sentido proibido); e remoção do sinal existente C16 (Paragem e estacionamento proibidos)

iii) Na Rua da Muralha, no cruzamento com a Rua dos Açougues: -----

- Colocação de dois (2) sinais de código C16 (Paragem e estacionamento proibidos); e remoção do sinal existente C11b (Proibição de virar à esquerda) -----

iv) Na Rua dos Açougues, no início da rua junto ao Largo 8 de Julho:

- Colocação de um (1) sinal de código C3D (Trânsito proibido a automóveis de mercadorias de peso total superior a 3,5 toneladas). --

2.2. Estima-se que os encargos com a materialização das ações, propostas no ponto anterior, possam ascender a 600,00 € (seiscentos euros). -----

## **3. DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA AUTARQUIA LOCAL EM MATÉRIA DE ESTACIONAMENTO E SINALIZAÇÃO -----**

3.1. Nos termos do disposto na alínea rr), do n.º 1, do Artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, diploma legal que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), compete à Câmara Municipal deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos. -----

3.2. Sendo certo que a competência, atrás mencionada, veio a ser delegada no Senhor Presidente da Câmara Municipal, por deliberação tomada na reunião do órgão executivo municipal, realizada no pretérito dia 27.OUT.2017, na sequência da proposta n.º 2/GAP/2017. -----

3.3. Por outro lado, compete à assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar posturas e regulamentos com eficácia externa do município, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

3.4. Ora, de acordo com a jurisprudência que tem vindo a ser tirada sobre a matéria, um sinal de trânsito consubstancia, em bom rigor, uma postura com eficácia externa, devendo, nesta justa medida, a sua colocação na via pública, com carácter permanente, ser objeto de sancionamento por parte do órgão deliberativo municipal. -----

3.5. Contudo, atendendo ao parecer produzido pelos Serviços Jurídicos da Câmara Municipal, datado de 25.JUL.2017, a colocação de um sinal de trânsito, de forma transitória, compete à Câmara Municipal, uma vez que a mesma sempre consubstanciará uma medida tomada no âmbito da



competência de vigilância e manutenção das vias de trânsito, sendo certo que, defender a competência da Assembleia Municipal para autorizar a colocação de sinais de trânsito nestas situações, poderia colocar em causa a tempestividade da medida, com consequências desastrosas para a segurança dos condutores e peões. -----

#### **4. DA PROPOSTA** -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

4.1. Que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente, para que delibere sobre a presente proposta técnica, que visa a alteração da sinalização na Rua da Muralha, de forma transitória; -----

4.2. Merecendo esta o acolhimento por parte do Senhor Presidente, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima Reunião de Câmara, para deliberação em conformidade com o preconizado; -----

4.3. Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação, por parte do Órgão Executivo Municipal, sugere-se que sejam determinados os seguintes procedimentos: -----

i) Remeter cópia da presente informação à Divisão de Recursos Operacionais, a fim desta unidade orgânica adotar todos os procedimentos que permitam implementar a sinalização indicada nas plantas em anexo, de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito e do Código da Estrada; -----

ii) Notificar o Presidente da Freguesia de Santa Maria Maior, o Senhor Hugo Silva, da decisão que recaiu sobre a presente informação; -----

iii) Dar conhecimento ao Senhor Comandante da Esquadra de Trânsito da Polícia de Segurança Pública de Chaves, do teor da presente informação técnica e respetivos anexos; -----

iv) Por último, no cumprimento do disposto no artigo 56º, conjugado com a alínea t), do n.º1, do artigo 35.º, ambos do RJAL, deverá proceder-se à publicação da decisão: -----

- Em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão; -----

- No sítio da Internet e no boletim da autarquia local, nos 30 dias subsequentes à sua prática. -----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, SR. ENG.º ABEL TEIXEIRA PEIXOTO, DE 15.03.2018:**-----

Atento os fundamentos de facto e de direito expressos na presente informação técnica, sou a propor que, nos termos da mesma, seja superiormente proferida decisão administrativa conducente ao sancionamento da estratégia procedimental enunciada no seu ponto 4.--

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.16.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.03.2018** - À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.13. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ N.º 16/88, PEDIDO DE ALTERAÇÃO - PROCESSO N.º 4/06 - CARRICO & ALVES, LDA. - LUGAR DO LOMBO, FREGUESIA DE VILAR DE NANTES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO**

**E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.<sup>a</sup> DORA VIDEIRA DATADA DE 15.03.2018. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. Introdução / Antecedentes -----**

**1.1** Os requerentes acima referidos, apresentam requerimento e peças desenhadas explicativas, no sentido que seja de novo revisto o sentido de decisão desfavorável, já por várias vezes praticado por estes Serviços Técnicos, quanto à colocação de um portão no início do arrumamento que dá acesso à operação de Loteamento titulada pelo Alvará n.º 16/88 em nome de Luísa Rocha Barros e Outros, sito no lugar do Lombo, tornando-o um condomínio fechado; -----

**1.2** Os requerentes solicitaram duas alterações ao alvará inicial, mas apenas foi emitido um aditamento em 05 de novembro de 2007, retificado em 29 de abril de 2008, e que deu origem à constituição de 14 lotes - 13 destinados a habitações unifamiliares em banda contínua e 1 destinado a armazém -; -----

**1.3** Em 2010, os requerentes formularam novo pedido de alterações ao Alvará, no sentido de preverem a constituição de mais um lote destinado a comércio, passando de 14 para 15; -----

**1.4** Tal pretensão foi atendida favoravelmente pelos Serviços Técnicos, mas nunca foi requerida emissão do título referente ao 2º aditamento ao Alvará de loteamento 16/88; -----

**1.5** Em abril de 2015 deu entrada um pedido de alteração ao Alvará de loteamento, passando a prever de novo 14 lotes e colocar um portão, com o objetivo do mesmo ser de uso exclusivo dos moradores, tornando-o um condomínio privado; -----

**1.6** Face ao pedido formulado, foram os requerentes informados que, no que dizia respeito à diminuição do número de lotes tal seria possível desde que formulasse novo pedido; -----

**1.7** Em relação à colocação de um portão foi proferida informação desfavorável, tendo por base os n.ºs 1 e 3 do artigo 44.º do RJUE e do artigo 18.º do DL 280/2007; -----

**1.8** Os requerentes formularam mais dois pedidos, ambos dentro do mesmo teor, no sentido de colocarem um portão, e todas as infraestruturas realizadas e cedências ao domínio público serem afetadas ao domínio privado através da liquidação das taxas devidas pela reversão das mesmas; -----

**1.9** A informação proferida em 24 de outubro de 2017, foi de encontro às já então anteriormente produzidas, no sentido de se manterem os indeferimentos propostos, deixando-se à Consideração Superior a deliberação final sobre este assunto. -----

**1.10** Em 23 de novembro de 2017 foi realizada reunião, do qual foi lavrado Auto de Diligência nos termos do n.º1 do artigo 64.º do CPA; (na qual não estive presente) -----

**1.11** Face à reunião referida, os requerentes vieram de novo a processo apresentar exposição nos mesmos moldes: -----

- Tornar a operação de loteamento titulado pelo Alvará 16/88, um condomínio fechado, colocando um portão no início de arruamento que lhe dá acesso, e pagando as compensações devidas pela pelas áreas já cedidas, alegando que o arruamento não tem razão de existir pois só serve aqueles lotes, e que a alteração proposta valorizaria e qualificaria mais o espaço; -----

- Acompanha o referido requerimento com peças desenhadas referentes à localização dos contadores no muro frontal e levantamento fotográfico do local. -----

**2. Análise do Pedido -----**

**2.1** Face ao pedido ora formulado, pese um dos argumentos apresentados para colocação do portão, seja a valorização e qualificação do espaço utilizando-o de modo exclusivo, foi o mesmo projetista que desenhou a divisão fundiária da parcela de terreno com a atual configuração, tentando rentabilizar ao máximo a divisão fundiária do solo, criando catorze lotes "pendurados num arruamento" que termina num "cull-de-sac"; -----

**2.2** A "valorização e qualificação" da operação urbanística em análise poderia passar por diminuir o número de lotes, transferindo essa área para os restantes, aumentando assim as áreas de implantação e construção dos mesmos, tornando-o mais desafogado e permitindo um uso individual do lote e do espaço exterior muito mais permanente; -----

**2.3** No entanto, como não estive presente na referida reunião que deu origem ao Auto de Diligência, julgo que esta opinião deve ficar aqui plasmada como alternativa também a ponderar (se assim o entenderem);-

### **3. Proposta de Decisão** -----

**3.1** Tendo como base o Auto de Diligência Acima referenciado, o requerente apresentou novo pedido, conforme referido; -----

**3.2** Pese embora o requerimento não seja de todo justificador da pretensão, nem vá totalmente ao encontro das várias sugestões/conclusões tomadas; -----

**3.3** O requerente de uma forma resumida pretende ver alteradas as condições da operação de loteamento titulado pelo Alvará 16/88 emitido em nome de Luísa Rocha Barros e Outros, requerido por Carrico & Alves, Lda. e Relenha, na qualidade de promotores da operação de loteamento, e dizem respeito à possibilidade de uma parcela cedida ao domínio público - no âmbito da operação de loteamento - passar para o domínio privado, e, sequencialmente proceder à sua alienação, com a concordância da Câmara Municipal e procedimento sujeito à intervenção da Assembleia Municipal; -----

**3.4** As alterações a levar a efeito são as que a seguir se referem: -

- Colocação um portão no início de arruamento que termina em "cull-de-sac" que lhe dá acesso, pagando as compensações devidas pela pelas áreas já cedidas ao domínio público; -----

- Tornar a operação de loteamento titulado pelo Alvará 16/88, um condomínio fechado, alegando que o arruamento não tem razão de existir pois só serve aqueles lotes, e que a alteração proposta valorizaria e qualificaria mais o espaço; -----

- Colocação dos contadores de água, luz e gás, e das caixas de correio no muro frontal da parcela -----

**3.5** No entanto, e acatando as considerações vertidas no Auto de Diligência, deverá nos precisos termos do artigo 22.º, do DL 136/2014 de 09/09 em articulação com o disposto no n.º 2 do artigo 27º, do RJUE, e caso a Câmara Municipal concorde com o pedido aqui formulado pelos promotores, deverão ser encetados os procedimentos tendentes à abertura de um período de consulta pública; -----

**3.6** Considerando a alteração à licença de operação de loteamento, só é precedida de consulta pública, quando a mesma esteja prevista em regulamento municipal ou quando sejam ultrapassados os limites definidos no n.º2, do artigo 22.º do referido diploma legal, o que não se verifica no caso ora em apreciação; -----

**3.7** Considerando que a empresa requerente é detentora da maioria dos lotes e tendo em conta o disposto no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 136/2014 de 09/09, em articulação com o n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, quando o número de

lotes não seja superior a 15 - que é o caso - a notificação será feita via Edital a afixar no local onde se situa o loteamento, na Junta de Freguesia e no Edifício dos Paços do Concelho, para, no prazo de 10 dias, caso assim o entendam, se pronunciarem sobre as alterações às condições de licença da referida operação de loteamento, nos termos do n.º 3, do artigo 27.º, do RJUE em articulação com o n.º2, do artigo 11.º, do RMUE; -----

**3.8** Cumpre ainda informar que, o pedido de alterações às condições de licença da operação de loteamento, se encontra disponível para consulta nestes serviços (Divisão de Gestão e Ordenamento do Território). -----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.19.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.19.** -----

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.14. CONSTRUÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 819/17 - JOÃO DO NASCIMENTO MORAIS FÉLIX - LUGAR DE NABELHOS, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 12.03.2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. Introdução** -----

**1.1. Pretensão** -----

Veio o Sr. João do Nascimento Moraes Feliz através de requerimento nº2112/17 e nº2164/17(apresenta elementos referentes ao projeto de arquitetura subscritos por técnico habilitado para o efeito respetivo, termo de responsabilidade e prova de inscrição em associação pública de natureza profissional que habilita o técnico à subscrição do projeto referenciado), referente ao processo n.º819/17 com vista à legalização de uma operação urbanística de edificação de um muro de vedação a norte de um prédio nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (doravante designado por RJUE), bem como pelo artigo 73 º-C do Regulamento Municipal de Urbanização e edificação (RMUE) situado no denominado caminho da sucata, Outeiro Seco. -----

**1.2. Resumo da pretensão** -----

Por leitura de todo o processo apresentado verifica-se que o requerente pretende legalizar a construção de um muro de vedação confrontante com caminho publico numa extensão de 28 metros. Verifica-se que neste momento os muros se encontram executados em blocos de cimento com altura variável de 1.4m e 1.6m de altura, possuindo ainda uma abertura em cerca de 5.00m ladeados por dois tranqueiros executados em betão armado com altura aproximada de 1.80m. Para a conclusão da obra terão que ser executados todos os trabalhos de reboco e pintura bem como colocação de portões em chapa de ferro. Toda esta situação foi ainda esplanada na ficha da fiscalização e auto de embargo que se encontra anexo ao processo. De forma a concluir as obras o requerente apresenta

uma calendarização de 6 meses. Por leitura ainda do processo verifica-se que o requerente previu uma cedência ao domínio publico de 54m2.--

### **1.3. Localização** -----

O prédio urbano onde se pretende erigir os anexos situa-se caminho da sucata, Outeiro Seco. -----

### **1.4. Antecedentes** -----

Através do requerimento n.º 1956/17, referente ao processo n.º 758/17 veio o peticionário informar que iria proceder à vedação de um terreno rustico com artigo matricial nº1561, localizado em Outeiro Seco por considerar que a obra a executar é de escassa relevância urbanística nos termos do artigo 6º e 6º-A do RJUE (regime jurídico de urbanização e edificação) bem como do artigo 6º e 22 do RMUE (regulamento municipal de urbanização e edificação). -----

Por deslocação ao local por parte dos serviços de fiscalização (Proc.nº155/FIS/2017) foi verificado que o requerente procedeu à vedação do terreno numa extensão de aproximadamente 28.0m.- Foi ainda levantado e lavrado o respetivo auto de embargo. -----

## **2. Enquadramento da pretensão** -----

### **2.1. Enquadramento da pretensão nas disposições do PDM** -----

Tendo em conta a demarcação acima reproduzida à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal, constata-se que encontra-se na Classe 1 - espaços urbanos e urbanizáveis, na categoria U1- Cidade de Chaves. -- Segundo a planta de condicionantes do PDM verifica-se que o terreno do interessado está inserido em Reserva Agrícola Nacional. Por o solo se integrar em RAN, restrição de utilidade pública, os condicionalismos à sua ocupação, uso encontram-se consagrados no DL n.º 199/2015. -----

### **2.2. Enquadramento no regulamento municipal de edificação e urbanização.**<sup>1</sup>-----

O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º C- Procedimento de legalização de operações urbanísticas do Regulamento n.º 732/2015 de seguida designado por RMUE. Refira-se ainda que nos termos do disposto no seu nº13 a operação urbanística objeto de legalização que carece de obras deverá ser titulada por alvará de licença especial de legalização. -----

Dado tratar-se de um muro de vedação o alinhamento do muro tem enquadramento no ponto 3 do artigo 21 que remete, por sua vez, para o artigo 58º do regulamento de estradas e caminhos municipais que se transcreve " *Não é permitido efetuar qualquer construção nos terrenos à margem das vias municipais: Dentro das zonas de servidão non aedificandi, limitadas de cada lado da estrada por uma linha que dista do seu eixo 6 m e 4,5 m, respetivamente para as estradas e caminhos municipais*". -----

## **3. Análise do processo** -----

### **3.1. Análise da instrução do processo** -----

A instrução do pedido encontra-se em consonância com o preconizado na parte I e no n.º 15 e no n.º 16 da parte III, do anexo I da Portaria 113/2015 de 22 de Abril, cumulativamente com o n.º 6 do Artigo 21.º do Regulamento Municipal e de acordo com o n.º 4, do artigo 102.º-A do RJUE. -----

### **3.2. Consultas a entidades externas** -----

Dado que o local objeto da pretensão se encontrar inserido em RAN o requerente anexou ainda parecer favorável da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) para a utilização até 34m2 de solo agrícola integrado em RAN para a construção do muro de vedação.

Mais esclarece que a área a utilizar inclui acessos e outras formas de utilização do solo. -----

### 3.3. Análise processual -----

O processo ora apresentado encontra-se em conformidade com a legislação nomeadamente o definido no artigo 21 do RMUE, bem como o definido no regulamento de caminhos e estradas principais. De igual forma o solicitado cumpre o especificado no parecer supracitado da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) para a utilização até 34m<sup>2</sup>. -----

### 4. Parecer -----

Face ao anteriormente citado verifica-se que: -----

A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída, face ao qual e nos termos do n.º12 do artigo 73-C considera-se que poderá ser dispensada a realização de vistoria prévia de legalização. -----

O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor. -----

### 5. Proposta de decisão -----

Pelo exposto, no ponto 3 e 4 da presente informação propõe-se a **aprovação** do projeto de arquitetura bem como o deferimento do pedido de **licenciamento** no referente à edificação do muro supra identificada. Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo; -----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de **licenciamento especial de legalização**, o interessado dispõe o requerente do prazo de 30 dias para requerer e emissão do respetivo alvará de **licenciamento especial de legalização**, nos termos do n.º14 do artigo 73-C do RMUE, devendo para o efeito anexar os elementos constantes no n.º 1 do art.º 3 da Portaria n.º 216- E/2008, de 3 de Março. -----

• Informe-se ainda o requerente que nos termos do artigo n.º117 do RJUE e em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações urbanísticas para o concelho de Chaves, foi efetivada a sua liquidação de acordo com mapa de medição em anexo: -----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
<b>Capítulo II</b>	<b>EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64.85 €
n.º 10	Muros de suporte ou de vedação, ou outro tipo de vedações, por metro linear, inseridos ou não em processos referentes a edifícios identificados nos n.ºs anteriores, acresce ao valor referido em 1	28	1,00 €	28.00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	6	11,85 €	71.10 €
	<b>TOTAL</b>			<b>163.95 €</b>

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.15.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.19. -----**

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.15. CONSTRUÇÃO DE ANEXOS A HABITAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 464/17 - PATRÍCIA FERNANDES PEIXOTO LEITE FERREIRA - LUGAR DE FONTE DO LEITE, LOTE N.º 11, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES, DATADA DE 14.03.2018. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. Introdução -----**

**1.1. Pretensão do requerente -----**

Vem a Srª Patrícia Fernandes Peixoto Leite Ferreira na qualidade de proprietária através dos requerimentos nº 1192/17 dar início ao processo n.º464/17 com vista à legalização de uma operação urbanística de edificação que carece ainda de obras de construção destinado a anexos a uma habitação nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (doravante designado por RJUE), bem como pelo artigo 73 º-C do Regulamento Municipal de Urbanização e edificação (RMUE) situado no lote 11 do loteamento com alvará n.º9/89 no lugar de Fonte do Leite, união de freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge. -----

**1.2. Resumo da pretensão -----**

Por leitura do projeto de arquitetura verifica-se que o requerente pretende legalizar a construção de anexos à habitação de um piso acima da cota de soleira numa área de 88m2 destinados a arrumos garagem e alpendre. Por leitura da memória descritiva e fotografias anexadas verifica-se que os anexos possuem a parte estrutural executada com elevação de paredes e cobertura. Para a conclusão da obra terão que ser executados todos os trabalhos de reboco e pintura bem como concluir a zona referente ao alpendre. Esta situação foi ainda esplanada na ficha da fiscalização, abaixo identificada. -----

De forma a concluir as obras a requerente apresenta uma calendarização de 15 dias. -----

**1.3. Localização -----**

O prédio urbano onde se pretende erigir os anexos situa-se na rua Ernesto Pereira, freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, correspondente ainda ao lote nº11 do loteamento nº9789 em nome de Francisco Anselmo Dias, com uma área de 723m2, confronta a sul com Rua Pública. -----

**1.4. Antecedentes -----**

Existe em arquivo deste município os seguintes documentos e no referente ao edifício destinado a habitação existente: -----

- Comunicação prévia cuja admissão foi praticada a 5 de maio de 2011, correspondente à edificação de um imóvel de 2 pisos destinado a habitação numa área bruta de 269,65m2. -----
- Correspondente alvará de autorização de utilização nº148/12 de 19 de outubro de 2012. -----

- Ficha de acompanhamento de operação urbanística n.º58/FIS/2017, onde se constata que a requerente levou a efeito a construção de anexo com 30m2 e muro de vedação não confrontante com via publica. -----

## **2. Enquadramento da pretensão -----**

### **2.1. - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação -----**

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º- A do RJUE salientando-se que a respetiva instrução tem enquadramento na Portaria 113/2015. -----

### **2.2. - No Regulamento Municipal de urbanização e edificação (RMUE) -**

O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.ºC -Procedimento de legalização de operações urbanísticas do Regulamento n.º732/2015 o qual procedeu à Revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (de seguida designado por RMUE).Refira-se ainda que nos termos do disposto no seu n.º13 a operação urbanística objeto de legalização que carece de obras deverá ser titulada por alvará de licença especial de legalização.-----

### **2.3. - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----**

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, constata-se, o prédio a que se reporta o pedido em análise insere-se em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.1 - Cidade de Chaves. -----

De acordo com a publicação em Diário da República, de 03 de janeiro de 2018, do aviso n.º155/2018- por motivo de alteração do PDM de Chaves foi aberta o período de discussão publica pelo prazo de 30 dias seguidos a contar do dia seguinte à sua publicação que terá entre outros os seguintes efeitos : "... Nas áreas a abranger por novas regras urbanísticas constantes de plano municipal de ordenamento do território, os procedimentos de informação prévia, de comunicação prévia e de licenciamento ficam suspensos, a partir da data fixada para o início do período de discussão pública e até à data da entrada em vigor daqueles planos. -----

- Por informação n.º1/SPMOT/2018 com concordância superior por parte do Sr. Presidente da Câmara, foi clarificada a medida cautelar de suspensão de procedimento nomeadamente quanto à exclusão da sua aplicabilidade e quanto ao levantamento da suspensão. -----

- Para o caso concreto em apreço e em concordância com a informação acima citada é considerado poder ocorrer o levantamento da suspensão de procedimentos, permitindo o seu prosseguimento, "os procedimentos cujos pedidos não terão, ao abrigo das novas regras urbanísticas, uma decisão diferente daquela que se impõe em função das regras urbanísticas no PDM em vigor". -----

## **3. Análise -----**

### **3.1. Analise da Instrução do pedido -----**

O processo encontra-se instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e n.º 16 do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A do RJUE, por se tratar de uma legalização. -----

### **3.2. Características gerais da pretensão/Analise do pedido -----**

Por leitura do processo e antecedentes acima identificados verifica-se que: -----

- O prédio urbano possui uma área de 723m2.-----
- Existe um imóvel licenciado e edificado no prédio destinado a habitação com área bruta de construção de 269,65m2.-----



• É pretensão do requerente o **licenciamento especial de legalização** de anexos destinados a arrumos, garagem e alpendre numa área de 88m<sup>2</sup>.--

• Tendo em consideração os dois pontos anteriores tem-se como área bruta total o valor de 357.65m<sup>2</sup>(= 269,65m<sup>2</sup>+ 88m<sup>2</sup>).-----

• Tendo em consideração que o lote de terreno possui uma área de 723m<sup>2</sup> e que a área bruta de construção é de 357.65m<sup>2</sup> advém um índice de construção de **i<sub>c</sub>=0,49 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>**.-----

Constata-se que os parâmetros urbanísticos associados à edificação vão ao encontro dos parâmetros urbanísticos definidos no artigo 19º do Regulamento do PDM na versão em vigor ( $I_c \leq 0.50$ ) e na proposta de alteração que se encontra em discussão pública ( $I_c \leq 1.20$ ).-----

### **3.3. Análise face às vistorias prévias previstas nos termos do artigo 73º-C do RMUE**-----

O procedimento de legalização foi procedido de vistoria prévia em conformidade com o disposto no nº6 do artigo 73º-C do RMUE. que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutoriamente o procedimento de legalização.-----

É referenciado em auto nº155 a existência em projeto de duas chaminés no tardo da edificação que não se encontram executadas, à extrema da parcela, no entanto tal situação não põe em causa qualquer legislação urbanística nomeadamente o RGEU.-----

### **4. CONCLUSÃO**-----

Face ao anteriormente citado verifica-se que: -----

• A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída----

• O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano diretor municipal, RMUE, RGEU, e demais legislações urbanísticas em vigor. -----

### **5. PROPOSTA DE DECISÃO**-----

Pelo exposto, no ponto 3 e 4 da presente informação propõe-se a aprovação do projeto de arquitetura, apresentado sob requerimento nº1192/17 bem como o deferimento do pedido de **licenciamento especial de legalização** no referente à edificação do anexo supra identificado.

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de **licenciamento especial de legalização**, o interessado dispõe o requerente do prazo de 30 dias para requerer e emissão do respetivo alvará de licenciamento especial de legalização, nos termos do nº14 do artigo 73-C do RMUE, devendo para o efeito anexar os elementos constantes no n.º 1 do art.º 3 da Portaria n.º 216- E/2008, de 3 de Março -----

• Informe-se ainda o requerente que nos termos do artigo nº117 do RJUE e em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações urbanísticas para o concelho de Chaves, foi efetivada a sua liquidação de acordo com mapa de medição em anexo no valor de 272.70€.

### **• - Cálculo das taxas administrativas-(TA)**

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			

Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	1		64.85€
n.º 11	Anexos, garagens ou lugares de estacionamento, telheiros, hangares, barracões, alpendres e outras construções congéneres, inseridos, ou não, em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores, acresce ao valor referido em 1., por m2	88	1,00 €	88.00 €
	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	1	11.85€	11.85€
	<b>TOTAL</b>			<b>164.70€</b>

**Taxas de vistorias-TV**

	Vistorias -artigo 75º	Un.	Taxa	Valor
<b>Capítulo II</b>	<b>EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 75º	Vistoria para efeito de autorização			
n.º 1	Taxa geral para a realização de vistoria	1	52,95 €	52,95 €
n.º 2	Acresce ao valor em 1 por cada unidade de ocupação			0,00 €
2bº)	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento	1	54.00 €	54.00 €
	<b>TOTAL</b>			<b>108.00 €</b>

taxas administrativas-TA	164.70 €
taxas de vistorias TV	108,00 €
<b>Valor total</b>	<b>272,70 €</b>

À Consideração Superior.-----  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.15.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.19.** -----

À Reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.16. ALTERAÇÕES A UM PRÉDIO DE HABITAÇÃO E COMÉRCIO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 636/15 – TORCATO PERES DE CARVALHO – RUA DA PAZ N.º 1, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 14.03.2018.**-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**I - Antecedentes** -----

No terreno objecto de intervenção está edificada uma construção licenciada sob o n.º 615/81 (construção de prédio), 162/86 (instalação do mini-mercado), 324/92 (ampliação da construção/prédio), 429/99 (alteração/instalação de estabelecimento de restauração), bem como foi solicitada e deferida a licença de utilização/ocupação n.º 09/2000,

relativamente a um edifício sito na Rua da Paz n.º1-Valongo, União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge. -----

## **II - Pretensão** -----

A pretensão incide sobre um pedido de Legalização de alterações de um prédio de habitação e comércio sito na Rua da Paz n.º1-Valongo, União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge. -----

## **III - Análise Processual** -----

O processo encontra-se suspenso desde 21 de Setembro de 2017. Por despacho do Sr. Director do Departamento de Coordenação Geral datado de 09 de março de 2018, o processo em causa foi devolvido a fim de prestar esclarecimentos sobre a informação técnica anteriormente produzida. Em resposta a esse pedido cumpre-me informar o seguinte:

1- O processo em causa foi-me remetido no dia 12/03/2018; -----

2- Trata-se de um processo de legalização de um conjunto de alterações e ampliações que o requerente foi executando ao longo do tempo. -----

3- Face ao teor do auto de vistoria depreende-se que a autorização de utilização referente à legalização não é possível, pelo fato de haver necessidade de execução de obras de correção ou adaptação. -----

4- Através do requerimento n.º 1667/17 veio a processo o requerente informar que relativamente ao ponto 3 do auto de vistoria n.º 145, já procedeu à remoção da chaminé no alçado norte, e que a área coberta no alçado sul, já se encontra representada na planta que anexa. -----

Assim, e dado que se trata de uma legalização de alterações e ampliações aos projetos licenciados, e de acordo com a legislação em vigor, a pretensão pode ser enquadrada no n.º4 do artigo 73º.-C do RMUE, isto é, quando haja lugar a obras de correção ou outras, a legalização será precedida da emissão de licença especial de legalização. -----

Neste enfoque, julgo que se encontram reunidas as condições para aprovação da licença especial de legalização, propondo-se o seu deferimento. -----

Mais se informa, que o requerente deverá, depois de feitas as obras de correção ou outras, solicitar a autorização de utilização, em conformidade com o preceituado no n.º14 do artigo 73º.-C do RMUE, ficando a mesma condicionada à realização previa de uma vistoria para confirmação da execução das mesmas. -----

De acordo com o despacho praticado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal em 10/01/2018 sobre a informação n.º1/SPMOT/2018, considera-se desde já, **que o pedido formulado não terá, ao abrigo das novas regras urbanísticas, uma decisão diferente daquela que se impõe em função das regras urbanísticas no PDM em vigor**, podendo desta forma ocorrer o levantamento da suspensão deste procedimento pela Câmara Municipal. -----

## **V - Da Proposta em Sentido estrito** -----

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de aprovação de licença especial de legalização. -----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo; -----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.19.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.19.** -----

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## VI

### OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

#### 1- URBANIZAÇÃO

##### 1.1. "MERCADO DE GADO DE CHAVES E ARRANJOS EXTERIORES". RECEÇÃO DEFINITIVA. -----

Foi presente a informação nº 102/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

##### **I - Enquadramento** -----

1. O Município de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2.<sup>a</sup> Série, n.º 146 de 31 de Julho de 2007, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Mercado de Gado de Chaves e Arranjos Exteriores". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 6 de Dezembro de 2007, o Município de Chaves adjudicou à empresa "José Moreira & Filhos, Lda.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 21 de Dezembro de 2007. ---

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 1.850.520,82€ (Um milhão, oitocentos e cinquenta mil, quinhentos e vinte euros e oitenta e dois cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor. -----

5. Prazo de execução da obra: 365 dias. -----

6. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 23 de Janeiro de 2008. -----

7. A receção provisória ocorreu no dia 6 de Agosto de 2009. -----

8. De acordo com o Despacho do Sr. Presidente do dia 23 de Fevereiro de 2011, foi aprovado o acionamento das garantias bancárias, para efetuar reparações no valor de 155.977,28€, acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor. -----

9. De acordo com o Processo n.º 147/12.0TBCHV, do - Tribunal da Judicial de Chaves, 2.º Juízo de Chaves, no dia 12 de Outubro de 2012, foi proferida sentença de declaração de insolvência da empresa adjudicatária, "José Moreira & Filhos, Lda.". -----

10. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária do dia 15 de Setembro de 2017, O Município de Chaves aprovou o acionamento das garantias bancárias, para efetuar reparações no valor de 22.531,82€, acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor. --

##### **II - Fundamentação** -----

Decorridos cinco anos da data da Receção Provisória, de acordo com o estipulado no artigo 227.º do Decreto-lei n.º 59/99, de 2 de Março, poderá ser efetuada a Receção Definitiva da Obra, não havendo lugar à

extinção de garantias, uma vez que as mesmas já foram acionadas na sua totalidade. -----

### **III - Da Proposta em Sentido Estrito** -----

Face ao exposto, sou a propor o seguinte: -----

a) Que numa primeira fase a presente proposta seja submetida a aprovação do Sr. Presidente; -----

b) Que de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 227.º do Decreto-lei n.º 59/99 de 2 de Março seja efetuada a Receção Definitiva da Obra; -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 12 de Março de 2018 -----

O Técnico -----

(Vitor Joaquim Fernandes Pereira -----

Em Anexo: Resumo garantias -----

Anúncio insolvência adjudicatário -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.03.16. -**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.16. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.16. -----**

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **1.2. "PAMUS 2 - REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES: ZONA URBANA NASCENTE - REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2)". PRORROGAÇÃO DE PRAZO.**

Foi presente a informação nº 103/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

### **I - Enquadramento** -----

1. O Município de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 39 de 23 DE fevereiro de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada "PAMUS 2 - Requalificação de Corredores Urbanos Existentes: Zona Urbana Nascente - Requalificação e Remodelação das Ruas Antunes Guerreiro e Inácio Pizarro (INTERVENÇÃO 1.2)". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 28 de Abril de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Socorpena, Construções e Obras Públicas, Lda.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 1 de Junho de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 552.866,36€ (Quinhentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e seis euros e trinta e seis cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor. -

5. Prazo de execução da obra, 150 dias. -----

6. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 5 de Junho de 2017. -----

7. A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 14 de Junho de 2017. -

8. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 30 de Novembro de 2017, o Município de Chaves aprovou prorrogação graciosa do prazo de execução de 120 dias. -----

9. A entidade e executante vem, através de ofício que deu entrada nos serviços do Município no dia 8 de Março de 2018 com o n.º 2055, solicitar uma prorrogação do prazo de execução da obra por 90 dias. -

## **II - Fundamentação** -----

1. No referido pedido de prorrogação, o adjudicatário vem alegar atrasos pelos seguintes motivos: -----

a) Atraso na decisão de soluções por parte do Município; -----

b) Alteração do projeto por parte do Município. -----

2. Anexado ao pedido de prorrogação, vem novo plano de trabalhos, cronograma financeiro, plano de mão de obra e plano de equipamentos adaptados às novas circunstâncias. -----

3. Feita análise dos argumentos apresentados pelo adjudicatário, cumpre informar: -----

a) De acordo com a alínea c) do ponto n.º 1 da Clausula 9.ª do Caderno de Encargos, a entidade executante, abriga-se a concluir a execução da obra, 150 dias a contar da data da sua consignação ou da data em que o Dono de Obra comunique à entidade executante a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última seja posterior; -----

b) Já foi efetuada uma primeira prorrogação de prazo em 90 dias; ---

c) Feita a análise do plano de trabalhos inicial, conclui-se que como entidade executante da empreitada o adjudicatário devia atempadamente adquirir e planear os materiais e trabalhos necessários para a execução de toda a obra, de acordo com o previsto no projeto; -----

d) Relativamente à decisão de soluções do Município, durante a execução da obra, foram detetados problemas a nível da infraestrutura existente de águas pluviais. Verifica-se que nesta data todas as soluções já se encontram definidas; -----

e) O Dono de Obra decidiu ainda reformular o projeto, de modo a manter o trânsito nos dois sentidos, na Rua Antunes Guerreiro, onde o projeto previa apenas um único sentido. O projeto foi reformulado e entregues todas as peças e elementos necessários ao adjudicatário; -----

f) Com base no referido anteriormente, uma vez que já se encontrarem trabalhos executados, não se justifica conceder uma prorrogação superior a 60 dias. -----

4. Assim, deverá ser concedida prorrogação de prazo graciosa de 60 dias, e não 90 dias conforme o solicitado, dado que como anteriormente se referiu a entidade executante devia atempadamente adquirir e planear os materiais e trabalhos necessários para a execução de toda a obra. -----

## **III - Proposta** -----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto em cima enunciadas, considerando que sem uma prorrogação ao prazo de execução da obra se torna impraticável a entidade executante concluir a mesma, propõe-se ao órgão executivo: -----

a) A obtenção da competente aprovação da prorrogação de prazo; -----

b) De acordo com o previsto no ponto n.º 2 e n.º 3 do Artigo n.º 13 do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que seja concedida uma prorrogação graciosa do prazo de execução, sem direito a qualquer acréscimo do valor da revisão de preços em relação ao prazo contratado, pelo período de 60 dias; -----

c) De acordo ainda com o mesmo artigo, o empreiteiro não terá direito a qualquer acréscimo de valor da Revisão de Preços em relação ao prazo

acrescido, devendo esta fazer-se pelo plano de pagamentos que, na data da prorrogação, se encontrar em vigor. -----

d) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, deverá ser notificada a entidade executante da decisão tomada; -----

e) O adjudicatário deverá retificar o plano de trabalhos e plano de mão de obra apresentados, para a prorrogação de 60 dias. -----

Com aprovação do pedido de prorrogação a data para a conclusão da obra é 10 de Maio de 2018. -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 12 de Março de 2018 -----

O Técnico -----

(Vitor Joaquim Fernandes Pereira) -----

Anexos: Pedido de prorrogação de prazo -----

Plano de trabalhos -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.03.16. -**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.16. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.16. -----**

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **1.3. AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E ETAR DE CALVÃO - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 5/DOP/2018. -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços nº 5/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, Construções Quatro de Maio, Lda., no valor de 20.135,60 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.16. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.16. -----**

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €20.135,60 (Vinte mil, cento e trinta e cinco euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

### **1.4. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 7/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 7/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 34.958,20 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.16.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.16.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €34.958,20 (Trinta e quatro mil, novecentos e cinquenta e oito euros e vinte cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**1.5. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 8/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS).** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 8/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 18.606,80 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.16.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.16.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €18.606,80 (Dezoito mil, seiscentos e seis euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**1.6. PAMUS 2 - REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES: ZONA URBANA NASCENTE - REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 16/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS).** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 16/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SOCORPENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., no valor de 3.828,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.16.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.16.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €3.828,00 (Três mil, oitocentos e vinte e oito euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**1.7. PAMUS 2 - REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES: ZONA URBANA NASCENTE - REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES**



**GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 17/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 17/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SOCORPENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., no valor de 24.626,54 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.16. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.16. -----**

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €24.626,54 (Vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e seis euros e cinquenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**1.8. CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS - CASAS NOVAS E REDONDELO - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 4/DOP/2018. -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 4/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, CONSTRUÇÕES QUATRO DE MAIO, LDA., no valor de 17.349,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.16. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.16. -----**

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €17.349,00 (Dezassete mil, trezentos e quarenta e nove euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**1.9. REFORÇO DA INSTALAÇÃO DE REDES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS EM TERRENO NÃO PRIVADO VISANDO A DIMINUIÇÃO DA CARGA COMBUSTÍVEL E DE ACESSO A PONTOS DE ÁGUA - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 3/DOP/2018. -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 3/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, FLORESTAS VERDEJANTES, LDA, no valor de 60.807,12 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.16. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.16. -----**

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €60.807,12 (Sessenta mil, oitocentos e sete euros e doze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**1.10. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 7/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS).** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 7/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 45.943,76 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.16.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.16.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €45.943,76 (Quarenta e cinco mil, novecentos e quarenta e três euros e setenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**1.11. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 8/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS).** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 8/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 53.440,58 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.16.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.16.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €53.440,58 (Cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta euros e cinquenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**1.12. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 9/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS - ÁGUA).** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 9/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 6.852,81 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.16.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.16.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €6.852,81 (Seis mil, oitocentos e cinquenta e dois euros e oitenta e um cêntimo), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

## **2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE**

### **3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO**

## **VII EXPROPRIAÇÕES**

## **VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS**

## **IX DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS**

## **X FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS**

## **XI ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA**

### **1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

### **2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

**2.1. CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO, DESTINADO À EXCLUSIVA AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA DE OUTROS EMPRÉSTIMOS EM VIGOR A 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - ART.º 101º, DA LEI N.º 114/2017 - LOE PARA 2018 E ATÉ AO MONTANTE DE 3.016.141,18€. - PEDIDO DE APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO. INFORMAÇÃO N.º11/DGF/2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Contratação de um empréstimo de médio/longo prazo, destinado à exclusiva amortização antecipada de outros empréstimos em vigor a 31 de dezembro de 2017 - art.º 101º, da Lei n.º 114/2017 - LOE para 2018 e até ao montante de 3.016.141,18€. - Pedido de Aprovação das Cláusulas do Contrato. INFORMAÇÃO N.º11/DGF/2018-----

No seguimento da Informação/Proposta nº7/DGF/2018, aprovada pelo órgão executivo em 22 de fevereiro de 2018 e sancionada pelo órgão deliberativo em sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2018, relativa à contratação de empréstimo de médio e longo prazo, identificado em epígrafe, cumpre-me promover a submissão da minuta do contrato, oportunamente apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola, à próxima reunião do órgão executivo municipal, para aprovação do respetivo clausulado.-----

Mais se informa, que, para os devidos efeitos, fica desde já autorizado o Sr. Presidente da Câmara Municipal, na outorga do respetivo contrato de empréstimo, a celebrar. -----

À consideração superior,-----  
Chaves, 12 de março de 2018-----

A Chefe de Divisão de gestão Financeira,-----  
No uso de poderes subdelegados-----  
(Márcia Santos, Dra.)-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.14.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.14.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **2.2. CASA DO PESSOAL DO HOSPITAL DE CHAVES/ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 08/ DGF/2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

### **I - Enquadramento:** -----

**1.** Considerando que, mediante ofício refa. 546, de 2018.01.17, veio a ser notificada a Associação "Casa do Pessoal do Hospital de Chaves", para o pagamento dos valores em dívida referentes à utilização, por tal entidade, de infraestruturas públicas municipais, destinadas à prática do desporto, designadamente Pavilhão municipal dos Aregos e piscina municipal, durante os anos de 2010 a 2013, num total de 5.640,00€, acrescido dos respetivos juros vencidos, num valor atual de 1.754,47€; -----

**2.** Considerando que, face à maturidade de tal dívida, o reiterado incumprimento do respetivo pagamento, determinará que o Município de Chaves possa, com legitimidade, inibir a autorização de utilização de tais espaços públicos municipais para a prática desportiva por parte da referida entidade; -----

**3.** Considerando que, a "Casa do Pessoal do Hospital de Chaves", veio, mediante comunicação datada de 01/02/2018, manifestar vontade em promover a regularização do referido montante em dívida, e respetivos juros vencidos, de forma faseada, tendo em conta os constrangimentos financeiros apresentados, num valor mensal de 60,00€, -----

sugerindo ainda que seja abatido o valor da comparticipação financeira atribuída pelo Município, num total de 1.000,00€, ao valor em dívida;

**4.** Considerando que, de acordo com o princípio da não compensação previsto no ponto 3.1.1, alínea h), do POCAL, "todas as despesas e receitas são inscritas pela sua importância integral, sem deduções de qualquer natureza", deverá ser paga tal apoio financeiro pelo município, no valor de 1.000€, sendo que, em simultâneo, a referida associação deverá efetuar um pagamento de faturas em dívida até perfazer tal montante; -----

**II - Estratégia a adotar:** -----

1- Face ao exposto e, compulsada a conta corrente dos documentos emitidos e não pagos pela Casa do Pessoal do Hospital distrital de Chaves, num valor total de 5.640,90€, acrescidos dos respetivos juros de mora sobre as faturas vencidas, sugere-se que seja ponderada a seguinte estratégia de atuação: -----

a) Que seja autorizado o pagamento, pelo Município, do valor do apoio financeiro atribuída a tal entidade, mediante proposta nº 80/GAP/2017, no valor de 1.000,00€; -----

b) Que seja efetuado, pela referida associação, o pagamento das faturas em dívida referentes às guias de receita identificadas na lista anexa, até ao montante de 1.000,00€; -----

c) Que seja autorizado o **pagamento em prestações, até ao dia 25 de cada mês**, do valor da dívida remanescente, em valor mensal de 60,00€, incluindo juros de mora vencidos, até que seja totalmente amortizado o montante total em dívida e respetivos juros. -----

d) Que o teor da presente proposta seja apreciada para autorização do Sr. Presidente da Câmara, e submissão ao órgão executivo municipal, para aprovação; -----

e) A falta de pagamento de uma prestação implicará o vencimento de todas as prestações; -----

f) Posteriormente, deverá ser promovida a competente notificação à Associação "Casa do Pessoal do Hospital de Chaves", para conhecimento. Chaves, 15 de fevereiro de 2018. -----

A Chefe de Divisão Financeira -----

(Dr.<sup>a</sup> Márcia Santos) -----

Anexo: listagem de valores em dívida -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.12.** -----

Visto. Concordo. À Consideração superior. -----

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.12.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**2.3. FLAVITUS NATAÇÃO CLUBE/ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 10/ DGF/2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Enquadramento:** -----

**1.** Considerando que, mediante ofício refa. 21, de 2018.01.17, veio a ser notificada o "Favitus Natação Clube", para o pagamento dos valores em dívida referentes à utilização, por tal entidade, de infraestruturas públicas municipais, destinadas à prática do desporto, designadamente Piscina Municipal, durante os anos de 2015 a 2017, num

total de 5.565,75€, acrescido dos respetivos juros vencidos, num valor atual de 234,91€; -----

2. Considerando que, face à maturidade de tal dívida, o reiterado incumprimento do respetivo pagamento, determinará que o Município de Chaves possa, com legitimidade, inibir a autorização de utilização de tais espaços públicos municipais para a prática desportiva por parte da referida entidade; -----

3. Considerando que, o "Favitus Natação Clube", veio, mediante comunicação datada de 08/02/2018, manifestar vontade em promover a regularização do referido montante em dívida, e respetivos juros vencidos, de forma faseada, tendo em conta os constrangimentos financeiros apresentados; -----

## **II - Estratégia a adotar:** -----

1- Face ao exposto e, compulsada a conta corrente dos documentos emitidos e não pagos pelo "Favitus Natação Clube", num valor total de 5.565,75€, acrescidos dos respetivos juros de mora sobre as faturas vencidas, sugere-se que seja ponderada a seguinte estratégia de atuação: -----

a) Que seja autorizado o **pagamento em prestações, até ao dia 25 de cada mês**, do valor da dívida remanescente, em valor mensal de 60,00€, incluindo juros de mora vencidos, até que seja totalmente amortizado o montante total em dívida e respetivos juros. -----

b) Que o teor da presente proposta seja apreciada para autorização do Sr. Presidente da Câmara, e submissão ao órgão executivo municipal, para aprovação; -----

c) A falta de pagamento de uma prestação implicará o vencimento de todas as prestações; -----

d) Posteriormente, deverá ser promovida a competente notificação ao "Favitus Natação Clube", para conhecimento. -----  
Chaves, 08 de março de 2018. -----

A Chefe de Divisão Financeira (Dr.<sup>a</sup> Márcia Santos) -----

Anexo: listagem de valores em dívida -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.09.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.12.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **2.4. ACADEMIA DE NATAÇÃO/ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 12/ DGF/2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

### **I - Enquadramento:** -----

1. Considerando que, mediante ofício refa. 36, de 2018.01.19, veio a ser notificada a "Academia de Natação", para o pagamento dos valores em dívida referentes à utilização, por tal entidade, de infraestruturas públicas municipais, destinadas à prática do desporto, designadamente Piscina Municipal, durante os anos de 2015 a 2016, num total de 4.536,86€, acrescido dos respetivos juros vencidos, num valor atual de 441,53€; -----

2. Considerando que, face à maturidade de tal dívida, o reiterado incumprimento do respetivo pagamento, determinará que o Município de Chaves possa, com legitimidade, inibir a autorização de utilização de tais espaços públicos municipais para a prática desportiva por parte da referida entidade; -----

3. Considerando que, a "Academia de Natação", veio, mediante comunicação datada de 06/02/2018, manifestar vontade em promover a regularização do referido montante em dívida, e respetivos juros vencidos, de forma faseada, tendo em conta os constrangimentos financeiros apresentados; -----

## **II - Estratégia a adotar: -----**

1- Face ao exposto e, compulsada a conta corrente dos documentos emitidos e não pagos pelo "Academia de Natação", num valor total de 4.536,86€, acrescidos dos respetivos juros de mora sobre as faturas vencidas, sugere-se que seja ponderada a seguinte estratégia de atuação: -----

a) Que seja autorizado o **pagamento em prestações, até ao dia 25 de cada mês**, do valor da dívida remanescente, em valor mensal de 60,00€, incluindo juros de mora vencidos, até que seja totalmente amortizado o montante total em dívida e respetivos juros. -----

b) Que o teor da presente proposta seja apreciada para autorização do Sr. Presidente da Câmara, e submissão ao órgão executivo municipal, para aprovação; -----

c) A falta de pagamento de uma prestação implicará o vencimento de todas as prestações; -----

d) Posteriormente, deverá ser promovida a competente notificação à "Academia de Natação", para conhecimento. -----

Chaves, 08 de março de 2018. -----

A Chefe de Divisão Financeira (Dr.<sup>a</sup> Márcia Santos) -----

## **Anexo: listagem de valores em dívida -----**

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.09. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.14. -----**

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **2.5. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM AT, MT, BTE, BTN E IP. APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO. INFORMAÇÃO Nº3/SC/2018. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

### **1. Antecedentes e justificação-----**

- Considerando que, no dia 8 de março de 2018, a Câmara Municipal de Chaves, deliberou, por unanimidade, aprovar a celebração de protocolo para constituição de agrupamento de entidades adjudicantes, com vista ao lançamento de um único procedimento por concurso público denominado "Concurso público para fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em AT, MT, BTE, BTN e IP" e que terá por objeto a alimentação das instalações alimentadas em alta tensão, média tensão, baixa tensão especial, baixa tensão normal e iluminação pública dos Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de

Pena, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e a AMAT - Associação de Municípios do Alto Tâmega; -----

- Considerando que, nos termos do disposto no artigo 4º do referido protocolo, foi designada, como representante do agrupamento, a AMAT

- Associação de Municípios do Alto Tâmega, para efeitos de condução do procedimento de formação do contrato;-----

- Considerando que o representante do agrupamento, no uso das suas competências, elaborou o programa de procedimento e o caderno de encargos, em anexo; -----

- Considerando que, nos termos do disposto na cláusula 4ª do caderno de encargos, está previsto que o contrato terá a duração de 24 meses, com a possibilidade de ser renovado por um período de 12 meses, até ao limite de 36 meses, no cômputo total, salvo se alguma das partes contratantes não pretender a sua renovação; -----

- Considerando que no anexo I do caderno de encargos estão previstos os consumos estimados de energia ativa, do Município de Chaves, para os 24 meses; -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº197/99 de 8 de junho e nos termos do disposto nos artigos 36º e 38º do Código dos Contratos Públicos (CCP), compete à Câmara Municipal autorizar a realização da presente despesa;

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea a) do nº2 do artigo 61º da Lei nº114/2017 de 29 de dezembro, a presente prestação de serviços não está sujeita aos limites previstos no nº1 do artigo 61º da citada lei; -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da lei nº8/2012 de 21 de fevereiro, e ulteriores alterações, conjugado com o artigo 22º do decreto-lei nº197/99 de 8 de junho, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal.-----

## **2. Da Proposta em sentido estrito -----**

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: ----

a) Que o Órgão Executivo Municipal autorize a realização da presente despesa, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº197/99 de 8 de junho e nos termos do disposto nos artigos 36º e 38º do Código dos Contratos Públicos; -----

b) Que o Órgão Executivo Municipal aprove as peças do procedimento em anexo, nos termos do disposto no nº2 do artigo 40º do citado código;

c) Caso a presente proposta seja aprovada pelo Órgão Executivo Municipal, que, nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da lei 8/2012 de 21 de fevereiro, e ulteriores alterações, conjugado com o artigo 22º do decreto-lei nº197/99 de 8 de junho, seja sancionada, pelo Órgão Deliberativo Municipal, a assunção do presente compromisso plurianual. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 16 de março de 2018 -----

A Coordenadora Técnica -----

(Susana Borges)-----

Em anexo: Programa de procedimento, caderno de encargos e minuta do anúncio. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2018.03.16. -----**



Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.19.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.19.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## XII DIVERSOS

### 1. RESPOSTA AO OFÍCIO N.º 17/DSC/2018 - NOTIFICAÇÃO PARA PAGAMENTO DE AVISOS EM ATRASO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 24/DSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **OBJETIVO DA INFORMAÇÃO** -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre a resposta ao n/ ofício n.º 17/DSC/2018, formulada por Adelaide Fernandes Salvador Rodrigues, sócia gerente da empresa "Bónus Supermercado Lda.", contribuinte fiscal n.º 503 522 767, registada nos serviços de expediente geral desta Autarquia, sob o n.º 1913, em 02.03.2018, relacionada com o pagamento de avisos em atraso, referentes ao direito de ocupação dos lugares de venda - lojas n.º 9, 10 e 44 do Mercado Municipal de Chaves. -----

#### **ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA** -----

Nos termos do artigo 37.ºii do Regulamento de Mercados Municipais do Concelho de Chaves (RMM), pela ocupação dos lugares de venda são devidas as taxas constantes no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas em vigor no Município de Chaves (RLCT), a pagar até ao dia 15 de cada mês, mediante as guias de pagamento emitidas para o efeito. O incumprimento do dever de pagamento obriga à extração das respetivas certidões de dívida para efeitos de execução fiscal, em vista à cobrança coerciva dos valores em falta, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 34.º do RLCT, e tem como consequência a extinção definitiva do direito de ocupação do respetivo lugar de venda no Mercado Municipal de Chaves (n.º 4 do artigo 37.º do RMM). -----

Também no âmbito do artigo 8.ºiii do RMM, qualquer titular do direito de ocupação que, por motivo de doença ou outro devidamente justificado, se encontrar impedido de dirigir ou manter em funcionamento, o seu lugar de venda, por período de tempo não superior a 60 dias seguidos, deverá apresentar declaração escrita à Câmara Municipal, indicando o tempo e motivo de ausência, podendo ocasionar a afixação de aviso próprio. -----

No caso de se verificar que o período de ausência é superior ao previsto no n.º 1 do artigo 8.º do RMM, pode o titular do direito de ocupação perder o direito à ocupação do lugar nos termos do artigo 12.º do mesmo regulamento. -----

E nos termos do artigo 24.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais (RLCTM) encontram-se previstas as situações em que é possível aplicar a isenção ou redução das taxas municipais. -----

**DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO** -----

O requerimento formulado consubstancia a resposta ao n/ ofício n.º 17/DSC/2018, relacionado com o pagamento de avisos em atraso (janeiro de 2017 a fevereiro de 2018), referentes ao direito de ocupação dos lugares de venda - lojas n.º 9, 10 e 44 do Mercado Municipal de Chaves, que perfazem um total de 2738,82€ (dois mil setecentos e trinta e oito euros e oitenta e dois cêntimos), ao que acrescem juros de mora vencidos. -----

A requerente apresente uma série de motivos, que merecerão de forma genérica a análise e ponderação por parte destes serviços, muito concretamente no que se refere ao estado de "envelhecimento", "falta de higiene", "segurança", "manutenção" e "divulgação" das instalações do Mercado Municipal de Chaves. -----

Pelos motivos expostos a requerente afirma manter os lugares de venda encerrados, sem que para o efeito tenha procedido a qualquer comunicação ao Município de Chaves, contrariando o previsto nos termos do artigo 8.º do RMM. -----

Contudo, os muitos pedidos de esclarecimento que chegam a estes serviços, sobre o procedimento de ocupação das lojas exteriores do Mercado Municipal de Chaves, contrariam parcialmente a argumentação da requerente, e demonstram o manifesto interesse por estes lugares de venda, com frente para a Avenida Irmãos Rui e Garcia Lopes. -----

A requerente solicita ainda o "perdão da dívida", todavia, enquanto pessoa coletiva, não se enquadra no previsto no artigo 24.º do RLCTM, que define a aplicação de isenções ou reduções subjetivas de taxas municipais. -----

Tendo em conta o enquadramento legal da matéria em causa, estes serviços emitem o seguinte parecer: -----

A persistência da situação de incumprimento do dever de pagamento deverá conduzir à extração das respetivas certidões de dívida para efeitos de execução fiscal, em vista à cobrança coerciva dos valores em falta, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 34.º do RLCT, e deverá ter como consequência a extinção definitiva do direito de ocupação do respetivo lugar de venda no Mercado Municipal de Chaves.

A verificar-se a manutenção do encerramento permanente dos lugares de venda, deverá dar-se seguimento ao previsto no n.º 4 artigo 8.º do RMM, que conduzirá à caducidade do direito de ocupação. -----

Face ao exposto, o pedido de "perdão da dívida", relacionada com o pagamento de avisos em atraso, referentes ao direito de ocupação dos lugares de venda - lojas n.º 9, 10 e 44 do Mercado Municipal de Chaves, não deverá ser acolhido, e deverá comunicar-se à requerente o dever de manter em funcionamento as lojas. -----

**PROPOSTA DE DECISÃO** -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente deliberação, consubstanciada no indeferimento da pretensão de "perdão da dívida", relacionado com o pagamento de avisos em atraso, referentes ao direito de ocupação dos lugares de venda - lojas n.º 9, 10 e 44 do Mercado Municipal de Chaves, nos termos do n/ ofício n.º 17/DSC/2018; Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do artigo 114.º do CPA, do sentido da decisão que vier a ser

proferida sobre a matéria ora em apreciação, sendo para o efeito estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à mesma vir a processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o mesmo, tudo isto nos termos do artigo 121.º e ss. do CPA; -----

Decorrido o referido prazo sem que a interessada venha a processo apresentar argumentos de facto e de direito que justifiquem inverter a intenção de indeferimento do seu pedido, devem ser adotados os procedimentos que conduzam à deliberação definitiva de indeferimento do pedido, notificando-se tal deliberação à interessada. -----  
Por último, deve ainda informar-se a requerente do dever de manter as lojas em funcionamento, facto que a não se verificar conduzirá à caducidade do direito de ocupação, nos termos do n.º 4 artigo 8.º do RMM. -----

À consideração do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade -----

Chaves, 12 de março 2018 -----

A Técnica Superior -----

Cristiana Morais -----

Anexo: Requerimento NIPG 1913 -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQTO. RODRIGO MOREIRA DATADO DE 12/03/2018** -----

1- A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. -----

2- Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão competente para tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração da Senhora Vereadora Paula Chaves, para aprovação da proposta e da estratégia procedimental preconizada na mesma. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERA, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 14/03/2018** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 14/03/2018** -----

À reunião de Câmara. Concordo. Proceda-se em conformidade com o proposto. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **2. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE LUGAR NO TERRADO NA FEIRA SEMANAL DE CHAVES - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 25/DSC/2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

### **OBJETIVO DA INFORMAÇÃO** -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre o pedido formulado por António Teixeira Dias, contribuinte fiscal n.º 187 085 188, registado nos serviços de expediente geral desta Autarquia, sob o n.º 1323, em 14.02.2018, relacionado com o pedido de atribuição de um lugar no terrado da Feira Semanal de Chaves. -----

### **ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA** -----

A adjudicação do direito de ocupação de lugar de venda no terrado das feiras do município, cf. n.º 1 do artigo 9º19 do Regulamento de Exercício de Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária (RCRNS), é da competência da Câmara Municipal. -----

Sempre que existam lugares novos ou deixados vagos, cf. n.º 220 do artigo 19.º do RCRNS, deverá dar-se seguimento ao previsto no n.º 1 do mesmo artigo, o qual prevê uma atribuição imparcial, transparente e efetuada através de sorteio, por ato público. -----

Contudo, em reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada no pretérito dia 25 de novembro de 2016, foi deliberado aprovar o projeto da obra "Lote 1: Requalificação da Avenida do Estádio (PAMUS 1.2 e PAMUS 2.1)" e o respetivo procedimento concursal da empreitada da obra pública, com um prazo máximo de execução de 150 dias. -----

Dado que a execução de tal obra colidia com a zona do Terrado da Feira Semanal, o Executivo Municipal, na reunião ordinária de dia 6 de janeiro de 2017, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de reorganização temporária do recinto da feira, tendo por base a informação técnica n.º 126/DSC/2016. -----

No âmbito do processo de reorganização temporária do recinto da Feira Semanal de Chaves, para realização da obra "Lote 1: Requalificação da Avenida do Estádio (PAMUS 1.2 e PAMUS 2.1)", não se antevê, de momento, data para novo procedimento de atribuição de lugares, novos ou deixados vagos. -----

No entanto, sempre que o titular do lugar fixo não ocupe o lugar que lhe está reservado até às oito horas da manhã do dia de feira, o funcionário municipal em serviço na feira, pode atribuir esse lugar a outro feirante ou participante ocasional, cf. n.º 121 do artigo 21.º

---

19 Regulamento do Exercício de Atividade de Comercio a Retalho Não Sedentária -----

Artigo 9.º - Direito à ocupação -----

1. Os lugares de venda só podem ser ocupados e explorados pela pessoa, singular ou coletiva, beneficiária de adjudicação pela Câmara Municipal do direito de ocupação, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte. -----

20 Artigo 19.º - Condições de atribuição -----

A atribuição dos lugares de venda em feiras municipais deve ser imparcial, transparente e efetuada através de sorteio, por ato público, o qual deve ser anunciado em edital, na página eletrónica do município, num jornal local e ainda no "Balcão do empreendedor". ----

O procedimento referido no número anterior deve ser realizado com periodicidade regular, e ser aplicado a todos os lugares novos ou deixados vagos, não podendo ser objeto de renovação automática, nem devendo prever condições mais vantajosas para o feirante cuja atribuição de lugar tenha caducado ou para quaisquer pessoas que com este mantenham vínculos de parentesco ou afinidade, vínculos laborais, ou, tratando-se de pessoa coletiva, vínculos de natureza societária.

21 Artigo 21.º Condições de atribuição de lugar de venda a título ocasional -----

Quando o titular do lugar fixo não ocupar o lugar que lhe está reservado até às oito horas da manhã do dia de feira, deverá o funcionário municipal em serviço na feira, atribuir esse lugar a outro feirante ou participante ocasional, observando, com as necessárias adaptações, os procedimentos previstos nos números seguintes. -----

A ocupação do lugar de venda a título ocasional far-se-á segundo a ordem de chegada aos setores respetivos, segundo o ordenamento estabelecido. -----

do RCRNS, observando, com as necessárias adaptações, os procedimentos previstos nos números seguintes. -----

**DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO** -----

O requerimento formulado consubstancia o pedido de atribuição de lugar no terrado da Feira Semanal de Chaves. -----

Tendo em conta o enquadramento legal da matéria em causa, estes serviços emitem o seguinte parecer: -----

Considerando o processo de reorganização temporária do recinto da Feira Semanal de Chaves, para realização da obra "Lote 1: Requalificação da Avenida do Estádio (PAMUS 1.2 e PAMUS 2.1)", só após a conclusão da referida obra, e reposição da localização do recinto da feira semanal, se deverá equacionar a realização de um novo ato público de sorteio tendente à atribuição do direito de ocupação de lugares no terrado da Feira Semanal de Chaves, que então se encontrem disponíveis. -----

Face ao exposto, estes serviços entendem que o pedido de atribuição do direito de ocupação de lugar no terrado da Feira Semanal de Chaves não poderá ser acolhido, devendo o requerente ser aconselhado, enquanto aguarda pelo novo ato público, a ocupar, sempre que possível, um lugar a título ocasional. -----

**PROPOSTA DE DECISÃO** -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista a ser deliberado nos seguintes termos: -----

Manifestar a intenção de indeferir o pedido de atribuição do direito de ocupação de lugar no terrado da Feira Semanal de Chaves pelas razões expostas no ponto 3.2 desta informação, com a menção de que o mesmo poderá, eventualmente, vir a ser formulado no próximo ato público; --  
Informar o requerente que pode, entretanto, tentar a modalidade de ocupação de lugar a "título ocasional", nas circunstâncias e condições previstas no artigo 21.º do Regulamento de Exercício de atividade de comércio a retalho não sedentária. -----

Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do artigo 114.º do CPA, do sentido da deliberação que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, sendo para o efeito estabelecido o prazo de 10 dias para permitir ao mesmo vir a processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o mesmo, tudo isto nos termos do artigo 121.º e ss. do CPA; -----

Decorrido o referido prazo sem que o interessado venha a processo apresentar argumentos de facto e de direito que justifiquem inverter a intenção de indeferimento do seu pedido, devem ser adotados os procedimentos que conduzam à deliberação definitiva de indeferimento do pedido, notificando-se tal deliberação ao interessado. -----

À consideração do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade -----

Chaves, de 13 de março de 2018 -----

---

A ocupação prevista no número anterior deverá ser solicitada verbalmente ao trabalhador municipal e estará sempre condicionada à existência de lugares disponíveis, implicando o pagamento da taxa correspondente e prevista no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em vigor no Concelho de Chaves. -----

A Técnica Superior -----  
 Cristiana Morais -----  
 Anexo: NIPG 1323 -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQTO. RODRIGO MOREIRA DATADO DE 12/03/2018 -----**

1- A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. -----

2- Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão competente para tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração da Senhora Vereadora Paula Chaves, para aprovação da proposta e da estratégia procedimental preconizada na mesma. -----

**À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral  
 DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERA, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 14/03/2018 -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 14/03/2018 -----**

À reunião de Câmara. Concordo. Proceda-se em conformidade com o proposto. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3. PROTOCOLO DA AFACC. INFORMAÇÃO 006/GTF/2018. PROTOCOLO DA AFACC. -**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Enquadramento-----**

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado superiormente de forma a rever o protocolo de Cooperação Financeira e Técnica, celebrado entre a Câmara Municipal de Chaves e a Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves (AFACC).-----

**2- Antecedentes e Justificação-----**

Tendo em consideração que nos espaços florestais, previamente definidos nos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios, é obrigatório que a entidade responsável, pela rede viária, providencie a gestão do combustível, numa faixa lateral de terreno confinante de largura não inferior a 10 m (ponto 1 do artigo 15.º do Decreto-lei n.º 124/2006 de 30 de Junho e ulteriores alterações).----

Tendo presente que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios cartografou, para o Município de Chaves, as faixas adjacentes à rede de estradas e Caminhos Municipais num total de 169,7 ha no espaço temporal de 5 anos.-----

Considerando, que a AFACC é detentora de 2 equipas de Sapadores, constituída por 5 elementos/cada, devidamente formados e equipados com viatura, meios de 1.ª Intervenção e meios para executar silvicultura preventiva (motorroçadoras, motosserras, machadas, etc.).-----

Considerando, que a AFACC através das equipas de Sapadores Florestais, no período crítico, efetuam ações de vigilância, 1.ª Intervenção, apoio ao combate, rescaldo e vigilância pós-fogo para além do horário de funcionamento melhorando as operações de extinção de incêndios florestais;-----

Tendo em consideração que profissionalismo deste tipo de equipa, reconhecido a nível nacional e Municipal por todos os Agentes de Proteção Civil (Bombeiros, PSP, GNR, GIP'S) promovem a limpeza de vários espaços florestais ao longo das estradas e caminhos municipais e nas faixas envolventes às edificações, nas áreas baldias, contribuindo para a redução do risco de incêndio do concelho e aumentando a segurança de pessoas e bens;-----

Considerando a atividade relevante que a AFACC vem desenvolvendo em prol do desenvolvimento do sector Florestal do concelho de Chaves, sendo responsável pela elaboração e acompanhamento da execução de diversos projetos de: plantação, beneficiação e infraestruturação dos povoamentos florestais, as quais melhoraram a capacidade de resiliência dos povoamentos florestais do concelho.-----

Considerando que o perfil dos seus associados "produtores florestais" ainda não tem a capacidade de financiar as despesas daquela associação; Considerando a necessidade daquela entidade dispor dos meios financeiros indispensáveis que permitam a sua continuidade;-----

### **3 - Proposta em Sentido Estrito**-----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

a) Que o presente assunto seja agendado na próxima reunião do executivo camarário, com vista a que o aludido órgão aprove o clausulado constante da minuta de protocolo;-----

b) Caso o referido clausulado seja aprovado nos termos anteriormente sugeridos, que seja desde já legitimado o Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz, para outorgar o referido protocolo, o qual irá substituir o protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e a AFACC. -----

À consideração Superior-----

### **Anexo:**-----

■ Minuta de Protocolo de Cooperação Financeira e Técnica, a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e a Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves. -----

### **Protocolo de Cooperação Financeira e Técnica, a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e a Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves.**-----

#### **I - Do Protocolo**-----

É celebrado entre a Câmara Municipal de Chaves pessoa colectiva número 501205551, adiante designado, apenas por "CMC", representada pelo seu presidente, Dr. Nuno Vaz e a Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, pessoa colectiva número 504961934, adiante designada apenas por "AFACC", representada pelo presidente de Direção António Manuel Barreira Borges, o presente protocolo de cooperação financeira e técnica nos termos e cláusulas seguintes: -----

#### **Cláusula Primeira**-----

##### **(Objecto do Protocolo)**-----

O Presente protocolo tem por objeto o desenvolvimento de uma estratégia conjunta entre a Câmara Municipal de Chaves e a "AFACC", com vista a garantir a cooperação entre as duas entidades em ações de silvicultura preventiva, vigilância, deteção, 1.ª Intervenção, apoio ao combate, rescaldo, vigilância pós-incêndio, ações de fogo controlado e realização de queimadas. -----

#### **Cláusula segunda**-----

##### **(Direitos e Obrigações das Partes Contratantes)**-----

No âmbito do presente Protocolo, compete: -----

1. À "CMC" -----

a) Conceder à "AFACC" um apoio financeiro de 30 000 €/ano, sendo o pagamento trimestralmente no valor de 7 250 euros. -----

b) Coordenar, em conjunto com o coordenador da equipa de Sapadores da AFACC, a intervenção anual da equipa de sapadores florestais; -----

2. À "AFACC":-----

a) Aplicar o apoio financeiro na salvaguarda da equipa de sapadores florestais; -----

b) Disponibilizar a equipa nas ações de vigilância, deteção, 1.ª Intervenção, apoio ao combate, rescaldo, vigilância pós-incêndio sempre que seja emitido estado de alerta para incêndios florestais de nível amarelo ou superior; -----

c) Disponibilizar a equipa para ações de silvicultura preventiva, 1.ª quinzena de cada mês, salvaguardando a sua disponibilização para as ações referidas na alínea anterior; -----

d) Manter a responsabilidade de coordenação da equipa e articular a sua atuação com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas e com este Município; -----

e) Assegurar o apoio logístico, administrativo e técnico necessários para o funcionamento da equipa de Sapadores; -----

f) Assegurar à equipa o uso do equipamento de proteção individual de acordo com legislação em vigor. -----

g) Assegurar a manutenção e reparação da viatura, motorroçadoras, motosserras e ferramentas manuais da equipa de Sapadores Florestais.

h) Assegurar os consumíveis inerentes à atividade da equipa de Sapadores Florestais. -----

i) Remeter ao Município de Chaves, o relatório anual de atividades desenvolvidas pela Equipa de Sapadores. -----

**Clausula Terceira**-----

**(Revisão do Protocolo)**-----

O presente protocolo poderá ser revisto se ocorrerem alterações-----  
anormais e imprevisíveis das circunstâncias que determinaram os seus termos. -----

**Clausula Quarta**-----

**(Resolução do Protocolo)**-----

O incumprimento por parte dos contratantes das obrigações assumidas no âmbito do presente protocolo, poderá dar origem à sua resolução. -

**Clausula quinta**-----

**(Entrada em Vigor e Duração)**-----

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e terá a duração de um ano sucessivamente renovável por igual período de tempo desde que não seja denunciado por qualquer das partes; -----

2. O direito de denúncia dos efeitos do presente protocolo deverá ser exercício através de comunicação, por carta registada com aviso de recepção, com antecedência de trinta dias sobre a data da produção dos seus efeitos; -----

3. A produção dos efeitos jurídicos decorrentes das assinaturas do presente protocolo ficará condicionada pela sua competente aprovação por parte dos órgãos representativos das partes signatárias - "Câmara Municipal de Chaves" e "AFACC". -----

Câmara Municipal de Chaves, 19/03/2018-----

O Presidente da Câmara Municipal de Chaves-----

(Dr. Nuno Vaz Ribeiro)-----

O Presidente da Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves-----

-----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ENG. VICTOR SANTOS DE 2017.07.04 ---**

À reunião de Câmara. -----



**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

-----  
**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----  
-----

Concluída a análise, discussão e votação de todos os assuntos, e antes de proceder ao encerramento da presente reunião, o Senhor Presidente da Câmara, Nuno Vaz Ribeiro, deu a palavra aos presentes que mostraram interesse em intervir na presente reunião, nos termos do disposto do n.º 2, do art. 49º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. --

De seguida, usou da palavra a Senhora Albertina Coelho, tendo reiterado, mais uma vez, a intervenção da autarquia, tendo em vista a efetiva demolição de um muro, construído, junto ao campo de futebol, em Faiões, tanto mais que esta situação já se arrasta, desde o ano de 2013. -----

**Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo registado a preocupação evidenciada, pela interessada, embora a mesma não seja do seu conhecimento.** -----

A Autarquia irá encetar as diligências necessárias, com a maior brevidade possível, no sentido de ser prestada, junto da interessada, a devida informação, sobre a matéria. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dez horas e quinze minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

-----  
-----  
ii Regulamento dos Mercados Municipais -----  
Artigo 37.º - Taxas -----

1. Pela ocupação dos lugares de venda são devidas as taxas constantes no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas em vigor no município de Chaves. -----

2. A taxa será paga mensalmente no posto de atendimento administrativo do Mercado Municipal, ou na tesouraria da Câmara Municipal, mediante as guias de pagamento emitidas para o efeito. -----

3. O pagamento mensal será efetuado até ao dia 15 de cada mês. -----

---

4. O não pagamento das taxas devidas nos prazos e pela forma prevista neste artigo implica a caducidade do direito de ocupação e a cobrança das importâncias em dívida, mediante processo de execução fiscal. ---

iii Artigo 8.º - Interrupção do exercício da atividade -----

1. Qualquer titular do direito de ocupação que, por motivo de doença ou outro devidamente justificado, se encontrar impedido de dirigir ou manter em funcionamento, o seu lugar de venda, por período de tempo não superior a 60 dias seguidos, deverá apresentar declaração escrita à Câmara Municipal, indicando o tempo e motivo de ausência, podendo ocasionar a afixação de aviso próprio. -----

2. Comprovando-se que o impedimento assume carácter permanente ou que o titular do direito de ocupação, por qualquer motivo, pretende desistir da ocupação do lugar de venda que lhe foi adjudicado, deverá este informar a Câmara Municipal desse facto, que dará origem a um novo procedimento de atribuição do direito de ocupação do espaço em causa. -----

3. Os factos enunciados no ponto 1 deste artigo deverão ser comunicados por escrito até ao dia 30 do mês anterior àquele em que se pretende que produzam efeitos. -----

4. Caso se verifique que o período de ausência é superior ao previsto no n.º 1, pode o titular do direito de ocupação perder o direito à ocupação do lugar nos termos do artigo 12.º. -----